

O PCC nos jornais¹

Lara Amorim²

Luiz Humberto Viana³

Este trabalho discute a forma como o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) à Polícia Militar do estado de São Paulo, durante o período entre 12 e 21 de maio de 2006. Este artigo discute os principais resultados da pesquisa de iniciação científica *A questão da violência urbana e da segurança pública nos meios de comunicação*. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (AC). Os resultados da pesquisa indicam a existência de um enquadramento policial nas reportagens, motivado principalmente pela predominância das fontes oficiais na construção das materiais encontradas no jornal.

Violência urbana, PCC, Folha de S. Paulo, Segurança pública

PCC in the newspapers

This paper discusses the way that the *Folha de S. Paulo* newspaper has broadcasted the attacks of the so called "Primeiro Comando da Capital" (First Capital Command) PCC to the State Police of São Paulo in the period of may 12th. to 21st., 2006. This article discusses the main results of Scientific Initiation survey "The Issue of Urban Violence and Public Security in the Means of Communication". The methodology applied was Content Analysis (CA). The results of the survey point out the existence of a Law Enforcement point of view of the stories, motivated mainly by the constant presence of official sources in the construction of the stories found in the paper.

Urban violence, PCC, Folha de S. Paulo, Public security

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica intitulada *A questão da violência urbana e da segurança pública nos meios de comunicação*.

² À época da pesquisa exercia o cargo de professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFP)

³ Estudante do 7º semestre do curso de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e estudante do 2º semestre do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB).

Introdução

Uma pesquisa de opinião feita pelo Instituto Datafolha, em 2007, apontou que 31% dos brasileiros entendem que a violência urbana é o principal problema do Brasil. Assim, o tema é recorrente objeto de análise na academia e, também, nos meios de comunicação de massa. Baseado nesta constatação, este artigo tem como objetivo principal investigar a cobertura jornalística sobre o tema, tendo como objeto de estudo as reportagens publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) à Polícia Militar do estado de São Paulo.

Durante as primeiras semanas do mês de maio de 2006, a cidade de São Paulo presenciou diversos ataques a agentes policiais, a delegacias e a outras instituições de segurança pública. As ações foram orquestradas pelo PCC de dentro dos principais presídios paulistas. Tais acontecimentos surpreenderam a sociedade e demonstraram as falhas dos sistemas de segurança pública brasileiro. Neste meio tempo, os meios de comunicação e seus profissionais se viram obrigados a passar para a população informações sobre os ataques, a explicar à sociedade quem era o responsável, o que, quando, onde, como e por que aconteciam aqueles ataques.

É este, então, o objetivo principal deste artigo: analisar a cobertura jornalística do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do PCC à Polícia Militar do estado de São Paulo. O foco é tentar demonstrar que nesta cobertura encontram-se, predominantemente, reportagens que abordam questões que fazem parte da cobertura factual, sem maior profundidade. Tais fatos apesar de importantes, não parecem ser suficientes para uma abordagem séria e comprometida dos meios de comunicação com a informação e com o cidadão sobre a realidade brasileira.

A escolha da *Folha de S. Paulo* como objeto de estudo deste trabalho é justificada pelo fato de o periódico ter a maior circulação, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A tiragem da *Folha de S. Paulo* é de 299.249 de segunda a sábado e 370.185 aos domingos. É importante frisar que o jornal é de circulação diária e nacional. Foram selecionadas ao todo dez capas correspondentes às edições dos dias 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006, semana em que foram realizados os ataques do PCC e nove reportagens das edições referentes aos dias 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006.

A tentativa de compreender como que a violência urbana é retratada ao público é uma das justificativas para a se investigar as formas como o assunto é abordado nos meios de comunicação. É por isso que, no caso específico desta pesquisa, a importância de se estudar a repercussão dos problemas envolvendo violência na imprensa reside em entender como estes transmitem e reproduzem os acontecimentos que envolvem criminalidade e, em consequência, os sentimentos de medo e insegurança. De tal maneira que ao se compreender os posicionamentos dos veículos jornalísticos, pode-se ter a noção de quais são as informações disponibilizadas para os consumidores de informações. Já que, como mostra a teoria do agendamento, os temas e tópicos discutidos pelas pessoas são influenciados pela imprensa.

Outro fator importante na realização da pesquisa é a compreensão de que a mídia tem desempenhado um papel, cada vez maior, no debate público. Os jornais influenciam a opinião da sociedade, pois configuram uma fonte de informação que esta dispõe para se inserir no debate público. Assim, discutir a qualidade da cobertura da imprensa sobre a violência urbana é essencial para qualificar e, até mesmo, viabilizar a discussão sobre o tema. Por ser de abrangência nacional, a *Folha de S. Paulo* é um importante elemento neste debate, constatação que corrobora a escolha do periódico como objeto de análise desta pesquisa.

Metodologia

Este estudo utiliza-se da composição de dois procedimentos analíticos, que se comportam de maneira complementar. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica de livros, artigos, textos e publicações on-line sobre o que já foi escrito sobre violência urbana, PCC, história da imprensa e a relação entre mídia e violência. A idéia é construir uma argumentação teórica para embasar a análise documental, feita a partir das reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*.

A análise documental é feita a partir do método de pesquisa conhecido como Análise de Conteúdo (AC). A AC é uma metodologia de pesquisa utilizada comumente em pesquisas na área de comunicação social e nas demais áreas das ciências sociais. Tal método trabalha na análise de elementos próximos do pesquisador, como são os diversos materiais publicados diariamente na imprensa. Martin W. Bauer (2003)

entende que a AC é um método desenvolvido pelas ciências sociais que visa à análise de textos (impressos, imagéticos etc). O autor acredita que a metodologia permite interpretar valores, atitudes, opiniões e preconceitos sobre o qual o texto analisado foi construído.

A psicóloga Laurence Bardin defende que a AC é um conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser utilizado nas análises das comunicações de massa. Para a autora, o método se comporta como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1997, p. 38). A jornalista e pesquisadora Heloiza Golbspan Herscovitz (2007), no artigo *Análise de conteúdo em jornalismo*, sugere que a AC pode ser utilizada para definir e classificar os gêneros jornalísticos, identificar interesses de grupos e organizações e comparar o conteúdo de diferentes mídias.

Historicamente, a AC aparece nos estudos sobre a comunicação. No começo do Século XX, os estudos sobre a propaganda política do nazi-facismo utilizaram a metodologia como forma de desvendar as formas de legitimação do regime citado. Ao constatar este fato, o autor Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005, p. 280) defende que “a Análise de Conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos”.

Portanto, a AC apresentou-se como a metodologia mais apropriada para avaliar a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a semana de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), precisamente, entre os dias 13 e 21 de maio de 2006. O método de análise categorial, definido por Bardin como a maneira mais antiga de se trabalhar com a AC, mostrou-se eficaz para a realização desta pesquisa. Segundo esta linha, ao analisar o texto, o pesquisador deve desmembrá-lo em unidades funcionais e classificá-lo por meio de categorias, anteriormente, estabelecidas com o intuito de descortinar mensagens e idéias que respondam os problemas da pesquisa. Bauer (2003, p. 199) sugere que a categorização é uma tarefa que carrega consigo as referências teóricas adotadas pelo trabalho. Herscovitz (2007, p.133) entende que a análise categorial nas pesquisas em jornalismo são ferramentas para a compreensão de editoriais, reportagens e artigos, em busca de conteúdos explícitos e implícitos, e, desta forma, descobrir as posições políticas e econômicas do veículo de comunicação analisado.

Inicialmente, o método de pesquisa quantitativo era hegemônico nos trabalhos que utilizavam a AC. Ao passar do tempo, alguns elementos de análise oferecem a possibilidade de se dar enfoques qualitativos à pesquisa. A inferência é um destes, pois como define Bardin (1997, p. 38) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. A partir de índices levantados nos conteúdos das mensagens, é possível, segundo tal prática, inferir padrões e comportamentos na emissão, na produção e na recepção (Junior, 2005, p. 284).

Desta forma, a pesquisa busca, por meio do método categorial da AC, realizar a investigação sobre a cobertura da *Folha de S. Paulo*. Para tal estudo, utiliza-se um modelo que realiza análises **quantitativas** e **qualitativas**. Para este tipo de análise, entende-se que a escolha da AC é a opção que consegue relacionar estes dois campos de análise (BAUER, 2003, p.190). Junior (2005, p.285) afirma que “a análise de conteúdo oscila entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador”.

Violência urbana: um conceito plural

A violência urbana é, atualmente, um fato social total, ou seja, não pode ser compreendido desassociado dos contextos políticos, econômico e sociais que o permeiam (PEDRAZZINI, 2006). Desta forma, a violência urbana aparece como um fenômeno que abarca os mais diversos fatores, antes colocados em segundo plano na análise. Questões como a violência simbólica dos meios de comunicação, os processos de urbanização e crescimento caóticos das grandes cidades brasileiras e as desigualdades sociais emergem como preponderantes na análise dos casos.

O sociólogo brasileiro Michel Misse (2006) acredita que a violência urbana é composta por diversos fatores, que não poderiam ficar restritos a um único conceito, sendo, portanto, necessário destituir a “unificação imaginária” em torno do tema e desmembrá-lo em vários processos sociais que completam o diagrama do fenômeno da violência. O autor defende que a compreensão da violência nas cidades depende, fundamentalmente, do entendimento dos processos sociais inerentes à questão. Entre estes processos, Misse coloca que o atual crescimento indiscriminado, sem

planejamento e infra-estrutura, da periferia nos grandes centros urbanos, somado à pobreza, à desigualdade social e à ausência de políticas públicas de inclusão social capazes de integrar a parcela pobre da população à sociedade são alguns dos acontecimentos presentes na construção do fenômeno da violência urbana.

A partir dos argumentos expostos acima, pode-se afirmar que a compreensão do fenômeno da violência urbana não permite um olhar fragmentado, separando em categorias individualizadas os crimes e as questões sociais e políticas. Tais fatos caminham juntos no aumento da violência urbana. O quadro de violência urbana no Brasil mostra-se inserido em um campo complexo, que decorre, prioritariamente, da ausência de direitos humanos e civis básicos, exclusão econômica, desigualdade social e ineficiência política. Portanto, o argumento que se pretende defender é que a violência urbana brasileira é um fenômeno plural e complexo, um fato que abarca as questões acima citadas.

A questão da atual configuração do espaço urbano é preponderante nesta análise. As grandes metrópoles brasileiras cresceram rápida e desordenadamente durante as décadas de 1970 e 1980 do século passado. Esse inchaço colocou lado a lado favelas e condomínios de luxo, criando uma contradição visível entre duas classes. Assim, cria-se no mesmo espaço um confronto entre duas classes antagônicas, entre ricos e pobres, o que pode levar as cidades a se transformarem em um intenso campo de batalha entre dominantes e dominados (BAUMAM, 1999).

Em outras palavras, a violência urbana decorrente da urbanização caótica e dos processos de globalização pode ser entendida como um processo de imposição de um sistema de projetos e interesses dominantes sobre as populações marginalizadas (PEDRAZZINI, 2006). O fenômeno da violência urbana pode ser considerado neste contexto uma resposta direta e inconsciente daqueles que foram excluídos e colocados à margem deste processo de modernização das cidades. Condenados a habitarem os bairros pobres e a viverem sem condições mínimas de cidadania.

Outro ponto recorrente nas abordagens sobre a violência urbana, principalmente aquelas fornecidas pelos meios de comunicação, é a associação direta entre pobreza e violência. Uma espécie de determinismo social, que levaria as pessoas de baixa renda a se tornarem criminosos sem razões aparentes. É evidente que este argumento parece

ignoraros processos estruturais, aqui já citados, que colaboram à formação do fenômeno da violência urbana.

O entendimento do psicanalista Benilton Bezerra Júnior (2006) é de que somente a pobreza não explicaria o quadro da violência urbana no Brasil, seria preciso, portanto, entender a natureza da exclusão vivida por grande parte da população. O autor coloca que:

É interessante notar que subjaz, no fenômeno difuso da delinqüência violenta das metrópoles, mais que uma lógica material, uma lógica simbólica. [...] A violência aparece não tanto como efeito da pobreza econômica, mas como resultado de uma exclusão propriamente simbólica, da ausência de sentido imposta a uma existência, e ao valor excessivo, quase exclusivo, concedido à posse e exibição de certos ícones materiais como forma de obtenção de reconhecimento social (BEZERRA, 2006, p. 49).

Pode-se defender, portanto, que o vínculo entre pobreza e violência atende a uma lógica simbólica e não material, no momento em que os valores éticos e morais são subjugados pelos valores econômicos característicos das sociedades pós-modernas. Acredita-se, então, que a violência emerge como uma resposta a este processo de exclusão social e ao bombardeio de mensagens e signos das culturas ricas sobre a grande massa de pessoas excluídas economicamente, que não possuem meios materiais de adquirirem estas mensagens. A desigualdade simbólica é ainda mais perversa ao se imaginar que o acúmulo e obtenção dos signos das culturas ricas ocidentais colocam-se como a única identidade capaz de legitimar a grande parcela excluída da sociedade. Tal acontecimento pode gerar entre esta parcela da sociedade a criação de um sentimento de pertencimento e inserção na dinâmica simbólica do atual mundo globalizado, que estaria ligado á obtenção dos bens materiais. Desta forma, pode-se entender que são ineficazes e incorretos os entendimentos que buscam desenvolver uma relação de determinismo entre pobreza e violência.

A partir do exposto, conclui-se que os problemas gerados pela situação de pobreza no Brasil abarcam um sistema complexo de desigualdades sociais, econômicas e simbólicas, na qual se encontra inserida grande parte da população, que desembocam, em um último momento, no aparecimento de um processo de violência estrutural. Uma tipologia da violência em que se encontram os mais diversos e plurais processos políticos e sociais.

Raízes de um problema

O Primeiro Comando da Capital (PCC) têm data de fundação conhecida: dia 31 de agosto de 1993, há 15 anos. O surgimento do grupo ocorreu durante uma partida de futebol na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio conhecido como “Piranhão”. A gênese do grupo ocorre misturando o esporte, representante da vida, ao assassinato, símbolo da morte (JOZINO, 2006). Após o jogo, ocorre um “acerto de contas” entre os jogadores do time de São Paulo, o PCC, e dois rivais. Encerrada as brigas, decretava-se a fundação do grupo e os líderes eram: Misa, Cara Gorda, Paixão, Esquisito, Dafé, Bicho Feio, Cesinha, Geleião, Marcola e Sombra.

A partir de 1993, o PCC passou por um processo de estruturação. A base para o sistema foi a rígida hierarquia, os “generais”, “cobras” ou “fundadores” são os membros mais antigos e com maior poder. Aqueles que obedecem são conhecidos como “soldados” ou “lagartos” (JOZINO, 2005). Após estabelecer os limites entre quem comanda e quem é comandado, o grupo criou uma estrutura de arrecadação financeira baseada no pagamento de mensalidades. Os detentos deveriam contribuir com R\$ 25,00, os que estão em regime semi-aberto com R\$ 250,00 e os “soldados” em liberdade R\$ 500,00 (JOZINO, 2005). De acordo com o autor Josmar Jozino (2005) a contabilidade e administração econômica do grupo eram feitas pelas primeiras-damas⁴. O jornalista defende que o dinheiro arrecadado é aproveitado para financiar fugas, assaltos, corromper policiais e funcionários do sistema prisional, comprar armas e drogas. Segundo ele, o PCC utiliza o restante do dinheiro para montar um fundo de solidariedade para ajudar aos presos.

O delegado Ruy Fontes (*apud* SOUSA, 2006) demonstra que a organização financeira do PCC é baseada na arrecadação oriunda do tráfico de drogas, espalhados em diversos pontos-de-venda e das mensalidades pagas pelos integrantes do grupo, gerando uma receita bruta mensal, no ano de 2005, de R\$ 750 mil. Este dinheiro era destinado aos empreendimentos do PCC e para o financiamento das mais diversas ações criminosas. O jornalista Percival de Sousa (2006) entende o Partido do Crime também

⁴ “Primeira-Dama” é o termo utilizado para designar as mulheres que tem relacionamento com os líderes do Primeiro Comando da Capital. Segundo Jozino (2005, p. 47), “a palavra de uma primeira dama sempre era respeitada na hierarquia do PCC”. Para maiores esclarecimentos ver Jozino, 2005, p.46 – 54.

investe na formação de advogados para se tornarem os “doutores do crime”, profissionais que defenderão os criminosos ligados à facção.

Assim, acredita-se que o PCC coloca-se como uma espécie de Estado Paralelo dentro do sistema prisional, formando uma rede de cooperação e proteção aos detentos ligados ao grupo. Essa estrutura não se faz presente somente dentro dos presídios, ela prossegue até fora dos limites da prisão, estendendo os benefícios aos familiares dos “soldados” espalhados pelas periferias de São Paulo. No entanto, as benfeitorias são financiadas por ações criminosas. Desta forma, compreende-se que o Partido do Crime comporta-se como um tipo de Robin Hood moderno, que justifica assaltos, seqüestros, tráfico de drogas como arma na luta contra a opressão e péssima qualidade de vida dentro das prisões.

Dos dias 12 de maio a 20 de maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital realizou mais uma série de ações criminosas. Nesta, no entanto, o PCC não coordenou apenas rebeliões ao longo dos presídios. Desta vez, a o grupo comandou uma onda de ataques às instituições de repressão paulistas. Ao todo foram 42 mortos e 73 rebeliões simultâneas, que demonstravam o sucesso da estrutura comunicacional do grupo, pois algumas penitenciárias ficam localizadas distantes da capital. Para Sousa (2006), é neste momento que passou querer mostrar-se como o Partido do Crime e começou a investir em ações terroristas para mostrar a força e o poder da organização.

O surgimento e consolidação do PCC estão ligados, simbolicamente, ao episódio conhecido como Massacre do Carandiru. O Partido do Crime, em sua gênese, apropriou-se do discurso contra a violência policial, argumentado que somente a existência de um grupo forte poderia ser eficiente contra a opressão. A idéia inicial era mostrar que os presos unidos poderiam evitar outros possíveis ataques, como o ocorrido em outubro de 2002. O segundo ponto que emerge ao se relembrar os acontecimentos do Carandiru é a péssima condição dos presídios brasileiros. Fato, também, defendido pelo PCC desde a fundação, a situação de descaso e abandono das cadeias foi uma das principais molas propulsoras do nascimento do PCC.

A compreensão da importância destes fenômenos para o nascimento do PCC fica mais clara ao se olhar o estatuto de fundação do grupo. O documento é composto por 16 artigos. No entanto, entende-se que 4 artigos são emblemáticos para o entendimento das

bases do discurso de formação da facção e, assim, tentar enxergar as raízes do problema:

[...] 3- União na luta contra as injustiças e opressão dentro da prisão. (...) 11- O Primeiro Comando da Capital – PCC – fundado no ano de 1993, numa luta descomunal, incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração, “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”. (...) 13- Temos de permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a política carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões. (...) 16- O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e o longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror “dos Poderosos”, opressores e tiranos (...) Conhecemos a nossa força e a força dos nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido (*apud* JOZINO, 2005, p. 37-8).

Assim, pode-se notar que o PCC utiliza-se, desde seu surgimento, da situação do sistema prisional brasileiro como instrumento de validação das suas ações dentro e fora das cadeias e, também, como forma de legitimação de sua própria existência. Percival de Sousa (2006) batiza os presídios de “mãe-prisão” e acredita que esta foi matriz geradora de toda a estrutura do PCC e seus ritos, regras e leis. Para o autor, “o PCC ocupou todas as vagas de coveiro no gigantesco cemitério de poesias que se chama presídio” (SOUSA, 2006, p. 183). O jornalista apresenta os problemas crônicos apontados, com base nos levantamentos de Comissões estaduais de defesa dos direitos humanos: Superlotação, promiscuidade, falta de assistência jurídica, tratamentos médicos precários ou inexistentes, falta de banho de sol, má qualidade da comida e água, revista vexatória e falta de autorização para visita, ociosidade e insuficiência de programas de trabalho e ressocialização.

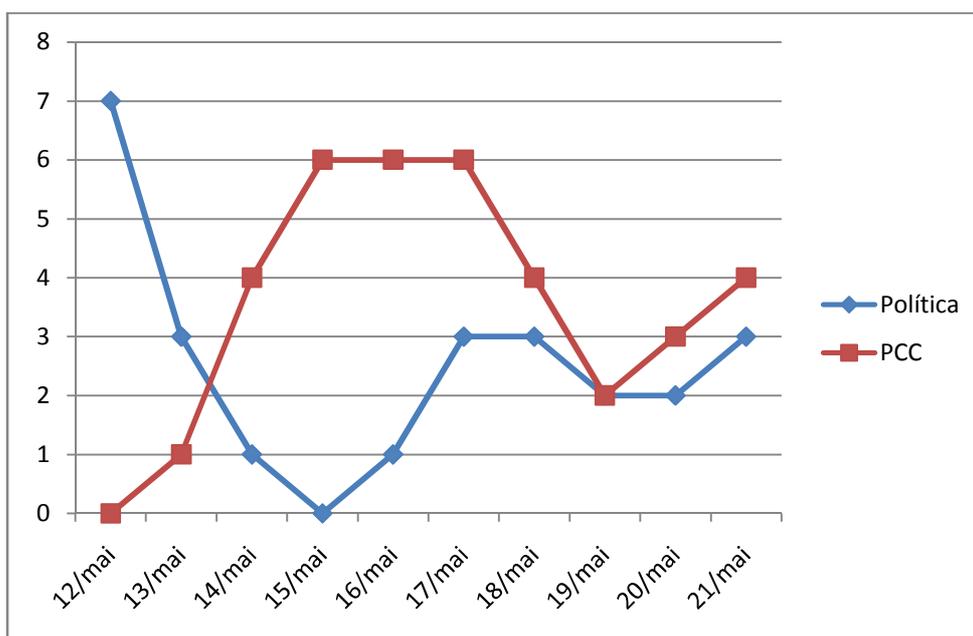
Desta forma, pode-se concluir, então, que o PCC é uma organização que surgiu dentro dos presídios do estado de São Paulo e se estruturou inicialmente com o intuito de comandar os presidiários dentro dos “limites do muro”, ou seja, nas prisões. No entanto através de uma estrutura hierárquica, financeira e de comunicação eficientes, o grupo cresceu e expandiu suas atividades para o exterior dos presídios. Atualmente, o

Partido do Crime exibe grande poder, competindo e, até mesmo, ameaçando poderes político e policial do Estado.

Jornalismo e violência

A análise das reportagens da *Folha de S. Paulo* (FSP) revelou pontos importantes para a discussão sobre mídia e violência. Inicialmente, A análise **quantitativa** chegou a um total de 101 manchetes. Uma média de 11 por edição. A divisão por tema mostra que 32 manchetes foram dedicadas aos ataques do PCC, 25 aos outros assuntos, 22 à política, 12 aos esportes e 10 à economia. É interessante notar o comportamento das manchetes durante a cobertura. O gráfico 01 demonstra essa característica.

Gráfico 01



Como demonstra o gráfico 01, as manchetes sobre política, tradicionalmente as mais importantes do jornal, reduzem à medida que as manchetes sobre os ataques do PCC aumentam. Tal ponto é crucial para se compreender que os ataques ganharam um espaço de centralidade na cobertura do jornal. Espaço esse que vai sendo perdido ao desenrolar dos ataques. Nos últimos dois dias de análise, o aumento do número de

manchetes é decorrente do fato de ser um fim de semana, não ao resgate do assunto nas páginas do jornal. Esse comportamento das manchetes permite inferir que os ataques foram considerados importantes pelo jornal apenas quando aconteciam, ou seja, enquanto eram “notícias quentes”.

Pesquisa feita por Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) demonstra que 63,8% das reportagens de oito jornais cariocas e paulistas traziam apenas reportagens factuais, ou seja, aquelas produzidas para retratar o acontecimento na hora em que ele aconteceu. As autoras concluem que o espaço dedicado a análise e a contextualização do problema, conhecido no jargão jornalístico como “matéria fria”, é estritamente minoritário nas páginas dos jornais.

A análise qualitativa permite concluir que a cobertura da FSP sobre os ataques do PCC atendeu a um enquadramento policial. Ou seja, a forma escolhida para retratar os acontecimentos obedeceu, prioritariamente, a um caráter policial, na narração, na qualificação e, também, na escolha de focos e pontos de vista. Ficou caracterizado na pesquisa um tratamento do PCC exclusivamente adjetivado, sempre referido como *Facção Criminosa*. Não se trata de argumentar que o grupo não seja uma facção criminosa, mas sim questionar se não seria possível ao jornal buscar novas informações sobre o PCC, agregar conteúdo ao invés de somente qualificá-lo.

Outro ponto que merece destaque é quanto à fonte de informação. As reportagens analisadas mostram que a fonte oficial, especialmente, a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública são as principais vozes neste debate mediado pela imprensa. Assim, a cobertura jornalística sobre violência não fornece ao debate público pluralidade de vozes e diversidade de atores, mas sim uma exclusividade, um monopólio da fala conquistado pelas instituições de segurança pública.

Sobre este ponto, é interessante colocar que:

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia e do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor (PAIVA; RAMOS, 2007. p 25).

Assim, a cobertura jornalística dependente da fonte oficial se empobrece e deixa de oferecer ao debate público novos temas e colocações, retransmitindo as pautas e os enfoques de uma única voz: as instituições de segurança pública.

A análise qualitativa também demonstra que a principal ferramenta descritiva utilizada pela FSP para retratar os acontecimentos foi o número de mortos. Tal fato está ligado também à presença marcante de fontes oficiais nas reportagens. A contabilidade quantitativa das mortes, prisões e feridos não é feita pela imprensa, mas pelas instituições de segurança pública. Assim, ao se ter como principal fonte os aparelhos de repressão do estado, as principais informações tendem a reproduzir os dados que estas instituições possuem, dos quais o número de mortos é o mais utilizado.

Os números de mortos tornam-se, na ótica da imprensa, um imenso “guarda-chuva” para representar o fenômeno da violência urbana. No entanto, dados numéricos podem ser importantes para apresentar um panorama da violência, mas não são capazes de retratar e informar a violência urbana em sua complexidade. Desta forma, pode-se argumentar que o jornalismo mantém a cobertura sobre a violência urbana pautada pelo senso comum, sem mergulhar a fundo no problema.

Leonarda Musumeci (2007) argumenta que o bom jornalismo sobre violência deve-se utilizar de números para contextualizar o problema, para inseri-lo em uma dimensão política e social. No entanto, a análise mostrou que os números de mortos são utilizados como elementos principais, a eles é atribuída a capacidade de organizar e representarem a violência urbana isoladamente.

Tendo a imprensa como grande ator no debate público atual, é questionável a opção por tratar a violência urbana de maneira superficial – focada nos números de mortos. Desta forma, a imprensa empobrece o debate público e dá à morte o status de principal valor-notícia, essa concepção dá espaço para a existência de coberturas pautadas pela irresponsabilidade ao se retratar os crimes (VIANA, 2008).

As constatações apontam que é possível afirmar que a preocupação do jornal é fornecer a descrição dos acontecimentos e não proporcionar à população informações aprofundadas que a torne qualificada para participar do debate público e da formulação de políticas públicas sobre a violência no Brasil.

Considerações finais

É curioso que no momento em que os fatos sociais tornam-se mais complexos, como foi debatido acima, o jornalismo impresso brasileiro siga a linha contrária e passa a tratá-los em suas páginas editoriais com maior simplismo e superficialidade, condensando todo o fenômeno da violência urbana em números sem maiores discussões e análise. A questão a ser discutida é se esse comportamento da imprensa informa ou apenas oferece uma descrição precisa⁵. Para se consumir uma informação, é recomendável que junto à exposição dos fatos exista um conjunto de marcos contextuais que permitam ao leitor compreender o significado real do fato em questão (RAMONET, 2007, p. 132). Essa posição é uma crítica à teoria que define o jornalismo como um espelho do mundo, no qual sua função seria apenas mostrar, da maneira mais fiel possível, como os fatos sociais acontecem. A intenção é discutir que como ator social, o jornalismo – e aqui o termo pode ser compreendido na totalidade de mídias (veículos impressos, televisão, internet, rádio etc) – tem de participar do debate público e fornecer subsídios ao mesmo. Sendo assim, inviável posicionar-se de maneira acrítica em relação aos fatos complexos, mas questioná-los em profundidade.

A análise permite também notar uma característica peculiar da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do PCC à Polícia Militar da cidade de São Paulo. Toda a estrutura das principais reportagens atende a um caráter policial. Os dados levantados mostram que as opções de enquadramento dos fatos utilizados pelo jornal se parecem muito com a forma policial de narrar acontecimentos. A própria dinâmica dos números de mortos, dados que são levantados junto às delegacias, é um exemplo. Pode-se falar ainda do tratamento dado ao PCC, que é colocado como uma facção criminosa. Em nenhum momento, trabalha-se o PCC como um grupo organizado e estruturado, que tem condições de paralisar toda a estrutura de segurança de São Paulo. Esta análise contribuiria para o debate público, que seria municiado com informações menos partidárias e, até mesmo, menos sensacionalistas sobre o grupo. No entanto, é necessária a ressalva de que a intenção deste trabalho não é tirar o caráter criminoso do PCC, mas sim discutir a função da imprensa ao esmiuçar e mostrar as

⁵ Este trabalho em nenhum momento teve por objetivo contestar ou, até mesmo, investigar a veracidade das informações e suas possíveis distorções. É um tema interessante, pois se tratava de um período eleitoral, mas essa questão fica como sugestão a pesquisas futuras.

raízes e causas do grupo, já que a pesquisa concluiu que a cobertura estava focada em qualificar o PCC e esqueceu-se de tratá-lo como uma organização criminosa.

O enquadramento utilizado pela cobertura pode ser justificado pela predominância da fonte policial⁶ nas reportagens. A análise qualitativa mostra que as informações obtidas pela reportagem são oriundas, na maioria das vezes, de levantamentos oficiais realizados pela polícia, como número de mortos, presos etc. Outro fator que merece ser discutido é como a utilização de fontes oficiais facilita o trabalho dos jornalistas, pois estes possuem legitimidade para tratar dos temas, sempre com um tom “oficial”. O problema parece estar quando apenas os detentores das informações oficiais são os únicos atores que emitem opiniões e repassam dados à imprensa, assim, estes se colocam como detentores de um monopólio, que permite a eles contar a história apenas por um ângulo, por um único viés, que, evidentemente, é intencional, planejado para corresponder somente aos interesses destas corporações e instituições.⁷

Assim, é possível concluir que o jornal pautou-se pelo critério policial de abordagem de eventos como os ataques do PCC, logo, a violência urbana foi tratada como uma questão de criminalidade. Foco que a reduz a eventos como assaltos, mortes e seqüestros e não contempla o fenômeno da violência urbana em sua amplitude complexa, que coloca em questão as realidades econômicas, sociais e políticas do Brasil. Como ferramenta para o enquadramento escolhido, o periódico utilizou-se de dados estatísticos, como números de mortos e quantidade de presos. Estes números construíram o escopo das principais reportagens sobre o tema durante o período analisado.

⁶ Aqui se leva em consideração todos os aparelhos de repressão: da polícia à Secretaria de Segurança Pública.

⁷ Sobre esta questão é interessante a leitura de Bourdieu, 1997. Neste texto, o autor define o conceito de “monopólio da informação legítima” (Bourdieu, 1997, p.103), que diz que um pequeno grupo de pessoas passa a ser a única fonte de informações consideradas legítimas pela imprensa.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEZERRA, Benilton Júnior. *Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- JUNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. *Análise do conteúdo*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MISSE, Michel. *A violência como sujeito difuso*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- MUSUMECI, Leonarda. *Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las*. In: PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SOUZA, Percival de. *O sindicato do crime*. São Paulo: Ediouro, 2006.
- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VIANA, Luiz Humberto. *Crimes e irresponsabilidade jornalística*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acessado em: 13 mai 2008.



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS
Comunicação Social – Habilitação Jornalismo
Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica (PIC)

**A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre
os ataques do PCC, no período de 12 a 20 de maio de 2006.**

Professora Orientadora:

Lara Amorim

Aluno Bolsista:

Luiz Humberto Prisco Viana Neto

R.A.: 2056167/1

Brasília – DF
Agosto de 2008



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas – FATECS
Comunicação Social – Habilitação Jornalismo
Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica (PIC)

**A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO: Análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre
os ataques do PCC, no período de 12 a 20 de maio de 2006.**

Professora Orientadora:

Lara Amorim

Aluno Bolsista:

Luiz Humberto Prisco Viana Neto

R.A.: 2056167/1

Brasília – DF

Agosto de 2008

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, namorada, familiares e amigos pelo expresso apoio dado à execução deste trabalho. Possivelmente, sem eles nada disso seria possível. Agradeço também aos professores Sérgio Euclides e Mônica Prado pela disposição em colaborar com o trabalho, sugerindo novos tópicos e abordagens. Agradeço, em especial, à professora Lara Amorim pela generosidade intelectual e pelos sábios conselhos e pela sadia influência no exercício da orientação. Com críticas e elogios na medida certa, muito me ensinou neste processo de pesquisa. Agradeço ao Programa de Iniciação Científica do UniCUEB, sem o qual seria impossível a realização desta pesquisa.

Resumo

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA E DA SEGURANÇA PÚBLICA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Este trabalho de iniciação científica analisa as reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) sobre os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) à Polícia Militar do estado de São Paulo, durante o período de 12 a 21 de maio de 2006. O objetivo geral do estudo é investigar como se desenvolveu a cobertura jornalística do evento e interpretá-la à luz dos conceitos de violência urbana e segurança pública desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais, com intenção de imprimir um caráter interdisciplinar ao projeto. Os pressupostos teóricos na área da Comunicação Social são os exames dos processos de produção das notícias e da teoria do enquadramento. Assim, realizaram-se avaliações de caráter quantitativo e qualitativo. Para tal, desenvolveram-se categorias que permitem identificar quais são os principais elementos presentes na construção das matérias. Desta maneira, utiliza-se como método de pesquisa a Análise de Conteúdo (AC), especificamente, o modelo categorial de análise. Os resultados demonstram que as ações do PCC ocuparam um espaço de centralidade no periódico paulista somente quando eram novas, ou notícias “quentes”. À medida que os fatos aconteciam, o destaque dado em capa reduziu gradativamente, refletindo a supremacia do valor-notícia atualidade. Fato que aponta a uma cobertura voltada, prioritariamente, aos acontecimentos instantâneos. Os levantamentos feitos mostram que a estrutura das principais reportagens da FSP atende a um caráter policial, reflexo da utilização, quase exclusiva, da fonte de informação policial. Escolha que inviabiliza a pluralidade de visões e opiniões nas páginas do periódico. A análise também expõe que os dados estatísticos sobre o número de mortos em decorrência dos ataques são o escopo das matérias jornalísticas estudadas.

Palavras-Chave: Violência Urbana, PCC, Cobertura jornalística

Lista de Quadros

Quadro 01, 23

Quadro 02, 24

Quadro 03, 61

Quadro 04, 62

Quadro 05, 63

Quadro 06, 64

Quadro 07, 66

Quadro 08, 68

Quadro 09, 70

Quadro 10, 71

Quadro 11, 72

Quadro 12, 74

Quadro 13, 75

Quadro 14, 76

Sumário

Resumo

Lista de Quadros

Introdução, 7

Problema de pesquisa, 7

Objetivos, 9

Justificativa, 9

Fundamentação teórica, 11

Método de pesquisa, 12

1. Violência Urbana: um conceito plural, 15

1.1. O espaço urbano e a globalização na construção da violência, 17

1.2. Pobreza e violência: o problema da relação direta, 21

1.3. O quadro da violência, 23

1.3.1. Violência estrutural na América Latina, 23

1.3.2. Evolução da violência no Brasil, 24

1.3.3. O estudo da violência no Brasil, 25

2. Primeiro Comando da Capital – 15.3.3, 27

2.1. As raízes do problema, 31

2.2. Crime organizado no Brasil, 35

2.3. Propostas para uma política de Segurança Pública, 37

3. Um recorte da realidade: a violência nos jornais, 40

3.1. História da imprensa escrita no Brasil, 40

3.1.1. Folha de S. Paulo: um jornal a serviço do Brasil, 44

3.2. Noticiabilidade e a produção da notícia, 47

3.3. Enquadramento das notícias, 52

4. O PCC na *Folha de S. Paulo*, 55

4.1. Procedimento metodológico, 55

4.2. Análise do conteúdo das reportagens, 57

4.2.1. Análise quantitativa, 57

4.2.2. Análise qualitativa, 63

4.2.3. Discussão da análise qualitativa, 79

Conclusão, 82

Referências, 88

Reportagens analisada, 92

Introdução

1. Problema de Pesquisa

Durante o mês de maio de 2006, a cidade de São Paulo presenciou diversos ataques a agentes policiais, a delegacias e a outras instituições de segurança pública. As ações foram orquestradas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo criminoso que atua de dentro dos presídios do estado. Os acontecimentos surpreenderam a todos, inclusive os jornalistas que foram designados para realizar a cobertura do evento.

No Brasil, a cobertura jornalística em relação à violência urbana tem sido predominantemente focada nas questões criminais. Ou seja, voltada majoritariamente à cobertura diária, que é composta, em grande parte, por dados factuais sem maior aprofundamento do tema. Trata-se de informações que divulgam o número de mortos, crimes, punições dos criminosos e reação das autoridades. Estas estatísticas são importantes e fazem parte do jornalismo, mas não parecem suficientes para informar à sociedade sobre a violência urbana. Pode-se pensar, entretanto, que estes dados não garantem conhecimentos qualificados sobre a problemática da violência urbana.

Na segunda-feira, dia 15/05/2006, três dias após o primeiro ataque, a manchete de capa da *Folha de S. Paulo* foi "PCC faz mais de 150 atentados e provoca 80 motins; 74 morrem". A frase demonstrou a preocupação excessiva com dados. No mesmo dia 15, o ombudsman do jornal – profissional responsável por realizar a crítica do veículo, além de realizar a ponte entre leitores e jornalistas –, Marcelo Beraba, argumentou que:

(...) o erro mais grave, na minha opinião, é a inexistência de uma análise séria, nestes três dias, da política de segurança e da política penitenciária do Estado de São Paulo nos últimos anos. (...) Faltam, portanto, na minha opinião, dois textos de fôlego, bem fundamentados, feitos por pessoas que conheçam os assuntos, que ajudem a entender o que estamos assistindo — um sobre o que representa o PCC hoje no crime organizado em São Paulo e outro sobre o que tem sido a política de segurança do Estado (BERABA, 2006).

Para realizar o trabalho, selecionou-se como objeto de pesquisa as reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre os ataques no período entre 12 e 21 de maio de 2006. A escolha é justificada pelo fato de o periódico ter a maior circulação, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A tiragem da *Folha de S. Paulo* é de 299.249 de segunda a sábado e 370.185 aos domingos. É importante frisar que o jornal é de circulação diária e nacional¹. Foram selecionadas ao todo dez capas correspondentes às edições dos dias 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006, semana em que foram realizados os ataques do PCC e nove reportagens das edições referentes aos dias 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006.

Assim, a pesquisa analisa a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a primeira semana de ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) à polícia do estado de São Paulo, e ao fazê-lo, pretende também demonstrar que nesta cobertura encontram-se, predominantemente, reportagens que abordam questões que fazem parte da cobertura factual, sem maior profundidade. Tais fatos apesar de importantes, não parecem ser suficientes para uma abordagem séria e comprometida dos meios de comunicação com a informação e com o cidadão sobre a realidade brasileira.

A partir desta reflexão sobre como a imprensa cobre a violência urbana, chega-se à seguinte pergunta de pesquisa:

Como foi a cobertura jornalística do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do PCC?

Tomando como base a pergunta de pesquisa, é possível desenvolver três hipóteses:

- 1) As principais reportagens da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* foram estritamente noticiosas, focadas em dados, como número de mortos, homicídios.
- 2) A violência urbana é tratada, apenas, como uma questão de criminalidade e não como um problema que envolva situações mais complexas como a desigualdade sócio-econômica no Brasil ou a falência dos nossos sistemas penitenciário e jurídico.

¹ Informações retiradas do site: <http://www.folha.uol.com.br/>. Acessado em 07 abr 2007.

2. Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a maneira como se desenrolou a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias que se seguiram aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) à polícia da cidade de São Paulo, no período entre 12 e 20 de maio de 2006. Este objetivo geral, portanto, leva a outros sete objetivos específicos:

- 1) Identificar quais foram as principais fontes de informação utilizadas pelo jornal nas reportagens analisadas.
- 2) Verificar qual foi o tratamento dado ao PCC nas reportagens analisadas. A intenção é identificar que tipo de informações as matérias trouxeram sobre o PCC.
- 3) Analisar qual é o enquadramento da violência urbana é retratada nas reportagens. O objetivo é descobrir se a cobertura é focada em dados ou em informações aprofundadas sobre o tema.
- 4) Verificar o destaque dado em capa, por meio do número de manchetes publicadas, das reportagens dedicadas aos ataques do PCC, ao longo do período entre os dias 12 de maio e 21 de maio de 2006.
- 5) A partir de uma pesquisa bibliográfica especializada contextualizar os ataques do PCC e a violência urbana dentro de uma realidade econômica e política específica, entendendo que se trata de um fenômeno social complexo.
- 6) Utilizar a Análise de Conteúdo como método de análise das reportagens selecionadas.

3. Justificativa

A imprensa tem o poder de aproximar as pessoas de acontecimentos que elas não presenciaram. Constituindo assim uma das principais formas disponíveis para o cidadão se informar de fatos que não pode presenciar. Assim, nas sociedades contemporâneas a mídia ocupa um papel de centralidade e constitui um dos principais atores do debate público. Desta forma, discutir a qualidade da

cobertura dos veículos noticiosos é importante para se entender qual é o recorte da realidade levado ao espaço público.

Um estudo realizado pelas pesquisadoras Anabela Paiva e Silvia Ramos no ano de 2004, publicadas no livro *Mídia e violência*, mostra que o tema segurança pública ainda não tem penetração significativa na pauta jornalística. Apesar da evolução constatada desde os anos de 1990, data em que o assunto chegou às redações, as discussões ainda são privilégio de cadernos especiais e não da pauta diária. No estudo realizado pelas autoras ficou demonstrado que reportagens sobre políticas de segurança pública representaram apenas 3,6% do material analisado em jornais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (PAIVA; RAMOS, 2007, p.19). A conclusão retirada dos dados coletados é que, segundo Paiva e Ramos (2007), a maioria dos periódicos analisados retrata o factual, enquanto a abordagem contextual se encontra na minoria dos temas da agenda da imprensa.

É por isso que, no caso específico da pesquisa *A questão da violência urbana e da segurança pública nos meios de comunicação*, a importância de se estudar a repercussão dos problemas envolvendo violência na imprensa reside em entender como estes transmitem e reproduzem os acontecimentos que envolvem criminalidade e, em consequência, os sentimentos de medo e insegurança. De tal maneira que ao se compreender os posicionamentos dos meios de comunicação, pode-se ter a noção de quais são as informações disponibilizadas para os consumidores de informações. Já que, como mostra a teoria do agendamento, os temas e tópicos discutidos pelas pessoas são influenciados pela imprensa.

Outro fator importante na realização da pesquisa é a compreensão de que a mídia tem desempenhado um papel, cada vez maior, no debate público. Os jornais influenciam a opinião da sociedade, pois configuram uma fonte de informação que esta dispõe para se inserir no debate público. Assim, discutir a qualidade da cobertura da imprensa sobre a violência urbana é essencial para qualificar a discussão sobre o tema.

Como já foi dito, a *Folha de S. Paulo* é um jornal de abrangência nacional. Suas notícias não se restringem apenas ao estado de São Paulo, mas são lidas em grande parte do território brasileiro. O leitor do jornal é, em geral, católico, com acesso à televisão e internet e pertencente às classes A e B, segundo a pesquisa

Perfil do Leitor do Datafolha.² De acordo com tais informações, argumenta-se que devido a sua influência, o jornal coloca-se como ator importante no debate público sobre a violência travado pela sociedade brasileira.

4. Fundamentação teórica

Com a intenção de contextualizar os objetivos desta pesquisa, construiu-se um arcabouço teórico com base nas abordagens sociológicas sobre o conceito de violência urbana e segurança pública. Da mesma forma, também foram abordadas as teorias do jornalismo. Emergem como preponderantes, para esta pesquisa, as questões que envolvem o processo de produção da notícia (*newsmaking*), os valores-notícias (*news-values*) e a teoria do enquadramento (*framing*). Por meio desta discussão, pretende-se obter referências teóricas para analisar a maneira pela qual a foi feita a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre ataques do PCC à cidade de São Paulo.

A discussão sobre violência urbana, PCC e segurança pública gira em torno das idéias presentes nos textos que discutem tal problemática no âmbito das Ciências Sociais. Portanto, busca-se subsídios nas argumentações que tratam a violência urbana como um problema amplo e estrutural, que abarca questões de criminalidade e problemas sócio-políticos característicos do Brasil. A base para esta construção é referendada pelos autores Michel Misse (2006a) e Yves Pedrazzini (2006), pois ambos propõem um novo olhar sobre tal fato, uma análise que busca compreender a violência urbana enquanto um fenômeno interligado e inserido nas dinâmicas sociais.

Para construir e amarrar os temas que o trabalho trata, é importante reconstruir um panorama das discussões sobre segurança pública e sobre o PCC. Com este intuito, busca-se subsídio na obra do antropólogo Luiz Eduardo Soares (2006a), que trabalha em concordância com as referências teóricas anteriores, busca desenvolver uma política de segurança pública baseada na remodelação da polícia somada às ações na frente social, já que, segundo o autor, tais idéias devem caminhar juntas no combate e erradicação da violência urbana. Percival de Sousa (2006) faz um relato sobre a estruturação do PCC e a sua consolidação como um

² Informações retiradas do site <http://www.folha.uol.com.br/>. Acessado em 07 de abril de 2007.

dos principais grupos do país. Souza encontra relações do surgimento do PCC com a deterioração das penitenciárias brasileiras e, em grande escala, de todo o sistema de segurança pública.

Com intuito de embasar tais questões no âmbito da cobertura jornalística sobre os ataques do PCC, busca-se abordar os pressupostos teóricos recentes do jornalismo, defendidos por reconhecidos autores da área. Trabalha-se com as noções de enquadramento (PORTO, 2004), ou seja, as distintas maneiras de representação de um mesmo fato na mídia. É feita também discussões sobre o processo de produção industrial da notícia, com vistas a buscar subsídios para compreender o caminho e os filtros entre os fatos original, a mediação e a notícia publicada (WOLF, 2005; TRAQUINA, 2005).

5. Método de pesquisa

Este estudo utiliza-se da composição de dois procedimentos analíticos, que se comportam de maneira complementar. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica de livros, artigos, textos e publicações on-line sobre o que já foi escrito sobre violência urbana, PCC, história da imprensa e a relação entre mídia e violência. A idéia é construir uma argumentação teórica para embasar a análise documental, feita a partir das reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*.

A análise documental é feita a partir do método de pesquisa conhecido como Análise de Conteúdo (AC). A AC é uma metodologia de pesquisa utilizada comumente em pesquisas na área de comunicação social e nas demais áreas das ciências sociais. Tal método trabalha na análise de elementos próximos do pesquisador, como são os diversos materiais publicados diariamente na imprensa. Martin W. Bauer (2003) entende que a AC é um método desenvolvido pelas ciências sociais que visa à análise de textos (impressos, imagéticos etc). O autor acredita que a metodologia permite interpretar valores, atitudes, opiniões e preconceitos sobre o qual o texto analisado foi construído.

A psicóloga Laurence Bardin defende que a AC é um conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser utilizado nas análises das comunicações de massa. Para a autora, o método se comporta como um “conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1997, p. 38). A jornalista e

pesquisadora Heloiza Golbspan Herscovitz (2007), no artigo *Análise de conteúdo em jornalismo*, sugere que a AC pode ser utilizada para definir e classificar os gêneros jornalísticos, identificar interesses de grupos e organizações e comparar o conteúdo de diferentes mídias.

Historicamente, a AC aparece nos estudos sobre a comunicação. No começo do Século XX, os estudos sobre a propaganda política do nazi-facismo utilizaram a metodologia como forma de desvendar as formas de legitimação do regime citado. Ao constatar este fato, o autor Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005, p. 280) defende que “a Análise de Conteúdo (AC), em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos”.

Portanto, a AC apresentou-se como a metodologia mais apropriada para avaliar a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a semana de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), precisamente, entre os dias 13 e 21 de maio de 2006. O método de análise categorial, definido por Bardin como a maneira mais antiga de se trabalhar com a AC, mostrou-se eficaz para a realização desta pesquisa. Segundo esta linha, ao analisar o texto, o pesquisador deve desmembrá-lo em unidades funcionais e classificá-lo por meio de categorias, anteriormente, estabelecidas com o intuito de descortinar mensagens e idéias que respondam os problemas da pesquisa. Bauer (2003, p. 199) sugere que a categorização é uma tarefa que carrega consigo as referências teóricas adotadas pelo trabalho. Herscovitz (2007, p.133) entende que a análise categorial nas pesquisas em jornalismo são ferramentas para a compreensão de editoriais, reportagens e artigos, em busca de conteúdos explícitos e implícitos, e, desta forma, descobrir as posições políticas e econômicas do veículo de comunicação analisado.

Inicialmente, o método de pesquisa quantitativo era hegemônico nos trabalhos que utilizavam a AC. Ao passar do tempo, alguns elementos de análise oferecem a possibilidade de se dar enfoques qualitativos à pesquisa. A inferência é um destes, pois como define Bardin (1997, p. 38) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. A partir de índices levantados nos conteúdos das mensagens, é possível, segundo tal prática, inferir padrões e comportamentos na emissão, na produção e na recepção (JUNIOR, 2005, p. 284).

Desta forma, a pesquisa busca, por meio do método categorial da AC, realizar a investigação sobre a cobertura da *Folha de S. Paulo*. Para tal estudo, utiliza-se um modelo que realiza análises **quantitativas** e **qualitativas**. Para este tipo de análise, entende-se que a escolha da AC é a opção que consegue relacionar estes dois campos de análise (BAUER, 2003, p.190). Junior (2005, p.285) afirma que “a análise de conteúdo oscila entre esses dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador”.

1. Violência Urbana: um conceito plural

A violência urbana mostra-se, atualmente, como um tema complexo e multifacetado. Acredita-se que para melhor compreensão do tópico seja necessário entendê-lo como um fenômeno amplo composto por inúmeras variáveis. O problema apresenta-se junto às questões sociais, políticas e econômicas da sociedade. Neste espectro, é interessante notar que processos sociais, antes ignorados pelos estudos sobre a temática, contemporaneamente, colocam-se como importantes instrumentos para o entendimento do tópico. Entre os novos fatores que influenciam a violência, entende-se que os processos de urbanização das grandes cidades, a crescente desigualdade social, a debilidade das políticas públicas de inclusão social e também a constante midiaticização dos crimes configuram parte expressiva da complexidade presente no conceito de violência urbana.

A questão da violência urbana está, portanto, inserida de diversas formas dentro da sociedade. Recente pesquisa de opinião do Instituto Datafolha indica que 31% dos brasileiros entendem que a violência é o principal problema do País³. Este número impulsiona uma busca de solucionar o problema, cria-se, então, um necessário debate na sociedade, com objetivo de desvendar raízes, causas, soluções e dimensões do problema da violência urbana no Brasil.

Desta forma, acredita-se que para melhor discussão acerca do tema, seja necessário entender a violência urbana como um fenômeno que abarca todos os processos sociais já acima citados. Assim, levando em conta a dimensão de conceitos que compõem a complexa teia da violência entende-se que a expressão de fenômeno da violência urbana é mais eficaz para o debate do problema. Entende-se que esta abordagem, não inédita nos estudos sobre o tema, levará à compreensão mais abrangente no campo teórico das diversas questões intrínsecas à violência urbana. Este entendimento, na visão do estudo, permitirá uma compreensão mais adequada à complexidade do tema. No entanto, existem diversas abordagens de caráter reducionista sobre a violência urbana, são visões que buscam simplificar o problema em questões policiais e criminais. Posição esta, que não abarca a complexidade dos processos sociais envolvidos no problema. Este

³ Informação publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 25/03/2007, em reportagem intitulada *Violência explode como principal problema do país*.

tipo de entendimento parece ignorar a diversidade e complexidade de fatores que compõem o fenômeno da violência urbana.

Defensor da linha de pensamento que entende a violência urbana como um fenômeno amplo e plural, o sociólogo Michel Misse (2006a) acredita que a violência urbana é composta por diversos fatores, que não poderiam ficar restritos a um único conceito, sendo, portanto, necessário destituir a “unificação imaginária” em torno do tema e desmembrá-lo em vários processos sociais que completam o diagrama do fenômeno da violência. O autor defende que a compreensão da violência nas cidades depende, fundamentalmente, do entendimento dos processos sociais inerentes à questão. Entre estes processos, está o atual crescimento indiscriminado, sem planejamento e sem infra-estrutura, da periferia dos grandes centros urbanos. Esses tópicos somam-se à pobreza, à desigualdade social e à ausência de políticas públicas de inclusão social capazes de integrar a parcela pobre da população à sociedade e aparecem como alguns dos acontecimentos presentes na construção do fenômeno da violência urbana.

A globalização aparece em diversos estudos como uma nova questão na análise de questões ligadas ao fenômeno da violência urbana. Yves Pedrazzini (2006, p.73), pesquisador do Laboratório de Sociologia Urbana da Escola Politécnica Federal de Lausanne, entende que “o processo descrito e analisado sob o nome de globalização, violência de uma minoria para a maioria, seria, portanto, a causa da violência da urbanização”. O autor defende que a violência urbana deve ser apreendida como parte de um sistema “socioespacial” em que a economia liberal globalizada seria um dos elementos estruturantes. A este tipo específico dá-se o nome de violência da globalização. Sobre este tema é interessante a citação:

Seja qual for nosso imaginário urbano, [...] seria o caso de se questionar por quê, em um mundo globalizado pela economia liberal, o processo de urbanização gera tantas rupturas e tão poucos laços. Podemos afirmar, basicamente, que as violências decorrem de formas contemporâneas de urbanização, pois são modos ditados pela globalização das relações econômicas determinadas por estratégias de dominação. (PEDRAZZINI, 2006, p. 80).

Yves Pedrazzini (2006, p. 79) também defende que o fenômeno da violência urbana deve ser compreendido como um “fato social total”, em linhas gerais, um acontecimento social que abarca diversos fenômenos sociais e estruturais. Assim, o estudo do problema é complexo e não será solucionado através de análises

segmentadas ou isoladas. Na visão de Pedrazzini, a abordagem fragmentada e isolada do fenômeno da violência consiste em limitar um tema de grande amplitude a uma mera questão policial e criminal. É, portanto, deste modo que se acredita que o estudo da violência não pode se feito de maneira simplista, na qual se exclua os aspectos econômicos, históricos e sociais específicos de cada sociedade.

Os estudos de Michel Misse dialogam com as idéias defendidas por Yves Pedrazzini. O autor brasileiro entende que a questão da violência urbana pode ser reduzida a um problema policial somente em países nos quais o crime comporta-se como exceção. Entretanto, este não é o caso brasileiro. O número de crimes praticados anualmente no Brasil é muito grande, um bom retrato são os números de homicídios praticados anualmente no país, só em 2006 foram cometidos 46.660 assassinatos (WAISELFISZ, 2008). Tal dado tona possível argumentar que o quadro da violência urbana brasileira, ao contrário dos países mencionados pelo autor, está inserido em um campo complexo, que decorre, prioritariamente, da ausência de direitos humanos e civis básicos, exclusão econômica, desigualdade social e ineficiência política. Desta maneira, processos sociais, políticos e culturais colocam-se de maneira decisiva e equânime na análise de questões inerentes ao fenômeno da violência urbana no Brasil. Assim, o fenômeno da violência urbana, em toda sua amplitude conceitual, apresenta-se como um problema que atinge em diferentes graus de intensidade toda a sociedade brasileira, especialmente aquela que habita as grandes metrópoles. Pode-se concluir, portanto, que o fenômeno da violência urbana no país é caracterizado como um processo plural, que abarca uma série de questões complexas que interligadas levam ao mesmo fim: o aumento da violência urbana.

1.1. Espaço urbano e globalização na construção da violência

Atualmente, as fronteiras físicas do mundo encontram-se diluídas, turvadas e atravessa-se um processo no qual a circulação da informação opera de maneira cada vez mais rápida. Este evento é, comumente, chamado de globalização. Assim, entende-se que a globalização é um fenômeno não restrito às fronteiras nacionais, mas uma série de acontecimentos que integra nações, populações e culturas em um processo que interconecta o planeta. Existem inúmeras conseqüências desta

inovação mundial e entender estes efeitos na construção da violência urbana é um dos objetivos deste estudo.

Os meios tecnológicos de difusão da informação são os pilares desta interconectividade promovida pela globalização. As distâncias, atualmente, encontram-se reduzidas vertiginosamente, muito por conta dos meios de comunicação de massa. Eventos, de qualquer espécie, podem ser transmitidos e retransmitidos, causando impactos diversos, a qualquer lugar do mundo, em frações de segundos, através das ondas de rádio e televisão ou pelos códigos binários da internet.

Um novo entendimento da relação tempo-espço é, portanto, uma das conseqüências mais diretas do processo de globalização. O sociólogo Zygmunt Bauman (1999) exemplifica este processo utilizando-se dos impactos da diluição das fronteiras nacionais nos mercados financeiros. Bauman entende que, em oposição aos proprietários do início do século, as grandes corporações mundiais, atualmente, gozam de ampla liberdade para operar os negócios, graças ao estágio de interligação global. O que leva o sociólogo a concluir que “os detentores do poder tornam-se realmente extraterritoriais” (1999, p. 26).

O geógrafo David Harvey (1989) acredita que esta compressão da relação tempo-espço gera um rompimento nas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. Harvey entende que os rompimentos destas práticas levam à produção de imagens efêmeras, características das sociedades pós-modernas. O sociólogo Stuart Hall (2006), em diálogo com as idéias de Harvey, argumenta que estas imagens efêmeras representam as identidades culturais da modernidade ocidental, produzidas pelas indústrias culturais que dominam os mercados econômicos globais.

A discussão proposta por Stuart Hall (2006) aponta para o fato de que o processo de globalização é distribuído de forma desigual no mundo, predominando a visão ocidental do processo. Assim, segundo o autor, cria-se um fluxo desigual, abastecido de mensagens consumistas e de imagens de culturas ricas que atingem, através dos meios de comunicação de massa, habitantes de diversas áreas do mundo, incluindo os espaços pobres e excluídos colocados à margem do processo. Harvey aponta que a criação de imagens efêmeras pode ser interpretada como uma luta de “grupos oprimidos” na tentativa de estabelecer uma identidade de representação dentro desta lógica.

Bauman entende que:

Se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão – tanto mais humilhante pela intrometida visão da liberdade de movimento dos outros (BAUMAN, 1999, p.31).

Tomando como base os conceitos defendidos pelos autores, pode-se tentar traçar um paralelo com a situação da violência urbana no Brasil. A população pobre é abastecida pelos meios de comunicação, pelas mensagens consumistas das culturas ocidentais. Uma das respostas a este processo é a criação de uma identidade violenta que enxerga somente no uso da violência uma alternativa para desenvolver uma identidade capaz de reconhecimento e legitimação. É desta forma que os processos da globalização estão nas raízes da desigualdade e exclusão social em que boa parte da sociedade brasileira encontra-se inserida e abastece de maneira direta ou indireta o fenômeno da violência urbana.

Yves Pedrazzini (2006) aponta que uma das causas da “violência da globalização” é a “violência da urbanização”. Os dois tipos somados aparecem de maneira decisiva na construção da violência urbana. Assim, o entendimento do processo de urbanização das grandes cidades coloca-se como importante objeto de análise no estudo sobre a violência urbana nas grandes cidades. Portanto, torna-se imprescindível, na tentativa de entender a “violência da urbanização” no Brasil, o estudo dos processos de urbanização atravessado pelas metrópoles brasileiras. As cidades urbanas do país passaram, e ainda passam, por um período de caótico desenvolvimento urbano, realizado em um quadro de planejamento irresponsável e de aumento indiscriminado.

O processo de urbanização pós-moderno apresenta-se como um evento fragmentado de desenvolvimento (Harvey, 2006). Assim, entende-se que, enquanto uma parte da cidade cresceu à luz da modernidade, outra foi condenada ao arcaísmo e à ausência de condições mínimas para viver. Pode-se afirmar, portanto, que no processo de urbanização das cidades brasileiras questões sociais foram colocadas em segundo plano. Fato que condenou grande parte da população urbana à exclusão no desenvolvimento das cidades. Essas pessoas habitam aqueles que podem ser considerados os lugares mais pobres da cidade: as favelas

e periferias⁴. Yves Pedrazzini (2006, p. 93) aponta que “a favela é um fragmento particularmente representativo das dinâmicas de segregação do urbanismo. [...] é a eterna vítima territorial [...] da violência da urbanização e da globalização”.

O crescimento indiscriminado das cidades brasileiras, que atingiu o ápice nas décadas de 1970 e 1980, diluiu as barreiras entre os dois universos sociais distintos de ricos e pobres. Este modelo de urbanização caótico gera, neste contexto, um intenso conflito social dentro da sociedade que, entre outras conseqüências, é um campo fértil para a ascensão da violência urbana. Zygmunt Bauman (1999) aponta que, dentro do processo de urbanização e globalização, o ambiente urbano pode se transfigurar em um campo de batalha na disputa pelo espaço.

Assim, entende-se que estes processos sociais característicos da pós-modernidade posicionam-se de forma importante na construção do fenômeno da violência urbana. O atual momento de globalização e o processo histórico e contínuo de urbanização caótica das cidades brasileiras são acontecimentos imperativos na manutenção e no aumento das dificuldades sociais do Brasil. O fluxo desigual da globalização e o processo também desequilibrado de urbanização fomentaram uma disputa no mesmo espaço urbano de classes antagônicas e, desta forma, a violência urbana emerge e coloca-se como uma das formas de legitimação de classe.

Em outras palavras, acredita-se que a violência da globalização e da urbanização são tentativas de imposição de um sistema, projetos e interesses dominantes. A violência urbana pode ser considerada neste contexto uma resposta direta e inconsciente daqueles que foram excluídos e colocados à margem deste processo de modernização das cidades. Condenados à habitarem os bairros pobres e à viverem sem condições mínimas de cidadania.

Portanto, é neste quadro complexo em que a urbanização, antes um processo local, passa a ser influenciado diretamente por um problema global (a globalização) deixando as conseqüências deste processo no colo da população local (BAUMAN, 1999). Esse sistema de exclusão causa o aumento da desigualdade social, que é, indubitavelmente, uma das explicações do constante aumento da violência. O estudo do fenômeno da violência urbana tangencia o entendimento destes processos, principalmente no caso brasileiro, no qual se entende que

⁴ O entendimento adotado por este estudo do conceito de “favela” são os bairros mais pobres das grandes cidades. No entanto, não é atribuída relação de causa direta entre pobreza e violência, como será exposto doravante, mas há o entendimento de que o processo de urbanização renegou boa parte da população a um lugar insalubre. Para melhor entendimento, ver PEDRAZZINI, 2006, p. 95.

acontecimentos locais e globais são preponderantes na composição do fenômeno da violência urbana.

1.2. Pobreza e violência: o problema da relação direta

O presente estudo já defendeu anteriormente que a violência urbana é caracterizada como um fenômeno plural e complexo quanto ao entendimento, causas e conseqüências. Entende-se, também, que existem diversas abordagens reducionistas do assunto, como já explicitado anteriormente. Assim, pretende-se questionar a validade de uma das citadas abordagens, principalmente aquela que relaciona de forma direta e causal a pobreza⁵ encontrada nas grandes cidades com o aumento constante do fenômeno da violência urbana.

Apesar de questionável, esta relação de causalidade entre pobreza e violência possui grande penetração no entendimento do fenômeno da violência urbana na sociedade brasileira, inclusive nos estudos acadêmicos. O estudo pretende, no entanto, demonstrar que a pobreza não é causa única e geradora, ela própria, da violência. Para isso, portanto, julga-se importante analisar a literatura sobre o tema no Brasil.

Segundo Michel Misse (2006b), foi durante a década de 1970 que o aumento da violência urbana começa a ganhar espaço na mídia e na opinião pública. No entanto, de acordo com o autor, somente a partir de 1980 as ciências sociais passaram a se interessar pelo tema. Desta forma, Misse defende que a maioria dos trabalhos produzidos neste período apontava uma associação direta entre os conceitos de pobreza e violência. Esta visão do processo é chamada por Michel Misse de “velho enfoque” e contribuiu de maneira determinante para a disseminação do entendimento de que pobreza e violência possuem uma relação direta.

No entanto, estudos recentes discordam desta abordagem e propõem um entendimento mais amplo deste processo. Dentre estes, destaca-se o entendimento do psicanalista Benilton Bezerra Júnior (2006) defensor de que somente a pobreza não explicaria o quadro da violência urbana no Brasil, seria preciso, portanto, entender a natureza da exclusão vivida por grande parte da população. Assim, defende-se que a pobreza não possui um vínculo intrínseco com a violência.

⁵ Entende-se, neste estudo, que o conceito de “pobreza” é sinônimo de exclusão econômica. Para melhor compreensão, ver BEZERRA, 2006, p. 44.

Benilton Bezerra Júnior entende que ao se colocar os bens materiais como principais valores da sociedade, grande parte da população é levada a uma restrição simbólica que passa a ser combatida com o recurso da violência.

Ou seja:

É interessante notar que subjaz, no fenômeno difuso da delinquência violenta das metrópoles, mais que uma lógica material, uma lógica simbólica. [...] A violência aparece não tanto como efeito da pobreza econômica, mas como resultado de uma exclusão propriamente simbólica, da ausência de sentido imposta a uma existência, e ao valor excessivo, quase exclusivo, concedido à posse e exibição de certos ícones materiais como forma de obtenção de reconhecimento social (BEZERRA, 2006, p. 49).

Pode-se defender, portanto, que o vínculo entre pobreza e violência atende a uma lógica simbólica e não material, no momento em que os valores éticos e morais são subjugados pelos valores econômicos característicos das sociedades pós-modernas. Acredita-se, então, que a violência emerge como uma resposta a este processo de exclusão social e ao bombardeio de mensagens e signos das culturas ricas sobre a grande massa de pessoas excluídas economicamente, que não possuem meios materiais de adquirirem estas mensagens. A desigualdade simbólica é ainda mais perversa ao se imaginar que o acúmulo e obtenção dos signos das culturas ricas ocidentais colocam-se como a única identidade capaz de legitimar a grande parcela excluída da sociedade. Tal acontecimento pode gerar entre esta parcela da sociedade a criação de um sentimento de pertencimento e inserção na dinâmica simbólica do atual mundo globalizado, que estaria ligado à obtenção dos bens materiais. Desta forma, pode-se entender que são ineficazes e incorretos os entendimentos que buscam desenvolver uma relação de determinismo entre pobreza e violência.

Acredita-se, assim, que os problemas gerados pela situação de pobreza no Brasil abarcam um sistema complexo de desigualdades sociais, econômicas e simbólicas, na qual se encontra inserida grande parte da população, que desembocam, em um último momento, no aparecimento de um processo de violência estrutural⁶. É neste quadro, portanto, que os quadros de desigualdade apresentam-se como um “terreno fértil” para o crescimento do fenômeno da violência urbana na sociedade brasileira.

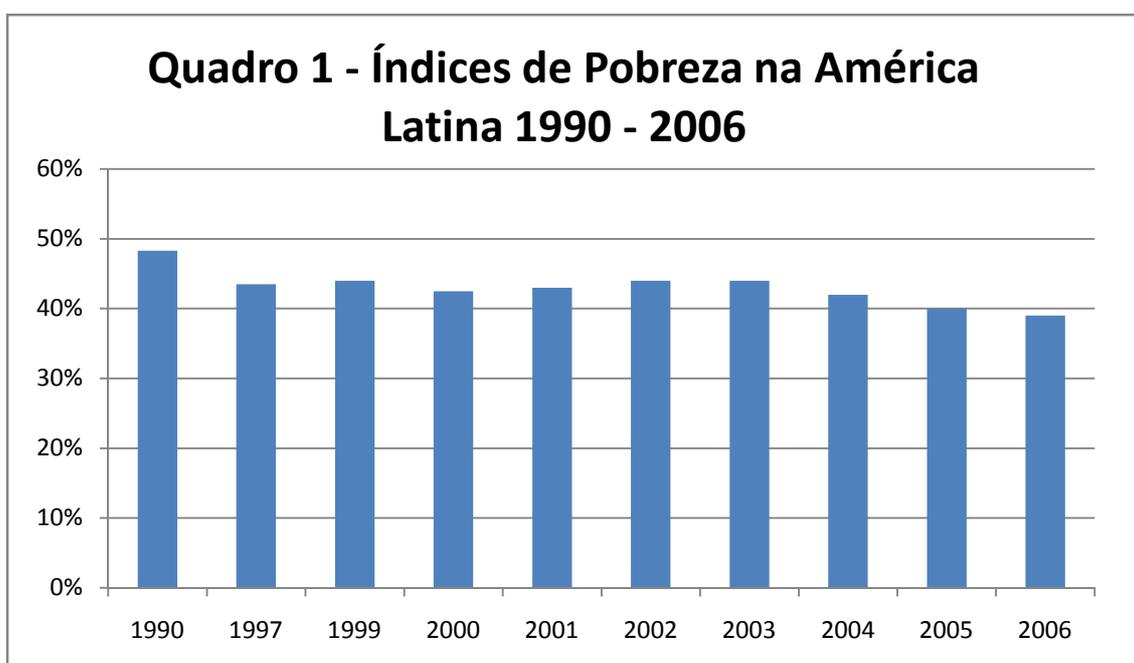
⁶ Ver subcapítulo 1.3.1.

1.3 O quadro da violência

Nesta etapa, o presente estudo pretende demonstrar os indicadores que definem a atual situação do fenômeno da violência urbana no Brasil e na América Latina. O conceito de violência é plural e abstrato, sendo necessário desenvolver de maneira mais concreta um dispositivo de aferição. Desta forma, o estudo dar-se-á em tópicos associados ao conceito inicial do fenômeno da violência urbana.

1.3.1 Violência estrutural na América Latina

Acredita-se que a violência estrutural é um tipo de violência que se coloca como sistêmica, sendo produto de um sistema desigual que possui sérias fissuras sociais (CIIP, 2002, p.103). Desta forma, julga-se que os indicadores econômicos e sociais colocam-se como uma forma de entender estes fatores. Este tipologia encontra apoio na América Latina que é a região de maior concentração de renda proporcional (CIIP, 2002, p. 104). Os indicadores da situação de desigualdade social presente na América Latina configuram-se como um importante instrumento de análise na tentativa de demonstrar a validade do estudo das questões ligadas ao processo denominado violência estrutural (Quadro 1)⁷.



⁷ Fonte: Relatório anual de 2006 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: <http://www.iadb.org>. Acessado em: 06 out 2007.

De acordo com o quadro apresentado, é possível notar que os índices de pobreza da América Latina mantêm uma determinada estabilidade em torno de 40% da população. Ou seja, grande parte, praticamente a metade, dos habitantes da região se vê condenada a viver sob o manto da desigualdade social. Desta forma, depreende-se dos números mostrados que as condições sociais latino-americanas, além de graves e preocupantes, configuram um campo propício para o surgimento da violência. Portanto, entende-se que esta violência estrutural coloca-se de forma decisiva nas relações que levam ao surgimento e evolução do fenômeno da violência urbana.

1.3.2 Evolução da violência no Brasil

Neste tópico, o presente estudo pretende demonstrar a evolução da violência no Brasil. Para tal, acredita-se que o número de homicídios ocorridos entre os anos de 1994 a 2004 configura um importante retrato da situação da violência urbana no país.



Os dados encontrados no *Mapa da violência dos municípios brasileiros* ratificam o entendimento de que o aumento da violência acompanha os índices de crescimento da desigualdade social, das exclusões simbólicas e materiais e das transformações vividas pelo mundo (Quadro 2)⁸.

A partir destes dados, pode-se afirmar que o número de homicídios cresce regularmente no Brasil. No entanto, entre os anos de 2003 e 2004, os homicídios tiveram redução de 5,2%, fato preponderantemente ligado às políticas de desarmamento desenvolvidas no período (WAISELFISZ, 2007). Embasado no aumento praticamente constante do número de homicídios nos municípios brasileiros, pode-se afirmar, portanto, que estes dados demonstram que o fenômeno da violência urbana também aumenta constantemente, trazendo consigo, como anteriormente defendido por este estudo, o crescimento de diversos problemas sociais.

1.3.3 O estudo da violência urbana no Brasil

O aumento constante do fenômeno da violência urbana no Brasil levou à criação de diversos grupos de estudos concentrados, exclusivamente, no tema. Estes novos atores junto às organizações internacionais, como as Organizações das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), fornecem diversas informações importantes para o entendimento deste processo.

No Brasil, atualmente, destaca-se a atuação dos seguintes grupos de pesquisa sobre o tema: Núcleo de estudos da violência (NEV), Centro de estudos de segurança e cidadania (CESeC) e Centro de estudos de criminalidade e segurança pública (Crisp).

Criado em 1987, o NEV é ligado à Universidade de São Paulo (USP) e desenvolve pesquisas nas linhas de democracia, direitos humanos e violência: uma análise integrada; monitoramento de direitos humanos no Brasil e particularmente em São Paulo; democracia, direitos humanos e segurança pública: estudos comparativos.

⁸ WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, 2007.

O CESeC é ligado à Universidade Cândido Mendes e foi criado no ano 2000. As pesquisas desenvolvidas têm o compromisso de subsidiar ações de combate eficiente à criminalidade. O centro de estudos se destaca pela abordagem dada aos fatos ligados à violência urbana:

o trabalho do CESeC tem contemplado áreas temáticas tradicionalmente excluídas desse campo, buscando uma convergência entre os debates sobre sistema de justiça criminal e as discussões sobre desigualdades, direitos e democracia no Brasil⁹.

Recentemente, o CESeC em parceria com a Secretária Especial dos Direitos Humanos (SEDH) publicou o livro *Mídia e violência*, no qual discute a cobertura jornalística sobre a violência urbana, segurança pública e criminalidade.

O Crisp, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem como principal objetivo a organização de um banco de dados sobre criminalidade, além de incentivar pesquisas que contribuam na formação de profissionais para o combate à violência urbana.

Em Brasília é possível encontrar o Núcleo de Estudos sobre a Violência e Segurança (Nevis) ligado à Universidade de Brasília (UnB). O grupo tem por objetivo desenvolver pesquisas sobre os diversos atores presentes nos debates sobre as questões ligadas à violência urbana e segurança. O Nevis pode ser acessado no site: <http://www.nevis.unb.br>.

⁹ Informações retiradas do site: <http://www.ucamcesec.com.br>. Acessado em 07 out 2007.

2. Primeiro Comando da Capital: 15.3.3

A letra “P” é a décima quinta do alfabeto brasileiro, o “C” ocupa a terceira posição. A partir desta idéia, surgiu a sigla PCC (15.3.3) e, em decorrência, o nome Primeiro Comando da Capital. Desde a fundação, o PCC também é conhecido como Partido do Crime. A data de fundação do grupo é 31 de agosto de 1993, dia em que alguns presos transferidos de São Paulo realizavam uma partida de futebol na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, presídio também conhecido como Piranhão. Como todos os integrantes do time eram de São Paulo, surgiu o nome Comando da Capital. Participaram deste episódio os fundadores do PCC, entre eles: Misa, Cara Gorda, Paixão, Esquisito, Dafé, Bicho Feio, Cesinha, Geleião, Marcola e Sombra.

Segundo o jornalista Josmar Jozino (2005), o nascimento do PCC é marcado por dois elementos antagônicos: futebol e assassinatos. O primeiro remete ao esporte, à vida e à diversão, o segundo, no entanto, é o oposto. A gênese do grupo está ligada à morte de dois rivais, o “acerto de contas” comandado por Cesinha configurou as primeiras mortes a mando do Partido do Crime.

A partir de 1993, o PCC passou por um processo de estruturação. A base para o sistema foi a rígida hierarquia, os “generais”, “cobras” ou “fundadores” são os membros mais antigos e com maior poder. Aqueles que obedecem são conhecidos como “soldados” ou “lagartos” (JOZINO, 2005). Após estabelecer os limites entre quem comanda e quem é comandado, o grupo criou uma estrutura de arrecadação financeira baseada no pagamento de mensalidades. Os detentos deveriam contribuir com R\$ 25,00, os que estão em regime semi-aberto com R\$ 250,00 e os “soldados” em liberdade R\$ 500,00 (JOZINO, 2005). De acordo com o autor Josmar Jozino (2005) a contabilidade e administração econômica do grupo eram feitas pelas primeiras-damas¹⁰. O jornalista defende que o dinheiro arrecadado é aproveitado para financiar fugas, assaltos, corromper policiais e funcionários do sistema prisional, comprar armas e drogas. Segundo ele, o PCC utiliza o restante do dinheiro para montar um fundo de solidariedade para ajudar aos presos.

¹⁰ “Primeira-Dama” é o termo utilizado para designar as mulheres que tem relacionamento com os líderes do Primeiro Comando da Capital. Segundo Jozino (2005, p. 47), “a palavra de uma primeira dama sempre era respeitada na hierarquia do PCC”. Para maiores esclarecimentos ver Jozino, 2005, p.46 – 54.

Neste sentido, o jornalista Percival de Sousa (2006), argumenta que o nascimento da organização é inspirado no discurso contra a situação desumana dos presídios. No entanto, afirma o autor, a construção da plataforma do PCC não pode justificar a imposição de idéias que legitimem as ações criminosas da do grupo, na tentativa de construir um “Estado de delinqüência” comandado por criminosos associados. Sousa (2006) defende que para manter o saldo positivo na arrecadação, o Partido do Crime fez a opção pelo investimento no tráfico de drogas. Esta opção se justifica como uma estratégia de mercado, marcada pelo fato da existir uma enorme clientela disposta a consumir a produção, tornando este tipo de comércio sempre favorável ao Primeiro Comando da Capital.

O delegado Ruy Fontes (*apud* Sousa, 2006) demonstra que a organização financeira do PCC é baseada na arrecadação oriunda do tráfico de drogas, espalhados em diversos pontos-de-venda e das mensalidades pagas pelos integrantes do grupo, gerando uma receita bruta mensal, no ano de 2005, de R\$ 750 mil. Este dinheiro era destinado aos empreendimentos do PCC e para o financiamento das mais diversas ações criminosas. Sousa (2006) entende o Partido do Crime também investe na formação de advogados para se tornarem os “doutores do crime”, profissionais que defenderão os criminosos ligados à facção.

Assim, acredita-se que o PCC coloca-se como uma espécie de Estado Paralelo dentro do sistema prisional, formando uma rede de cooperação e proteção aos detentos ligados ao grupo. Essa estrutura não se faz presente somente dentro dos presídios, ela prossegue até fora dos limites da prisão, estendendo os benefícios aos familiares dos “soldados” espalhados pelas periferias de São Paulo. No entanto, as benfeitorias são financiadas por ações criminosas. Desta forma, compreende-se que o Partido do Crime comporta-se como um tipo de Robin Hood moderno, que justifica assaltos, seqüestros, tráfico de drogas como arma na luta contra a opressão e péssima qualidade de vida dentro das prisões.

Para manter, do interior dos presídios, o controle e a organização do grupo, o PCC criou uma estrutura voltada à comunicação. Segundo Josmar Jozino (2005), o grupo percebeu que o sucesso das ações criminosas dependia de um eficiente sistema de comunicação. Desta forma, a organização adquiriu um modo de comandar à distância assaltos, seqüestros, atentados e rebeliões. Jozino mostra o PCC também criou uma estrutura para veicular suas ações na imprensa, uma

espécie de relações públicas. É interessante a descrição do preso encarregado de comandar este processo:

Lucien era um preso de origem árabe, filho de classe média alta e condenado por tráfico. Chegou a ser apontado pela polícia como o porta-voz, o “relações públicas” do PCC. Pelo seu radinho (celular), ele falava o dia inteiro com repórteres de jornais, revistas e televisão. Lucien falava quatro idiomas e por isso era respeitado pelos líderes do PCC. Inteligente e conhecedor do Código Penal Brasileiro, ele fazia defesas e petições para os detentos. (JOZINO, 2005, p. 79).

Pode-se, concluir, então que as lideranças do PCC desenvolviam, desde a fundação da facção, um plano que visava dar visibilidade às ações do grupo. Desta forma, percebe-se que o principal instrumento de difusão das idéias do Partido do Crime era através da panfletagem e do boca-a-boca.¹¹ A imprensa também faz parte deste jogo, Josmar Jozino (2005) informa que os jornais paulistas *Diário de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicaram na íntegra o estatuto do PCC. Além desse fato, o autor destaca que por diversas vezes foi procurado por membros da facção para publicar as situações de destrato que os presidiários sofriam dentro da prisão.

Apesar de contar com alguma participação dentro da imprensa, a primeira grande ação midiática do PCC aconteceu em 2001, oito anos após a fundação da organização. O grupo comandou rebeliões em série por todo o estado de São Paulo. No total, foram 25 presídios e mais quatro cadeias públicas com os detentos rebelados¹², as ações simultâneas colocaram o Partido do Crime em evidência no Brasil e no exterior. As principais emissoras do país cobriram as rebeliões, mostrando as faixas com a sigla PCC, 15.3.3 e o lema do grupo *Paz, Justiça e Liberdade* (PJL). O motim teve repercussão internacional veículos de comunicação como o francês *Le monde*, o espanhol *El País*, os portugueses *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*, o italiano *La Stampa*, os americanos *The New York Times* e *Washington Post* e a rede de televisão londrina BBC noticiaram, com grande destaque, as rebeliões em suas edições diárias.

¹¹ Comunicação informal, em que as informações são transmitidas por meio da comunicação oral.

¹² Segundo Josmar Jozino (2005, p. 80), “além de se amotinarem no Carandiru, tanto na detenção como na Penitenciária do Estado, os presos se rebelaram nas penitenciárias de Presidente Venceslau; Campinas, Avaré I e II; Sorocaba; Hortolândia I e III; Mirandópolis; Iperó; Itaí; Iaras; Itapetininga; Assis; Presidente Bernardes; Pirajuí; Centro de Detenção Provisória (CDP) do Belém; São Vicente; Tremembé I; Guarulhos II; Araraquara; Itirapina e Ribeirão Preto”.

As rebeliões de 2001 foram um marco para que o PCC se tornasse conhecido em todo o Brasil. Segundo Sousa (2006), somente após a primeira grande ação do grupo, as autoridades penitenciárias paulistas reconheceram a existência nas penitenciárias do estado de um grupo criminoso organizado. Sousa, também, argumenta que a morosidade do Governo de São Paulo em admitir e reconhecer o poder do PCC tornou possível o crescimento indiscriminado do grupo dentro das cadeias ou “faculdades”¹³.

Percival de Sousa (2006) entende, também, que as rebeliões de 2001 marcaram o início de um novo tipo de crime organizado, que passa a gerenciar atividades criminosas de dentro do presídio. De acordo com o autor, o PCC construiu seus códigos e uma nova linguagem, partindo dessa estruturação para mostrar poder aos funcionários do presídio, juízes, promotores, advogados e imprensa. Ele entende que o crime moderno transformou o presídio em um escritório, que tem como chefe os líderes da facção. A diversificação das ações do PCC aponta para a busca de poder político, em um poder de organização que visa se infiltrar em poderes do Estado (SOUSA, 2006).

Dos dias 12 de maio a 20 de maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital realizou mais uma série de ações criminosas. Nesta, no entanto, o PCC não coordenou apenas rebeliões ao longo dos presídios. Desta vez, a o grupo comandou uma onda de ataques às instituições de repressão paulistas. Ao todo foram 42 mortos e 73 rebeliões simultâneas, que demonstravam o sucesso da estrutura comunicacional do grupo, pois algumas penitenciárias ficam localizadas distantes da capital. Para Sousa (2006), é neste momento que passou querer mostrar-se como o Partido do Crime e começou a investir em ações terroristas para mostrar a força e o poder da organização.

Desta forma, pode-se concluir, então, que o PCC é uma organização que surgiu dentro dos presídios do estado de São Paulo e se estruturou inicialmente com o intuito de comandar os presidiários dentro dos “limites do muro”, ou seja, nas prisões. No entanto através de uma estrutura hierárquica, financeira e de comunicação eficientes, o grupo cresceu e expandiu suas atividades para o exterior

¹³ Percival de Sousa (2006, p. 21) diz que o PCC começou a oferecer cursos para os detentos e desta forma os integrantes do grupo passaram a chamar os presídios de “faculdade”, incorporando o conceito que dizia que as prisões são as escolas do crime.

dos presídios. Atualmente, o Partido do Crime exibe grande poder, competindo e, até mesmo, ameaçando poderes político e policial do Estado.

2.1. As raízes de um problema

No intuito de se entender a origem do Primeiro Comando da Capital, deve-se, primeiramente, comentar o episódio que ficou conhecido como o *Massacre do Carandiru*. No dia 2 de outubro de 1992, a Tropa de Choque da Polícia Militar, comandada pelo coronel Ubiratan Guimarães, foi acionada para combater uma rebelião que acontecia no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru. O motim teria, supostamente, sido iniciado por conta de uma briga entre detentos de facções rivais por espaço no varal. Ocorrida durante a gestão do à época governador do estado, Antônio Fleury Filho, a ação policial deixou como rastro 111 presos mortos e 130 feridos. A brutalidade da ação foi tamanha, que o fato ganhou destaque na imprensa nacional e internacional¹⁴.

O Massacre do Carandiru é, portanto, emblemático para se entender o surgimento do PCC. O Partido do Crime, em sua gênese, apropria-se do discurso contra a violência policial, argumentado que somente a existência de um grupo forte poderia ser eficiente contra a opressão. A idéia inicial era mostrar que os presos unidos poderiam evitar outros possíveis ataques, como o ocorrido em outubro de 2002. O segundo ponto que emerge ao se relembrar os acontecimentos do Carandiru é a péssima condição dos presídios brasileiros. Fato, também, defendido pelo PCC desde a fundação, a situação de descaso e abandono das cadeias foi uma das principais molas propulsoras do nascimento do PCC.

A compreensão da importância destes fenômenos para o nascimento do PCC fica mais clara ao se olhar o estatuto de fundação do grupo. O documento é composto por 16 artigos. No entanto, entende-se que 4 artigos são emblemáticos para o entendimento das bases do discurso de formação da facção e, assim, tentar enxergar as raízes do problema:

¹⁴ Para maiores detalhes sobre o massacre, ver Varela, 1999.

[...] 3- União na luta contra as injustiças e opressão dentro da prisão. (...) 11- O Primeiro Comando da Capital – PCC – fundado no ano de 1993, numa luta descomunal, incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração, “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como lema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”. (...) 13- Temos de permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a política carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões. (...) 16- O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos a nível estadual e a médio e o longo prazo nos consolidaremos a nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho – CV e PCC iremos revolucionar o país de dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror “dos Poderosos”, opressores e tiranos (...) Conhecemos a nossa força e a força dos nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido (*apud* JOZINO, 2005, p. 37-8).

Assim, pode-se notar que o PCC utiliza-se, desde seu surgimento, da situação do sistema prisional brasileiro como instrumento de validação das suas ações dentro e fora das cadeias e, também, como forma de legitimação de sua própria existência. Percival de Sousa (2006) batiza os presídios de “mãe-prisão” e acredita que esta foi matriz geradora de toda a estrutura do PCC e seus ritos, regras e leis. Para o autor, “o PCC ocupou todas as vagas de coveiro no gigantesco cemitério de poesias que se chama presídio” (SOUSA, 2006, p. 183). O jornalista apresenta os problemas crônicos apontados, com base nos levantamentos de Comissões estaduais de defesa dos direitos humanos: Superlotação, promiscuidade, falta de assistência jurídica, tratamentos médicos precários ou inexistentes, falta de banho de sol, má qualidade da comida e água, revista vexatória e falta de autorização para visita, ociosidade e insuficiência de programas de trabalho e ressocialização.

Josmar Jozino (2005) faz um retrato das condições físicas encontradas nos presídios. O autor relata que as masmorras do pavilhão 5 do Carandiru eram celas úmidas e sem banheiro, nas quais o esgoto chegava ao tornozelo dos detentos, a comida não era entregue todos os dias e grande parte dos presos que ficavam na cela sofriam de anemia e tinham a pele amarela por causa da falta de sol. A professora Fiona Macaully (2006) entende que o atual estado das prisões no Brasil é um ambiente propício para a disseminação, além de doenças físicas, de patologias

sociais, que tem como conseqüências mais imediatas as ações violentas comandadas pelo PCC.

Um dos principais problemas das penitenciárias brasileiras, atualmente, é o superlotamento. Dados de dezembro de 2005 mostram que o sistema prisional brasileiro contava com 361.402 detentos e, no entanto, possuía estrutura para abrigar apenas 206.559, fato que gera um déficit de 154.843 vagas (MACAULY, 2006). Macauly aponta que, além do excesso populacional das prisões, as degradantes e desumanas condições dentro dos presídios – que vão de privação de assistência jurídica a casos de tortura – alimenta nos detentos sentimentos como raiva, ressentimento e ódio. Desta forma, o PCC aparece como uma válvula de escape, na tentativa de suprir esses problemas e numa espécie de luta contra o próprio sistema.

Outro importante elemento que compõe a complexa teia do sistema prisional brasileiro é a figura do carcereiro. É apontado por Percival de Sousa como o representante do Estado dentro da cadeia, pois seria ele o principal interlocutor dos presidiários com as forças legais. No entanto, acredita-se que estes profissionais, por conta das condições de trabalho oferecidas, como baixos salários, despreparo e sensação de impunidade, são também agentes da corrupção, trabalhando no contrabando da maioria das armas, drogas e celulares que circulam dentro das cadeias.

Fiona Macauly esclarece que o sistema prisional brasileiro possui três funções: (1) proteger o público, (2) punir e (3) reabilitar.

- (1) A função de proteger o público é incapacitar o detento de cometer novamente atos que possam prejudicar a população. As constantes as fugas em massa e a habilidade do PCC em orquestrar atividades de dentro da cadeia, por exemplo os ataques ocorridos em maio de 2006, demonstram que o sistema não tem sido capaz de cumprir esta missão.
- (2) A punição é o encarceramento e, conseqüentemente, a privação da liberdade. No entanto, a punição tem dimensões legais, morais e instrumentais (MACAULY, 2006). As constantes violações dos Direitos Humanos dentro dos presídios brasileiros caracterizam punições injustas, que não atendem a tríade proposta.
- (3) No tocante à reabilitação, estimativas apontam que, em média, a reincidência de crimes por ex-detentos é de 70% (CARRANCA, 2007).

O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2006a) aponta para o fato de que as instituições de segurança pública brasileiras, polícias e sistema prisional, estão envelhecidas. O autor defende que as estratégias e forma de organização destas foram capazes de cumprir sua missão durante a ditadura militar e que, atualmente, estão ultrapassadas. Outro ponto levantado pelo autor é o não cumprimento eficiente da Lei de Execuções Penais, promulgada em 1984, que viabilizaria o fim da superlotação e com menos detentos sobraria dinheiro para investimentos nas estruturas físicas e de segurança dos presídios. Essa ineficiência na aplicação da referida lei está presente na raiz de grupos como o PCC.

Um dos efeitos visíveis de todo este processo de descaso que corrói a política penitenciária nacional é a função exercida pelo PCC. Sousa (2006) acredita que o grupo é a versão atual do Esquadrão da Morte¹⁵. O autor coloca que o PCC assumiu essa função, atualmente, apoiado por considerável parte dos detentos do estado de São Paulo, a facção se organizou e passou a cometer atentados, assassinados, roubos e seqüestros em nome da luta contra a opressão e violência nos presídios. Segundo Sousa, o PCC coloca-se como o representante oficial do crime, instituindo regras e criando um paradoxal momento no qual o crime pretende ser lei.

Assim, pode-se argumentar que o sistema prisional brasileiro, que é incapaz de cumprir com suas obrigações, encontra-se em absoluto atraso, apresentando um estado de degradação e precariedade que remete às instituições de punição medievais. Esta conjuntura somada aos outros problemas, como a corrupção de agentes penitenciários e policiais, a violência e opressão dentro dos presídios e as péssimas condições físicas das cadeias nacionais, constituem uma espécie de “caldo de cultura”, com todos os ingredientes e nutrientes necessários, para a formação, crescimento e consolidação de grupos organizados como o PCC. Desta forma, é possível concluir que as raízes deste problema encontram-se presentes na ineficiência do Estado no tocante às instituições de repressão.

¹⁵ Grupo de extermínio formado por policiais que, nos anos 1960 e 1970, executavam sumariamente habitantes da cidade de São Paulo, em nome do combate a criminalidade. Mais detalhes em Sousa, 2006.

2.2. Crime organizado no Brasil

O crime organizado cresceu no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964 - 85). Nesta época, os presos políticos eram detidos juntos a diversos outros tipos de criminosos. A maioria dos presos políticos era ligada a movimentos armados e estudantis que possuíam elevado índice de organização. O intercâmbio de informações no confinamento pode ter sido um dos embriões do crime organizado brasileiro. Um exemplo pode ser visto no fato de David Spencer, canadense e ex-militante do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) do Chile, ter planejado em 1998 um sistema de informatização e comunicação para o PCC (JOZINO, 2005). O ex-revolucionário foi um dos envolvidos no seqüestro do empresário Abílio Diniz, em 1989.

Depois do surgimento, o crime organizado começou a ganhar força e a aprimorar seus métodos de ação. No entanto, para um melhor entendimento deve-se melhorar o conceito do que é crime organizado. Algumas análises, sobretudo na imprensa, costumam colocar em situação de igualdade quadrilhas e organizações criminosas. Porém, existem diferenças: quadrilhas, em geral, são formadas por pessoas associadas com fim de cometer um crime e não ligadas a um grupo que ofereça respaldo à ação. Para que se caracterize como uma organização criminosa, o grupo deve apresentar as seguintes características¹⁶:

1. Hierarquia;
2. Previsão de lucros;
3. Divisão do trabalho;
4. Planejamento empresarial;
5. Simbiose com o Estado.

Ou seja, uma organização criminosa deve possuir um padrão hierárquico tanto na liderança quanto na divisão do trabalho, por exemplo, distinção entre aqueles que planejam e os que executam as ações. As ações devem ser planejadas

¹⁶ Para esta definição, utilizam-se as mesmas categorias definidas por Guaracy Mingardi em MINGARDI, 2006.

levando-se em conta os custos a serem empregados e as conseqüências do ato. E, permeando este processo, a necessidade de obtenção de lucros. Também é necessária uma relação com o Estado, para que seja possível viabilizar os crimes. Pode-se observar esta idéia nos casos de celulares e drogas que entram nos presídios pelas mãos de agentes penitenciários.

Definido os critérios para se dominar determinados grupos com o nome de crime organizado, é interessante observar que existe uma divisão dentro do próprio conceito. Há as vertentes tradicionais e empresariais de organizações criminosas (MINGARDI, 2006). Para o presente estudo, no entanto, será discutida somente a ação tradicional, pois se acredita que ela está mais próxima do universo de crime organizado trabalhado na pesquisa¹⁷.

Segundo o cientista político Guaracy Mingardi (2006), a organização criminosa constituída a partir do modelo de relacionamento tradicional é aquela em que as relações entre os membros se baseiam no apadrinhamento. O criminoso só entra para o grupo se for indicado por um membro mais antigo, criando um elo entre os dois. Em geral, as atividades criminosas são o tráfico de drogas e contrabando de armas. As origens destas organizações estão nas cadeias, na união de pequenas quadrilhas e laços de sangue. Estes grupos se fundam em cima de alguns conceitos básicos, nos quais se encontram, principalmente, a honra, a lealdade e a obrigação com a organização.

As características das organizações criminosas tradicionais são encontradas no PCC. O grupo foi formado pelos fundadores e esses apadrinharam criminosos e os inseriram na facção. As atividades criminosas visam o lucro para a manutenção do Partido do Crime e são, predominantemente, o tráfico de drogas e armas. A origem está nos presídios brasileiros e os conceitos básicos de honra, lealdade e obrigação são facilmente identificados no estatuto de fundação do PCC. Portanto, pode-se concluir que o Primeiro Comando da Capital é, de fato, uma organização criminosa tradicional e para que a tentativa de combatê-la seja eficiente é necessário entender como funciona seus mecanismos de consolidação e de funcionamento.

¹⁷ Maiores detalhes sobre a organização empresarial dos grupos criminosos em MINGARDI, 2006.

2.3. Propostas para uma política de Segurança Pública

Apesar de sua importância para a sociedade, a Segurança Pública (SP) só entrou na agenda pública a partir da década de 1980, no processo de redemocratização do país. Esta negligência quanto ao assunto acarretou a formação de pouca reflexão crítica sobre SP durante o regime militar e no aumento constante da violência urbana. Porém, nos últimos 20 anos, esta realidade tem mudado, com já mostrado pela presente pesquisa, muitos estudos acadêmicos foram iniciados com o intuito de investigar questões ligadas à violência e a SP. Dentro desta perspectiva, pretende-se, inicialmente, definir conceitualmente SP e demonstrar as principais propostas de desenvolvimento de políticas públicas na área no Brasil.

Segurança Pública é o termo, comumente, utilizado para definir a atribuição do governo voltada para o combate à criminalidade. Como exemplo, pode-se notar as secretarias de segurança pública estaduais, órgãos que representam o poder político nas questões ligadas à violência e às instituições de repressão. No entanto, a expressão não se encerra somente neste significado, ela abrange diversas ações, medidas e políticas públicas voltadas ao enfrentamento e à prevenção da violência urbana no Brasil. Desta forma, entende-se que SP abrange ações que visam à manutenção da ordem pública, dentro das normas legais previstas pelo estado democrático de direito.

Polêmicas e sem resultados em período curto, as questões que envolvem SP foram, historicamente, “empurradas” entre as esferas políticas estaduais e federais. Vivendo neste limbo, diversas ações de combate à criminalidade e à violência foram extintas com as mudanças de governos, estaduais e federais. O membro do Ministério Público e ex-deputado Antonio Carlos Biscaia (2006) acredita que as políticas de SP devem ser tratadas como políticas de Estado e não de governo. Medida, esta, que colocaria a discussão e as propostas sobre o tema inseridas em um projeto de nação, diminuindo o impacto político-eleitoral nas realizações do setor.

Luiz Eduardo Soares (2006a) acredita que é necessário substituir o modelo institucional de SP herdado da ditadura militar e iniciar uma reforma que abranja todo o sistema policial. O autor também defende a substituição de medidas desconectadas e difusas por uma política de SP integrada. Soares (2006b) acredita

que é indispensável promover uma ampla reforma das instituições policiais. Entre as propostas estão a criação de um ciclo básico único na formação dos policiais, a união no âmbito da troca de informações, a integração na forma de organização das polícias e a normatização e efetivação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Acredita-se, também, que a reformulação do sistema policial deve tratar das questões ligadas ao excesso de violência das ações policiais, propõem-se a adoção de punições mais severas aos agentes de segurança que agirem à revelia da lei. Um retrato desta situação no Brasil pode ser visto nos números de mortes provocadas por ações policiais: em 2003 foram 1195 casos, em 2004 984 e em 2005 houve 1084 mortes. Segundo o professor Geraldo Tadeu Moreira Monteiro (*apud* SOARES, 2006a), os cadáveres apresentavam, em média, 4,3 perfurações de balas, 61% na cabeça.

Existem também medidas de combate à violência urbana baseadas em ações de prevenção do crime. Segundo o sociólogo Cláudio Beato (2005), as políticas de SP devem ser baseadas em um movimento pendular que oscile entre as reformas sociais e as estratégias repressivas e punitivas. Acredita-se, então, que um modelo que invista na melhoria da polícia associado às políticas sociais de integração e socialização pode ocupar importante no combate à criminalidade. De acordo com esta linha de pensamento, entende-se que são necessárias medidas que promovam melhorias nas duas frentes da SP: a social e policial. No entanto, as atuais políticas de SP apontam para uma separação de investimentos nos dois tópicos, prioriza-se um em detrimento do outro.

Na frente social, Soares (2005) aponta que a perspectiva preventiva deve ser dominante nas políticas públicas de segurança. O autor acredita que para o sucesso de tal empreitada, é necessária uma análise segmentada de cada caso. Assim, as ações de prevenção que invistam na área social precisam levar em conta as peculiaridades e circunstâncias locais da região a ser estudada. Por exemplo, as ações adotadas para melhorar as condições das favelas do Rio de Janeiro e afastar jovens do tráfico não necessitam, obrigatoriamente, serem iguais às medidas utilizadas nos presídios paulistas que têm suas singularidades na captação de criminosos. No entanto, as ações devem se pautar em um sistema integrado de combate e prevenção ao crime. Soares (2006a) acredita que a SP, compreendida como fenômeno complexo, requer instrumentos inovadores e multissetoriais capazes de lidar com a pluralidade da violência.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado em 2007, prevê investimento de R\$ 6,7 bilhões, até 2012, em SP. Também está entre os encargos do Pronasci *a valorização dos profissionais de segurança pública, a participação da comunidade e a reinserção de jovens infratores. Em entrevista ao portal Em questão, edição nº 45, o ministro da Justiça, Tarso Genro, afirma que:*

O Pronasci é um programa inédito porque articula políticas de segurança pública com ações sociais. Ele irá combater não apenas as consequências da criminalidade e da violência, mas também as suas causas, suas origens. No total, são 94 ações. Além dos profissionais do sistema de segurança pública, o Pronasci tem como público-alvo jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei – presos ou egressos do sistema prisional. Eles também atuarão como multiplicadores da filosofia que será aprendida a partir de programas educacionais e profissionais, por exemplo. Ou seja, vão contribuir para a difusão de assuntos como ética, cidadania e direitos humanos em suas comunidades¹⁸.

Esta declaração é interessante por mostrar que, pelo menos em discurso, o governo federal pretende seguir algumas das principais propostas defendidas pelos autores aqui citados. Também é importante lembrar a necessidade de reformas dentro do sistema penitenciário brasileiro que, como já defendido anteriormente, funciona como um embrião para o surgimento de organizações criminosas¹⁹. Pode-se concluir, portanto, que as políticas voltadas à área de Segurança Pública são imprescindíveis para que se estabeleça um debate eficiente no combate da criminalidade e do fenômeno da violência urbana.

¹⁸ Declaração retirada do portal: http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao. Acessado em 30 jan 2008.

¹⁹ Ver subcapítulo 2.3

3. Um recorte da realidade: a violência urbana nos jornais

Neste capítulo foram analisados os tópicos ligados ao referencial teórico do trabalho e ao objeto de estudo da monografia, o jornal *Folha de S. Paulo*. Inicialmente, realizou-se um resumo panorâmico histórico da imprensa escrita no Brasil. A pretensão de tal digressão não é demonstrar com riqueza de detalhes a história da imprensa brasileira. O recorte escolhido pelo estudo compreendeu o surgimento dos jornais no país e terá como limite cronológico o período de consolidação do jornalismo como empresa nos anos iniciais da república. Momento no qual se inicia a história do jornal estudado.

Na segunda parte, foi feita uma discussão sobre os referenciais teóricos adotados pelo estudo. Abordaram-se os processos de construção da notícia, o conceito de enquadramento e os estudos que versam sobre a forma pela qual a violência urbana é tratada pelo jornalismo contemporâneo. É por meio desta reflexão que a pesquisa pretende construir o arcabouço teórico utilizado para fundamentar a análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*.

3.1. História da imprensa escrita no Brasil

O surgimento da imprensa no Brasil está intimamente ligado a diversos acontecimentos históricos que permeavam a Europa, durante o fim do século XVIII e início do século XIX. O processo revolucionário francês levou Napoleão Bonaparte ao cargo de imperador, e ele, por sua vez, com seu ímpeto expansionista, desorganizou as fronteiras européias do período. A expansão francesa e a consolidação de uma política industrial na Inglaterra dividiram o “velho continente” entre essas duas potências, cada uma com seus interesses. A França, por meio do seu poderio militar, impunha às nações dominadas o embargo aos produtos ingleses. É nesta situação que se encontrava Portugal, e toda a Península Ibérica, no início do século XIX. Sob a ameaça de uma invasão das tropas napoleônicas e dependente economicamente da corte inglesa. O plano traçado pela família real portuguesa foi fugir para a colônia mais próspera naquele momento, o Brasil. Dessa forma, além de todas as mudanças que seriam provocadas no modo de vida da

cidade do Rio de Janeiro e em toda a colônia, a imprensa ganharia os meios técnicos para surgir no Brasil²⁰.

Após a chegada da família real inicia-se o processo de surgimento da imprensa no Brasil. A definição daquele que teria sido o primeiro jornal brasileiro é motivo de controvérsia entre estudiosos²¹. No entanto, o primeiro periódico brasileiro é o *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa, em 1808. Hipólito morava em Londres e, segundo o historiador Nelson Werneck Sodré (1999), enxergava o Brasil de um ângulo externo, de maneira que os problemas brasileiros eram tratados pelo jornalista seguindo as condições internacionais. Em resposta à circulação *Correio Braziliense* na colônia, a Família Real inicia no dia 10 de setembro de 1808, três meses depois da inauguração do jornal de Hipólito, a tiragem da *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pelo frei Tibúrcio José da Rocha. Era o veículo da imprensa áulica, representante oficial do governo, o único periódico com circulação permitida na colônia.

Segundo Sodré (1999), o período de imprensa colonial serve somente como uma definição cronológica da imprensa no Brasil. Apesar das condições materiais para a confecção de jornais, faltavam as condições políticas. Imprensa e capitalismo seguem, desde o surgimento, o mesmo caminho e, naquele momento, o Brasil estava fincado em um regime absolutista, ou seja, em ausência do capitalismo, fato que impossibilitou o surgimento e desenvolvimento da imprensa liberal. Sodré (1999) argumenta que a restrição à liberdade da imprensa brasileira interessava às elites feudais européias e à coroa portuguesa.

O retorno da Família Real para Portugal, a Revolução do Porto e a decisão de D. Pedro I de permanecer na colônia abriram caminho para o processo que culminaria na independência do Brasil, em 1822. Segundo o jornalista Roberto Seabra (2002), a imprensa neste período ainda não se organizava dentro de um regime de empresa capitalista, mas como um instrumento de luta política. Sodré (1999) argumenta que a imprensa da independência gozava de certo tipo de liberdade, que o autor chama de liberdade consentida, a qual poderia ser anulada sem qualquer alteração do regime político.

Passado o período da independência, instala-se no Brasil um regime imperial sob o comando de D. Pedro I. Neste momento, a imprensa perde a liberdade e os

²⁰ Para maiores detalhes sobre o processo histórico de chegada da família real, ver GOMES, 2007.

²¹ Ver LUCA e MARTINS (2006); SEABRA (2002) e SODRÉ (1999).

jornais voltam a sofrer censura. Ao fim do primeiro império, inicia-se o período regencial. Esta época, de acordo com Sodré (1999), é um momento rico da imprensa brasileira, quando proliferam inúmeros periódicos com características próprias, e com intenções libertárias: os pasquins. Este tipo de imprensa participava da luta política da época, havia os que representavam de oposição e os que apoiavam o governo, caracterizando um tempo de intenso debate e efervescência dentro da imprensa brasileira. Sodré (1999) aponta que os temas em debate na sociedade, independentemente de seus reais interesses, despertavam o surgimento de inúmeros pasquins tal era o ímpeto destes na luta política.

Os pasquins, apesar das diferenças editoriais, mantinham algumas características quanto à forma e à linguagem semelhantes. Sodré (1999) defende que, por conta do nível cultural da população brasileira da época, os pasquins, em seu caráter popular, apelavam para a injúria, calúnia e difamação, pois era essa a única linguagem compreendida por todos. Em geral, o pequeno jornal era composto por apenas um artigo, não possuía periodicidade certa, na maioria das vezes durava apenas uma edição, era feito por somente uma pessoa, que adotando orientação própria ou de um mandante, redigia e imprimia o pasquim. Usavam-se pseudônimos ou se optava pelo anonimato. Os exemplares podiam ser comprados nas livrarias e tipografias. O pasquim, então, é o representante do período de imprensa artesanal no Brasil (SODRÉ, 1999, p.180).

Após o período regencial, dá-se início ao 2º reinado, sob o comando de D. Pedro II. Neste momento, os pasquins começam a perder força. O clima de conciliação promovido pelo imperador entre liberais e conservadores tem impacto no país, na cidade do Rio de Janeiro, na política e na imprensa. Este ambiente escondia os graves problemas que se aprofundavam no Brasil. O *Jornal do Comércio*, segundo Sodré (1999), era o veículo que melhor representava esse ideário. É também nesta época que a literatura começa a se misturar com a imprensa, por meio dos folhetins. Homens de letra encontravam relativa liberdade para publicar criações literárias nos jornais, além do fato de que era um meio de ganharem dinheiro. O escritor José de Alencar, por exemplo, trabalhou no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1855.

A partir da segunda metade do século XIX, os problemas brasileiros se agravavam e a sociedade necessitava de diversas reformas. É neste período que a imprensa entra na luta pelas causas abolicionista e republicana. Assim, segundo

Sodré (1999), a imprensa inicia a discussão, o combate e a análise das instituições imperiais como a escravidão, a monarquia e o latifúndio. Conquistada primeiro a abolição em 1888 e a república em 1889, a imprensa começa a assentar o caminho para a modernização, a transição da fase artesanal para a fase industrial. Porém, Sodré (1999) argumenta que, apesar da efervescência na luta pela república e pela abolição que conferiram um segundo grande momento ao jornalismo brasileiro, a imprensa ainda engatinhava, pois ainda não havia desenvolvido linguagem própria e, misturada à literatura e à divulgação literária, papel específico.

O período que marca o início da república no Brasil é também um momento de intensas transformações na imprensa. O país começa a atravessar uma série de modernizações, como a ampliação das áreas urbanas, industrialização e crescimento de uma elite agroexportadora de café. Neste contexto, argumenta Seabra (2002), a informação e a atividade jornalística passam a ser vistas como produto e negócio respectivamente. O autor defende que os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passam a ocupar grande espaço nos jornais e os veículos impressos se tornam portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias da população. É, portanto, neste período que se pode notar o desenvolvimento do jornalismo informativo brasileiro, um modelo com inspiração na imprensa dos Estados Unidos.

Neste momento, a imprensa adquiriu um caráter empresarial, o processo de modernização destes veículos acompanha o desenvolvimento tecnológico da época. A associação entre a evolução das práticas capitalistas e da imprensa é inevitável. Um bom exemplo é o número da tiragem dos jornais do período, *O Estado de S. Paulo* imprimia oito mil exemplares, em 1896. Em 1906, a tiragem cresceu para 35 mil exemplares (LUCA; MARTINS, 2006). Segundo as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006), o período de início da república é marcado pelo crescimento do demográfico e econômico, com o surgimento de uma população com poder aquisitivo. Assim, surgia um incipiente mercado consumidor da imprensa, consolidando o caráter empresarial dos novos jornais.

Sodré (1999) acredita que a imprensa do início do século havia conquistado seu lugar, definindo sua função e criando uma divisão do trabalho dentro da profissão. Fator este que é decisivo na criação de um mercado jornalístico, com características próprias. Seabra (2002) coloca que os anos 1920 correspondem à época em que os grandes jornais abandonam o sistema familiar, quando ocorreu a

formação dos sistemas nacionais de jornalismo. O autor considera que “se assiste à chegada de novos veículos de comunicação e à consolidação do modelo industrial de produção de notícia” (SEABRA, 2002, p. 36).

3.1.1 Folha de S. Paulo: um jornal a serviço do Brasil

No período histórico conhecido como República Velha (1889 – 1930) é que se iniciou o processo de surgimento do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP). A economia do país girava em torno da agricultura, com os estados de São Paulo e de Minas Gerais monopolizando a disputa pelo poder. As duas unidades federativas eram grandes produtores agrícolas, tinham como principais produtos o café paulista e os laticínios mineiros. Por este motivo, esta época ficou conhecida como a “política do café com leite”. É neste contexto que, em 1921, um grupo de jornalistas dissidentes do *O Estado de S. Paulo* criou a *Folha da Noite* e quatro anos depois, em 1925, a *Folha da Manhã*.

Entre os jornalistas que fundaram a *Folha da Noite*, Olival Costa e Pedro Cunha destacaram-se como os principais nomes deste período do jornal. Os historiadores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1981) apontam que, nesta primeira fase, os periódicos tinham valores vinculados com as classes médias urbanas, compartilhando o caráter reformista e antioligárquico. Os autores colocam que as Folhas tinham perfil fiscalista em relação ao governo e defendiam a regulamentação do trabalho nas fábricas, projetos educacionais e combate às oligarquias. Capelato (2003, p.39) argumenta que a *Folha da Noite* pretendia atingir um público excluído pelo *O Estado de S. Paulo*, um público mais amplo, ligado as camadas populares. No entanto, segundo a autora, os leitores do jornal pertenciam predominantemente às classes médias urbanas paulistas.

Capelato e Mota (1981) expõem que a postura crítica em relação à política dominante, adotada pelas Folhas, alterou-se em 1929. A partir deste momento, segundo os autores, o discurso dos jornais não falava mais em nome das classes populares.

Em 1929, as posições vão se radicalizando, passando a justificar a necessidade de uma Revolução. No entanto, a Revolução apregoada nas páginas do jornal não era entendida como uma ruptura. Não se pretendia com a Revolução qualquer mudança mais profunda na sociedade, mas a substituição dos governantes que não mais se comportavam como os legítimos representantes do povo (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 43-4).

A saída de Olival Costa e a vitória do movimento conhecido como Revolução de 1930 enfraqueceram as Folhas. É neste momento que Octaviano Alves de Lima compra o jornal e deu início a segunda fase dos periódicos (1931 – 1945). Os anos em que as Folhas ficaram sob responsabilidade de Alves de Lima coincidiram com o período da República Nova (1930 -1937) e Estado Novo (1937 – 1945), um governo revolucionário e outro ditatorial comandados por Getúlio Vargas. Octaviano Alves de Lima trouxe para as Folhas a preocupação com as classes dos fazendeiros e adotou postura de defesa do agrarismo, posição que navegava na contramão da visão das classes médias urbanas adotada por Olival Costa e Pedro Cunha. Em 1931, criou-se a Empresa Folha da Manhã, responsável pelas Folhas.

Capelato e Mota (1981) explicam que neste período, no plano político, o jornal assumiu uma posição liberal que se contrapõe ao Estado forte e interventor de Vargas. No plano econômico, o projeto defendia uma proposta desenvolvimentista baseada na economia agroexportadora, principalmente, na lavoura e no comércio de café. Segundo Capelato e Mota (1981), as Folhas eram contrárias à tendência de desenvolvimento urbano industrial, priorizando a agricultura. “O pensamento do jornal se volta inteiramente para o campo, visto através de uma ótica capitalista de classe” (CAPELATO; MOTA, 1981, p.95).

Em 1945, a direção do jornal foi entregue a José Nabatino Ramos. Capelato (2003, p.40) argumenta que nesta época as Folhas assumiram um papel diferente das fases anteriores ao adotarem uma perspectiva voltada à modernização, com grande investimento na infra-estrutura empresarial. Capelato e Mota (1981) acreditam que Nabatino Ramos representava o capitalismo e trouxe para os jornais a mentalidade de empresa, com concepções funcionais da atividade jornalística. Na gestão de Nabatino Ramos, de acordo com os autores, os periódicos encontraram seu espaço ideológico, definindo um caráter liberal. Nesta época, o jornal voltou a procurar público nas classes médias (CAPELATO, 2003).

Em 1960, Nabatino Ramos fundiu a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite* em um só jornal, que passou a se chamar *Folha de S. Paulo*. Dois

anos depois, em 1962, Nabatino abandonou o jornal, descontente com a profissão por conta da ocorrência de uma greve de jornalistas meses antes (Capelato; Mota, 1981). Após a saída de Ramos, a FSP foi comprada pelos empresários Octávio Frias de Oliveira, oriundo do capital financeiro, e Carlos Caldeira Filho, do setor da construção civil. Neste novo momento da FSP iniciou-se o processo de modernização e mudanças operacionais no jornal. Segundo Capelato e Mota:

Muito dessa mudança se deve à própria concepção empresarial do novo grupo, fundamentalmente voltado para a esfera da circulação. De fato a "Folha" desse período não melhorou substancialmente em termos de qualidade do noticiário ou dos editoriais. É no setor administrativo que se vão notar alterações substanciais. Os novos serviços de distribuição revitalizaram a empresa como um todo, sua conexão com a nova maquinaria respondendo pelo maior rendimento do conjunto. A renovação da frota de veículos com a aquisição de 47 novas unidades e a mecanização de parte dos serviços burocráticos propiciaram o impulso então verificado. Isso acarretaria a renovação das técnicas jornalísticas, que atestaria aquilo que o noticiário da época encarava como a "história deste desenvolvimento"... Ou seja, a empresa se integrava, conscientemente, no compasso do desenvolvimento reformista. Até que ocorreu o golpe militar de 1964 (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 191).

Após o golpe de 1964, Capelato (2003, p.41) aponta que o jornal sofreu as conseqüências de ter apoiado, inicialmente, o regime militar. A autora acredita que neste período, a FSP não possuía uma posição política claramente definida. No entanto, o cientista político André Singer (2003) argumenta que a partir de 1974, a FSP assume campanha a favor da reabertura democrática no Brasil. Singer (2003) aponta que o jornal usou a abertura política para se consolidar e dar início ao projeto de transformar-se em um periódico de opinião. A FSP apresentava condições para este plano, pois possuía, à época, condições técnicas e financeiras. Para Singer (2003), é coincidente o período de abertura política com a evolução da FSP como empresa.

A atual fase da FSP foi iniciada em 1984, quando Octávio Frias Filho assume a direção da redação. Singer (2003, p.58) expõe que a cobertura das Diretas-Já feita pelo jornal, considerada uma das melhores da imprensa brasileira. Deve-se a percepção de Frias Filho de que o evento poderia se tornar um movimento de massas. O cientista político Fernando Lattman-Weltman (2003) aponta que a renovação jornalística da FSP não se resumiu a criação de um novo jornal, mas objetivou criar um novo perfil de leitor plenamente identificado com o jornal.

O *slogan* consagrado pela gestão Frias Filho é o do “jornalismo crítico, apartidário e pluralista”, que faz parte da linha editorial do jornal e ficou conhecido como **Projeto Folha**. O modelo adotado, atualmente, pela FSP pode ser sintetizado na seguinte passagem de seu *Manual de redação*: “o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar” (Manual de redação, 2007, p. 14). Para Lattman-Weltman (2003), a administração de Octávio Frias Filho levou a FSP a posição de principal jornal do Brasil, por meio de uma visão de jornalismo mercadológica, em acordo com o momento político-cultural do país.

É também de Lattman-Weltman a melhor definição da trajetória histórica da FSP. Para o autor, o jornal se notabiliza “pela capacidade adaptativa e pela busca incessante da renovação” (LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 345). É esta a principal característica da FSP, um periódico que ao longo da existência mudou de posições, donos e, até mesmo, de nome, sempre acompanhado as mudanças políticas e sociais do Brasil. Apesar de atribulado, o caminho do jornal é de sucesso. Atualmente, a FSP possui tiragem de 299.249 exemplares de segunda a sábado e 370.185 aos domingos, segundo números do Instituto Verificador de Circulação (IVC)²². É um veículo de circulação nacional que, devido a sua influência, tornou-se um importante ator nos debates da sociedade brasileira, inclusive nas questões ligadas ao PCC e à violência urbana.

3.2. Noticiabilidade e a produção da notícia

Algumas perguntas intrigam o conhecimento jornalístico. Entre elas se pode destacar as seguintes: O que faz um acontecimento no mundo virar notícia? Quais são os atributos que um fato deve ter para que seja erguido ao status de notícia? Tais questões foram internalizadas e já fazem parte da rotina diária de trabalho dos profissionais de imprensa. As respostas, no entanto, ainda não são exatas, mas alguns conceitos apresentam meios de se compreender melhor o processo de produção das notícias.

Um destes conceitos é o que fala a respeito dos critérios de noticiabilidade, ou seja, dos processos necessários para que os acontecimentos virem notícia. Mauro

²² Informações retiradas do site: <http://www.folha.uol.com.br/>. Acessado em 07 abr 2007.

Wolf (WOLF, 2005, p. 195) argumenta que “a noticiabilidade é constituída de requisitos que se exigem para os eventos – (...) –, para adquirir a existência pública de notícia”. Para o autor:

Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. Sendo assim, a noticiabilidade está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção (WOLF, 2005, p. 196).

O autor português Nelson Traquina (2005) acredita que os critérios de noticiabilidade são um conjunto de operações que fornecem aos fatos um tratamento jornalístico, um valor enquanto notícia. A partir das proposições de Traquina (2005) e Wolf (2005), pode-se entender que os acontecimentos que se tornam notícia, atendem a alguns valores. Desta forma, é possível argumentar que os valores-notícia fazem parte dos critérios para seleção das notícias.

Os valores-notícia atendem às rotinas produtivas das redações ao oferecer um meio rápido e eficaz para a seleção diária de acontecimentos que deve ser feita pelos jornalistas (WOLF, 2005). Traquina (2005, p.77) aponta que os valores notícia funcionam como óculos particulares para a ação jornalística. De tal forma, que funcionem como uma linha guia na prática diária da profissão, apontado quais são as características necessárias a um evento para que ele mereça ser tratado em matéria noticiável.

Traquina (2005) e Wolf (2005) realizam uma análise sistemática dos valores-notícias que compõem a prática jornalística. No entanto, não é a pretensão deste trabalho realizar tal discussão, mas sim trazer a tona os procedimentos que definem o porquê dos assuntos ligados aos ataques do PCC terem se transformado em notícias. Os dois autores citam a questão do insólito como um valor-notícia sempre presente no jornalismo. Assim, pode-se defender que os ataques do PCC quebram a linearidade dos acontecimentos padrões. Não era mais a polícia que caçava o ladrão, mas o inverso, uma versão espelhada na qual o bandido corria atrás do policial. Somente esta característica dos ataques já carrega em si o valor notícia importante, que é o insólito.

O conflito, o inesperado e a infração são valores-notícia, apontados por Traquina (2005), ligados à violência. Ao se observar os ataques do PCC à cidade de

São Paulo torna-se fácil perceber a presença dos três valores. Primeiro, o conflito entre polícia e PCC. Segundo, acontecimentos deste tipo não atendem a uma agenda preexistente, que indique que em tal dia haverá atentados pela cidade. O terceiro valor-notícia, a infração, é percebido nos próprios atos cometidos pelos integrantes do grupo, ações que violaram a lei. Desta forma, percebe-se que os crimes contêm grande importância enquanto notícia. Stuart Hall (1999) defende que o crime é notícia por evocar ameaças e, também, por reafirmar a moral na sociedade, quando o acontecimento traz a vitória da polícia sobre o bandido.

A quantidade de crimes é muito grande, de tal forma que este fato acaba se tornando rotineiro na cobertura jornalística (HALL, 1999; TRAQUINA, 2005). Hall (1999, p. 238) argumenta que “o crime é entendido como um fenômeno permanente e recorrente e, por isso, muito dele é inspecionado pelos *media* de uma forma igualmente rotineira”. Os ataques do PCC, no entanto, não são tratados somente pelos valores-notícias que se ocupam do crime. Este acontecimento abarca inúmeros outros valores, que justificam sua evidência nos veículos jornalísticos. Sendo assim, alguns crimes ganham maior notoriedade quando atendem aos valores-notícia que se aplicam a qualquer outra notícia, como número de mortos, crimes mais violentos ou que envolvam personalidades famosas.

As fontes de informação são fatores que também influenciam o processo de produção da notícia. São elas que oferecem a matéria-prima, ou seja, os acontecimentos, fatos e/ou dados que podem se transformados em notícias. Wolf (2005) entende que a necessidade dos veículos de comunicação de produzirem notícias constantemente acaba por privilegiar determinados tipos de fontes, que para o autor, são um fator determinante na qualidade do produto final. Para o autor, a rede de fontes de um jornal é definida pela estrutura social e de poder existente no veículo e pelo processo de produção adotado no mesmo.

Nilson Lage (2001, p.63) classifica as fontes como *Oficiais*, *Oficiosas* e *Independentes*. As primeiras referem-se às fontes mantidas pelo Estado ou pela empresa, por exemplo, informações das assessorias de imprensa de órgão do governo ou da fábrica da Coca-cola. As fontes oficiosas são entidades ou indivíduos que estão ligados às instituições, mas não podem falar em nome delas. As independentes são aquelas sem vínculo com qualquer instituição, ONGs por exemplo.

O jornalismo atual corre contra o tempo, o *deadline* impõe aos profissionais a necessidade da produção eficiente no menor tempo possível. Esta nova rotina produtiva faz com que as reportagens diárias procurem às fontes oficiais, pois estas, do ponto de vista jornalístico, são incontestáveis, representam o posicionamento oficial do governo ou da empresa sobre o assunto. A responsabilidade pela informação, neste caso, passa do jornalista para a fonte.

Wolf (2005, p. 236) concorda com tal apontamento e argumenta que as fontes institucionais prevalecem porque fornecem o material suficiente para se produzir notícias, permitindo aos veículos que não procurem outras fontes de informação. Desta forma, esta escolha acelera e diminui os custos das produções jornalísticas, ao menos do ponto de vista quantitativo. No entanto, o autor coloca em questão a qualidade das notícias produzidas deste modo. Ele propõe que:

Essas características fundamentais podem ser reconduzidas às modalidades de produção da informação: o conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite realizar cotidianamente a cobertura informativa, *mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos nos fatos apresentados como notícias* (WOLF, 2005, p. 199) (Grifo do pesquisador).

Nelson Traquina (2005, p.82-3) dialoga com Wolf (2005) ao argumentar que o ritmo de trabalho dos jornalistas torna a cobertura voltada para os acontecimentos, ignorando as problemáticas. O autor coloca que a luta constante contra o tempo exige do profissional do campo jornalístico²³ uma cobertura dos acontecimentos, deixando de lado as questões menos superficiais. As problemáticas dos processos.

Partindo do pressuposto defendido pelos autores acima citados, argumenta-se que as próprias rotinas produtivas do jornalismo contemporâneo impedem uma análise dos acontecimentos nos veículos de informação. Desta forma, as notícias de eventos complexos, dos quais a violência urbana é um exemplo²⁴, são representadas nas páginas dos jornais, na televisão, no rádio e na internet de maneira simplificada, sem um aprofundamento maior. Essa escolha jornalística pode ter conseqüências. A imprensa é a responsável por parte considerável das

²³ Segundo Traquina (2005, p. 20), “a aparição de um grupo de ‘profissionais’ implica a aparição de um campo específico e diferenciado de relações competitivas. À medida que o tempo passa, o grupo especializa-se e os seus membros tornam-se verdadeiros ‘profissionais’ que têm que dominar uma linguagem específica”. Para o autor (2005, p.20), o campo jornalístico é a constituição de profissionais com especialização e autonomia.

²⁴ A discussão sobre a complexidade do fenômeno da violência urbana foi realizada no capítulo 1 deste trabalho.

informações que circulam na sociedade. Retratar um tema de maneira superficial pode conduzir a uma discussão igualmente superficial por parte da opinião pública. Afinal, esta se utiliza dos jornais como meio de conhecerem os acontecimentos aos quais não pôde presenciar.

Julga-se necessário realizar a diferenciação entre dois conceitos trabalhados na pesquisa: informação x notícia. Nilson Lage (2001) entende que enquanto a notícia atende a valores-notícias específicos (como o insólito, conflito, notabilidade e outros) e corresponde, geralmente, à disfunção ou à ruptura da normalidade, a informação decorre das intenções do jornalista e da mescla entre o interesse do assunto e a análise dos dados disponíveis. De acordo com a distinção feita por Lage (2001), é possível argumentar que a informação difere da notícia ao objetivar um material jornalístico mais compreensível e abrangente, um relato dos acontecimentos mais extenso, menos perecível e com maior contribuição ao debate público. Já a notícia, em seus aspectos físicos, apresenta-se com tamanho e profundidade reduzidas e, conseqüentemente, traz um relato fragmentado dos acontecimentos.

Para o jornalista francês Érik Neveu (2006), os jornalistas têm a tarefa de domesticar o imprevisível, por meio das rotinas profissionais. O autor argumenta, entretanto, que as rotinas não configuram uma fórmula simples para a transformação dos acontecimentos em notícias. O trabalho do jornalista, então, consiste em hierarquizar as informações. Este procedimento gera um retrato fragmentado em detrimento de relatos aprofundados dos acontecimentos.

Os conceitos até aqui defendidos ilustram a complexidade presente na realização de um aparato informativo, seja ele em qualquer plataforma. O percurso do acontecimento até a sua veiculação midiática no espaço público é permeado por diversas barreiras de seleção e edição. Nesse caminho o evento é categorizado de acordo com sua noticiabilidade, depois é definida sua importância de acordo com o número de valores-notícia aos quais atende, é editado, passa a ocupar um espaço no veículo e, depois de todo este “esforço”, é exibido enquanto um produto jornalístico. Este processo industrial corresponde ao padrão da prática jornalística atual. É um fenômeno, conforme aponta Wolf (2005), que parece contribuir para a superficialidade da imprensa, pois todas essas rotinas visam gerar um fluxo constante de notícias descontextualizadas e soltas. As conseqüências de tal

processo podem ser a existência, por parte da imprensa, de relatos fragmentados dos acontecimentos.

3.3 Enquadramentos das notícias

As notícias não representam a totalidade dos fatos, afinal a realidade é um conjunto amplo e as páginas diárias dos jornais apresentam somente uma parte da mesma, um “quadro” (framing) da realidade total. É por isso que, como demonstrado acima, o trabalho jornalístico é baseado em escolhas, seleções e exclusões de materiais. No entanto, é preciso levar em conta que as eleições não são, exclusivamente, sobre os temas que serão abordados, mas também abarcam a maneira como eles serão tratados e representados pelos meios de comunicação. O exemplo mais comum deste fato está no âmbito das relações pessoais: dois amigos são capazes de compreender o mesmo fato de duas maneiras completamente distintas. Dois jornalistas também.

Dessa maneira, pode-se dizer que a imprensa adota os mais distintos enquadramentos para retratar os mais diversos fatos. Estes podem variar de acordo com cada veículo. Há inúmeros fatores que interferem na construção do enquadramento do fato por cada meio de comunicação, tais como os processos de produção da notícia, os recursos financeiros, a orientação editorial etc. Em linhas gerais, a noção de enquadramento é o foco, a saliência que determinada matéria – ou cobertura em casos mais amplos – dá à determinada interpretação de um assunto.

O conceito, no entanto, ainda não é definitivo e consolidado dentro das pesquisas em Comunicação Social. O enquadramento surge como um novo enfoque teórico que não depende dos “tipos-ideias”, que se baseiam na neutralidade de repórteres (MOREIRA, 2007). O pesquisador Mauro Porto (2004, p. 77) defende que o conceito mostra-se como uma alternativa a paradigmas anteriores e preenche lacunas deixadas pelas teorias já consagradas nas pesquisas neste campo.

A hipótese do *Agenda-setting* é uma das perspectivas existentes que é transformada com a chegada do novo enfoque fornecido pelo conceito de enquadramento. No entanto, julga-se necessário primeiramente explicitar tal hipótese. Esta teoria investiga os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre os consumidores de informação. Assim, a mídia teria um papel determinante no

momento de influenciar sobre qual assunto a sociedade vai discutir. Maxwell McCombs define o processo de agendamento da seguinte maneira:

Os editores e diretores informativos, com sua seleção dia a dia e seus desdobramentos de informações, dirigem nossa atenção e influem em nossa percepção de quais são os temas mais importantes do dia. Esta capacidade para influir na relevância das questões do repertório público é o que se é chamado de fixação da agenda pública por parte dos meios informativos²⁵ (MC COMBS, 2006: 24).

Definida a hipótese do *Agenda-setting*, é possível argumentar que o conceito de enquadramento é uma nova forma de se entender os efeitos dos meios de comunicação. Porto (2004, p.76-7) defende que tal conceito é visto por alguns pesquisadores como uma segunda etapa dos estudos de agendamento, pois retrata um exame que vai além do “sobre o quê” as pessoas discutem, mas investiga “como” a audiência discute tais temas. Esta idéia ganha significativa importância quando se pensa que a imprensa é um elo entre os consumidores de informação e fatos que eles não acompanharam presencialmente. Conhecemos e vivenciamos acontecimentos por meio de uma relação mediada pelos meios de comunicação de massa.

Um dos autores de maior destaque no estudo do conceito de enquadramento é o norte-americano Robert Entman. No artigo *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*²⁶, o autor traz uma definição consistente do conceito de *framing*. Ele coloca que:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN *apud* PORTO, 2004, P. 82).

Portanto, é possível argumentar que todas as informações do mundo midiático são enquadradas, algumas vezes com enquadramentos que obedecem as intenções editoriais dos veículos e outras pelas próprias percepções individuais dos jornalistas. Afinal, o profissional de comunicação é um interprete da realidade,

²⁵ Tradução do autor. Original em espanhol: Los editores y directores informativos, com su selección día a día y su despliegue de informaciones, dirigen nuestra atención e influyen en nuestra percepción de cuáles son los temas más importantes de las cuestiones Del repertorio público es lo que se há dado a llamar la fijación de la agenda por parte de los medios informativos.

²⁶ Tal título pode ser traduzido livremente como *Enquadramento: tornando claro um paradigma estilizado*.

seleciona e salienta fatos de sua preferência. Sob esta perspectiva, pode-se argumentar que os jornalistas, majoritariamente, utilizam um tipo específico do conceito, conhecido como “enquadramento noticioso” (PORTO, 2004, p. 91), que é a ênfase dada a um tema no momento de retratar o fato.

Desta maneira, percebe-se que o enquadramento é um conceito eficaz para demonstrar que entre o fato ocorrido e a notícia publicada existe uma relação de disputa, em geral ocorrido no âmbito das fontes de informação, que visa privilegiar determinado ponto de vista. Portanto, em cobertura sobre casos de violência urbana, os aparelhos de segurança sempre buscam impor sua agenda e seu enquadramento dos crimes sobre a agenda de outras organizações, como especialistas e organizações não-governamentais (ONGs). Tudo isso para garantir que o foco dado, seja aquele de interesse dos policiais e tal prática tem angariado êxito²⁷.

²⁷ Cf. PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia, 2007.

4. O PCC na *Folha de S. Paulo*

4.1. Procedimento metodológico

A pesquisa empírica é dividida em duas análises: uma **quantitativa** e uma **qualitativa**. O estudo **quantitativo** é feito a partir da contabilização do número de manchetes²⁸ dedicadas às notícias relacionadas ao ataques do PCC na capa da edição do jornal. Assim, as manchetes serão divididas nas tipologias²⁹ abaixo, que foram definidas de acordo com os assuntos usais dos periódicos:

- **Política**
- **Economia**
- **Ataques do PCC**
- **Esporte**
- **Outros**

A segunda parte da pesquisa dedica-se a investigação de caráter **qualitativa**. Para tal estudo, as reportagens serão analisadas de acordo com o método categorial da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2001). Assim, as frases da matéria serão divididas entre as seguintes categorias previamente criadas: **Facção Criminosa**, **Guerra Urbana**, **Fontes de informação**, **A violência em números**, **Retranca e Autoria**.

A **categoria Facção Criminosa** busca junto à teoria do enquadramento subsídio para uma tentativa de estabelecer o tratamento dado ao Primeiro Comando da Capital nas reportagens. Nesta categoria encontram-se as frases que trazem o a palavras PCC, para identificar como que o termo é qualificado. A **categoria Guerra Urbana** é também apoiada na teoria do enquadramento e objetiva demonstrar um possível tom alarmista no retrato dos acontecimentos. Aqui são categorizadas as frases que contêm um tom alarmista, frases com palavras como sensação de pânico, terror e atentado, por exemplo.

²⁸ Manchetes são os títulos de reportagens localizados na capa do jornal, eventualmente, também são conhecidas como chamadas de capa.

²⁹ É importante frisar que por opção metodológica não serão analisadas, ou categorizadas, as fotos e as infografias presentes na capa da edição.

A **categoria Fontes de informação** recorre aos processos de produção da notícia para desvendar quem são as principais fontes de informação utilizadas pelo jornal na cobertura dos ataques do PCC. Nesta categoria encontram-se somente as fontes de informações declaradas pelo jornal. A **categoria A violência em números** busca apóio nas discussões teóricas sobre a notícia com o intuito de descobrir se a violência urbana é tratada na cobertura jornalística do periódico de forma noticiosa ou informacional. As frases aqui analisadas são aquelas que contêm informações com dados numéricos com relação à violência urbana. A **categoria Retranca**³⁰ é apoiada na teoria do enquadramento mostra qual é a retranca que a matéria analisada está localizada. Aqui são categorizadas as retrancas referentes à reportagem analisada. A **categoria Autoria** indica se a matéria foi assinada por um repórter, é de uma agência de notícia ou é assinada pela redação do jornal.

Definiu-se como objeto de estudo o jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha é justificada pelo fato de o periódico ter a maior circulação nacional, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A tiragem do jornal é de 299.249 de segunda a sábado e 370.185 aos domingos. É também importante frisar que o jornal é de circulação diária e nacional.³¹ Para realização da avaliação **quantitativa**, foram selecionadas as dez capas correspondentes às edições dos dias 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006, semana em que foram realizados os ataques do PCC.

Tendo em vista o estudo **qualitativo**, foram selecionadas nove reportagens das edições referentes aos dias 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006. As escolhas obedeceram ao seguinte critério: as reportagens selecionadas são aquelas que tratam sobre a descrição dos ataques e estão ligadas às principais manchetes da capa do jornal. Adotou-se este critério para que as reportagens analisadas possam ser comparáveis. No dia 18 de maio de 2006, a principal manchete do jornal refere-se a uma entrevista realizada com o então governador de São Paulo, Cláudio Lembo. Julga-se que a entrevista não faz parte da descrição jornalística dos ataques. No dia 20 de maio de 2006, a principal manchete do jornal é sobre uma medida do governo para amenizar a crise nos presídios, o que permite argumentar que não faz parte das matérias sobre os ataques, mas a respeito do

³⁰ Palavra que identifica um texto. Por exemplo, "Violência" pode ser uma retranca para identificar textos sobre crimes.

³¹ Informações retiradas do site: <http://www.folha.uol.com.br/>. Acessado em 07 abr 2007.

governo de São Paulo. Entretanto, as reportagens, do dia 18 e do dia 20, que tratam dos assuntos ligados ao PCC também têm referência na capa, na forma de manchetes.

É importante lembrar que na edição do dia 21 de maio de 2006 foi publicado o caderno *Mais!*³², que trazia análises sobre o PCC. Entretanto, estas não entram no *corpus* da pesquisa pelo fato de que o material deste suplemento não é produzido pela equipe da *Folha de S. Paulo*, mas por colaboradores e especialistas convidados. Desta forma, entende-se que o conteúdo deste suplemento não possui ligação com as páginas editoriais do jornal, nem com a cobertura diária. De toda forma, é preciso reconhecer que no *Mais!* o tema PCC não é tratado de forma factual ou superficial e que ainda nesta edição o jornal traz a primeira matéria, 10 dias depois do primeiro ataque, sobre a forma como o grupo é estruturado.

Assim, fica definido o *corpus* da pesquisa, delimitando a amostragem final do estudo em nove capas e nove reportagens, referentes respectivamente aos dias 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio, sobre os ataques do PCC à Polícia Militar da cidade de São Paulo, na semana entre 12 e 21 de maio de 2006.

4.2. Análise de conteúdo das reportagens

4.2.1 Análise Quantitativa

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 12 de maio de 2006, encontrou um total de 12 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	07
Economia	01
Ataques do PCC	00
Esportes	02
Outros	02
Total	12

³² Suplemento dominical, usualmente, monotemático que contém artigos e análises sobre temas específicos.

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 13 de maio de 2006, encontrou um total de 09 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	03
Economia	01
Ataques do PCC	01
Esportes	01
Outros	03
Total	09

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 14 de maio de 2006, encontrou um total de 14 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	01
Economia	03
Ataques do PCC	04
Esportes	01
Outros	05
Total	14

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 15 de maio de 2006, encontrou um total de 09 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	00
Economia	00
Ataques do PCC	06
Esportes	02
Outros	01
Total	09

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 16 de maio de 2006, encontrou um total de 10 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	01
Economia	00
Ataques do PCC	06
Esportes	01
Outros	02
Total	10

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 17 de maio de 2006, encontrou um total de 13 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	03
Economia	01
Ataques do PCC	06
Esportes	01
Outros	02
Total	13

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 18 de maio de 2006, encontrou um total de 12 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	03
Economia	01
Ataques do PCC	04
Esportes	01
Outros	03
Total	12

A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 19 de maio de 2006, encontrou um total de 10 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	02
Economia	01
Ataques do PCC	02
Esportes	02
Outros	03
Total	10

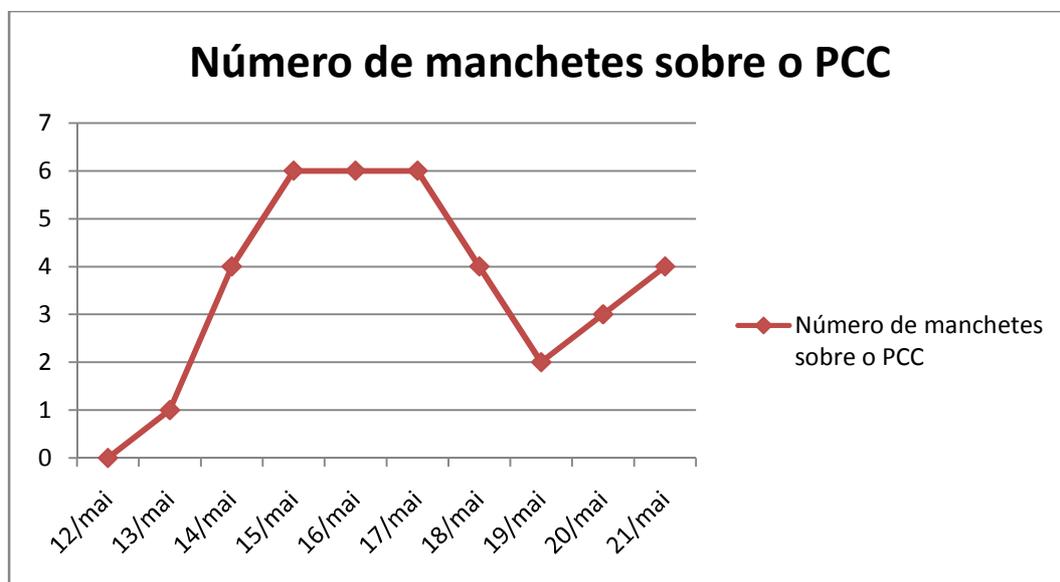
A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 20 de maio de 2006, último dia de ataques, encontrou um total de 12 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	02
Economia	02
Ataques do PCC	03
Esportes	00
Outros	06
Total	13

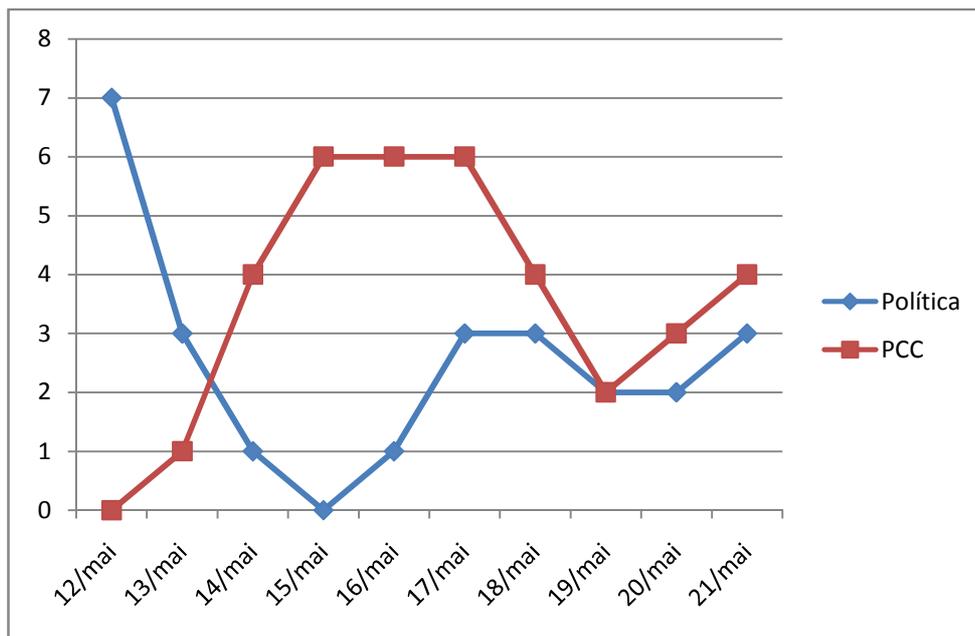
A análise da capa da edição do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 21 de maio de 2006, encontrou um total de 14 manchetes. A divisão temática foi:

Temas	Número de ocorrências
Política	03
Economia	01
Ataques do PCC	04
Esportes	00
Outros	06
Total	14

A ausência de manchetes sobre os ataques do PCC na edição do dia 12 de maio de 2006 é justificada pelo fato de que tal edição foi confeccionada no dia 11 de maio de 2006, quando os ataques ainda não tinham começado. A partir da tabulação dos dados, é possível notar como os ataques do PCC ganharam destaque na capa do jornal com o passar dos dias. As manchetes sobre o PCC aumentaram gradativamente, até atingirem o número máximo de seis manchetes, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2006. Após essa data, o número de manchetes diminuiu e a capa do jornal voltou a ter uma distribuição maior de assuntos. O quadro (03) abaixo demonstra o comportamento das manchetes sobre o PCC nas edições do jornal.



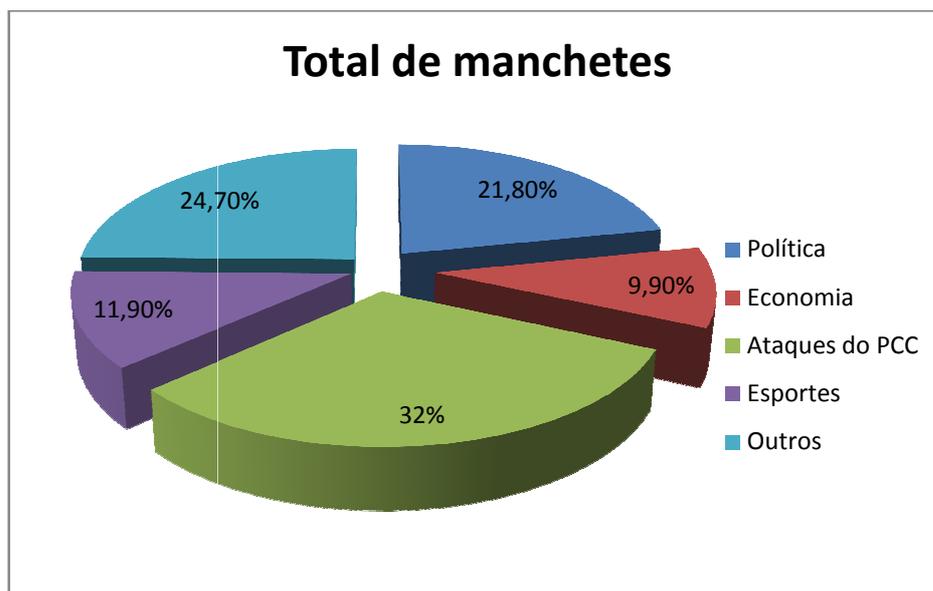
É importante lembrar que o período em que ocorreram os ataques do PCC é coincidente com o início das campanhas eleitorais de 2006. O candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, havia renunciado ao cargo de governador do estado de São Paulo, local dos ataques, para disputar as eleições. Um comparativo importante, portanto, é o número de ocorrência de manchetes políticas, que tendem a aumentar em épocas eleitorais, em relação às manchetes ligadas ao PCC (Quadro 04).



É interessante notar que no primeiro dia de análise as manchetes referentes aos assuntos políticos dominavam a capa da edição, como é previsto em períodos eleitorais. O gráfico 02 mostra que ao desenrolar dos dias, as manchetes sobre os ataques do PCC aumentaram, enquanto as manchetes ligadas aos assuntos políticos diminuíram. No dia 15 de maio de 2006, por exemplo, o jornal trouxe na capa 06 manchetes sobre os ataques e nenhuma sobre política. Este fato é importante por demonstrar que os ataques tiveram um espaço privilegiado. Afinal, no dia-a-dia as reportagens relacionadas à editoria de política são consideradas mais importantes, são as mais nobres do jornal (NEVEU, 2006).

A partir do dia 17 de maio de 2006, sexto dia de ataques, as manchetes sobre política voltam a ocorrer mais vezes. No dia 18 de maio de 2006, sétimo dia de ataques, foi quando as manchetes sobre política e PCC passaram a ocupar um espaço parecido na capa. O aumento do número de manchetes sobre os ataques do PCC no dia 21 de maio de 2006 pode ser justificado pelo fato de se tratar de um domingo. Neste dia da semana, geralmente, o número de manchetes é maior do que nos outros dias.

A análise **quantitativa** chegou a um total de 101 manchetes. Uma média de 11 por edição. A divisão por tema mostra que 32 manchetes foram dedicadas aos ataques do PCC, 25 aos outros assuntos, 22 à política, 12 aos esportes e 10 à economia. O quadro 05 mostra a divisão temática da quantidade total de manchetes em porcentagem nas edições do jornal analisadas.



O quadro 05 demonstra que as manchetes sobre o PCC tiveram a maior ocorrência nas nove capas analisadas e o assunto obteve 32% do total de manchetes nas edições. As matérias dedicadas a outros assuntos obtiveram 24,7% do total de manchetes. As manchetes sobre os assuntos políticos corresponderam a 21,8% do total analisado. A categoria esportes teve 11,9% e economia 9,9% do total de manchetes das edições.

A partir da análise quantitativa feita na pesquisa sobre o número de manchetes acerca dos ataques do PCC à polícia militar da cidade de São Paulo, pode-se concluir que os ataques ganharam destaque somente no terceiro dia, 14 de maio de 2006. Foi no terceiro dia, também, que as manchetes davam grande destaque ao número de vítimas dos ataques, de tal forma que é possível argumentar que é, neste momento, que o jornal admite a importância e amplitude dos ataques. Baseado nos dados coletados pode-se afirmar que ao longo dos acontecimentos as manchetes sobre o PCC cresceram abruptamente nas edições e depois diminuíram.

4.2.2 Análise Qualitativa

Neste capítulo, é feita a análise qualitativa das reportagens que compõem o *corpus* de pesquisa. Como já foi dito no início do capítulo 4, as matérias serão analisadas de acordo com categorias previamente criadas. Essas categorias foram

definidas de acordo com as primeiras percepções do autor. Assim, chegou-se ao total de seis categorias: **Facção Criminosa, Guerra Urbana, Fontes de informação, A violência em números, Retranca e Autoria**. Os quadros abaixo contêm as categorias e as frases que se encaixam na temática.

A primeira análise qualitativa refere-se à reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* no dia 13/05/2006, um sábado. O título da reportagem é *PCC mata e ataca polícia após transferências*. A matéria está localizada na página C-1, página de abertura do caderno *Cotidiano*, responsável pela cobertura dos temas relacionados à cidade de São Paulo. O texto ocupa a página inteira. No que tange à diagramação, a página contém uma foto que mostra a polícia paulista fechando o acesso da Avenida Zaki Narchi durante a transferência de um preso do PCC. Graficamente, ainda encontram-se dois anúncios publicitários e um Box³³ informativo. A manchete que faz referência a este material na capa do jornal é *Após transferências, PCC faz rebeliões e ataques e mata pelo menos quatro*.

Quadro 06

Categories	Frases
Facção Criminosa	"... a principal facção criminosa do Estado..." "... alvos de tiros disparados por criminosos"
Guerra Urbana	"... ataques a bases da Polícia Militar e a delegacias em São Paulo e na Grande São Paulo..." "... provocou uma nova onda de ataques a policiais e postos das forças de segurança do Estado na noite de ontem" "Os ataques foram feitos em vários pontos da capital..." "... a nova onda de atentados..." "... a onda de ataques havia sido iniciada..."
Fontes de informação	"A Secretaria da Segurança Pública admitia..." "... segundo a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária)" "... segundo o Deic ³⁴ , seriam utilizados..." "Por determinação do secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho,..."
A violência em números	"Pelo menos dois guardas-civis, um PM e um policial civil mortos,..." "... até a conclusão desta edição, não divulgou o número de mortos ou feridos" "... dois guardas municipais de Jandira (Grande São Paulo) –

³³ O "Box" é um quadro, graficamente diferente do restante da página, que traz informações adicionais sobre o tema da reportagem.

³⁴ Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado

	... – foram assinados a tiros” “Em Osasco, ao lado de Jandira, um PM também foi morto” “Na zona leste da capital, um PM foi baleado...” “... um policial que trabalhava na delegacia do bairro, o 44º DP, foi atacado e morto” “..., um PM levou um tiro na perna” “..., os presos mantinham até a noite de ontem, 12 agentes penitenciários reféns...”
Retranca	“Segurança”
Autoria	“Da reportagem local”

A análise qualitativa da reportagem do dia 13 de maio de 2006 mostra que ao se referir ao Primeiro Comando da Capital (PCC), o jornal *Folha de S. Paulo* utilizou nesta matéria as expressões “facção criminosa” e “criminosos”. O que pode apontar para uma adjetivação do grupo, ao invés do acréscimo de informações sobre o mesmo. As fontes de informação³⁵, por sua vez, são ligadas ao governo do estado de São Paulo, o que na distinção proposta por Lage (2001), podem ser enquadradas na categoria de fontes oficiais.

A matéria também trouxe diversos dados numéricos. Estes são utilizados, principalmente, para retratar o número de mortos. Pode-se entender, porém, que a utilização de números tem o objetivo de retratar os acontecimentos de maneira mais visível para o leitor. A análise demonstra que o corpo da matéria, ou seja, as principais informações que a reportagem traz são focadas na descrição e preocupação com o número de mortos. Esta premissa fica evidenciada na frase: “até a conclusão desta edição, não divulgou o número de mortos ou feridos” (Folha, 13/05/2006, p. C-1). Assim, é possível apontar que para retratar a situação de violência urbana, o periódico utilizou-se, nesta edição, dos números sobre os incidentes dos acontecimentos.

Também é possível observar que o jornal utilizou os termos “ataques” e “atentados” na tentativa de descrever os acontecimentos. Não se excluí desta análise o fato de que existiu um confronto entre a Polícia Militar paulista e o PCC. No entanto, a forma de se contar o episódio é apoiada em frases como “... a nova onda de atentados...” (Folha, 13/05/2006, p. C-1). Tais termos, por sua vez, podem indicar

³⁵ É importante lembrar que este trabalho visa somente identificar as fontes em *on*. A expressão vem de *on the records*, termo em inglês que trata sobre as fontes de informação que são citadas no texto.

um tom alarmista no relato dos fatos, já que, de certa maneira, narraram os acontecimentos sob a ótica de uma guerra.

A reportagem está sob a retransmissão **Segurança**. Tal fato indica que o assunto, segundo a visão do jornal, era da alçada da cobertura sobre segurança pública. Ao longo da amostra, a retransmissão que norteia o tema muda de nome. O material publicado não leva a assinatura de nenhum repórter, assim pode-se concluir que não foi produzida por um membro específico da equipe do jornal. A reportagem foi assinada pela redação da *Folha de S. Paulo*.

No dia 14/05/2006, um domingo, o jornal trouxe a seguinte reportagem sobre os ataques do PCC: *Maior ataque do PCC faz 30 mortos em SP*. A matéria está localizada na página A-8, no caderno *Brasil*³⁶. A página traz uma foto com o vidro de uma delegacia estilhaçado, dois infográficos³⁷ sobre as rebeliões, dois Boxes informativos com a cronologia de ataques à polícia de São Paulo e outro com uma pequena matéria com declarações do governador Cláudio Lembo e um anúncio publicitário. O texto ocupa a página inteira. A manchete na capa do jornal que faz referência a esta reportagem é *Ataques do PCC deixam 30 mortos*.

Quadro 07

Categorias	Frases
Facção Criminosa	"..., a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) ..." "... os membros da facção criminosa." "..., novos planos dos criminosos."
Guerra Urbana	"No maior ataque já realizado contra as forças de segurança de São Paulo,..." "..., bombardeou delegacias, metralhou carros e bases da Polícia Militar e de Guardas Municipais" "Os atentados e motins começaram sexta-feira,..." "Um homem encapuzado entrou no local e atirou na sua cabeça." "Homens em um carro metralharam o posto da guarda."
Fontes de informação	"Os ataques às forças de segurança, segundo o governador Cláudio Lembo (PFL) e seus secretários Saulo de Castro Abreu Filho (Segurança Pública) e Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária)..."
A violência em números	"... provocou a morte de 30 pessoas, feriu gravemente outras 32, ..."

³⁶ É interessante notar que é o único momento durante a cobertura do jornal em que a cobertura dos ataques não é feita na editora *Cotidiano*. A reportagem *Maior ataque do PCC faz 30 mortos em SP* está na editoria *Brasil* que, geralmente, trata sobre assuntos da política nacional.

³⁷ Infográficos são informações acompanhadas de ilustrações.

	“Nas prisões, pelo menos 56 agentes penitenciários eram mantidos reféns por integrantes do PCC até o fechamento desta edição.” “Em Osasco, um PM foi morto.” “Ao todo, na zona leste, foram três PMs baleados.”
Retranca	“Guerra Urbana”
Autoria	“Da reportagem local”

A análise qualitativa do dia 14/05/2006 mostra uma continuidade da maneira como o jornal trata o PCC. O adjetivo facção criminosa é o mais utilizado para se referir ao grupo. Entretanto, a *Folha de S. Paulo* continua sem trazer informações sobre o grupo no texto, explorando com exaustão a qualificação do grupo. As fontes de informação continuam sendo oficiais. Nesta reportagem, por exemplo, o próprio governador de São Paulo à época, Cláudio Lembo, é citado como um dos que confirmaram os dados ao jornal.

No que tange à descrição dos temas, o jornal lança mão de termos não utilizados na outra edição. Nesta, a descrição do texto é carregada em descrições de ações criminosas como se fossem ações terroristas. A frase “um homem encapuzado entrou no local e atirou na sua cabeça” (Folha, 14/05/2008, p. A-8) é um exemplo da narração que se assemelha a de um romance policial. A forma escolhida pelo jornal pode indicar, novamente, um tom de alarmismo na descrição dos fatos que aconteciam.

Os dados numéricos sustentam a reportagem. Eles compõem a maioria das informações trazidas pela matéria. A preocupação é tamanha, que o título e a manchete na capa, já citados acima, fazem referência ao número de mortos. Estes dados, portanto, parecem embasar todo o material produzido pela reportagem da *Folha de S. Paulo*. Ao descrever os ataques, o jornal utilizou-se de frases como: “... provocou a morte de 30 pessoas, feriu gravemente outras 32, ...” (Folha, 14/05/2006, p. A-8).

A reportagem está sob a retranca **Guerra Urbana**. Esta alteração na retranca indica que o jornal mudou o foco de sua cobertura. Agora, ele não era mais da alçada de crimes comuns, mas de ações que se assemelhavam a uma guerra dentro do estado de São Paulo. Mais uma vez, o material publicado não leva a assinatura de nenhum repórter, assim pode-se concluir que não foi produzida por um membro específico da equipe do jornal.

A crítica realizada pelo Ombudsman³⁸ da *Folha de S. Paulo* sobre estes primeiros dias de cobertura é interessante. Para Beraba (2006), o jornal focou a cobertura em números, mas não soube passar estes dados de forma clara ao leitor.

É compreensível que estas edições de sábado, domingo e hoje tenham tido como principais preocupações contabilizar os estragos provocados pelas ações do PCC - mortes, rebeliões, incêndios de ônibus e, agora, ataques a prédios bancários - e ouvir autoridades. Os números ainda são confusos e os leitores só terão um quadro mais preciso quando o jornal conseguir a identificação dos mortos, suas ocupações e circunstâncias das mortes (BERABA, 2006).

A fala de Marcelo Beraba pode ser entendida como um questionamento sobre a capacidade que números colocados sem contextualização, como no caso das reportagens do jornal, fornecerem novas informações ao leitor ou até mesmo trazer um relato adequado dos acontecimentos que, à época, estavam em curso.

No dia 15/05/2006, uma segunda-feira, a reportagem que tratava dos ataques do PCC foi intitulada assim: *PCC ataca ônibus e bancos, promove megarrebelião e amplia medo no Estado*. A matéria está localizada na página C-1 do caderno *Cotidiano*, que nesta edição foi um caderno especial com 16 folhas. A página ainda traz duas fotos com imagens de dentro das penitenciárias e de um ônibus queimado. O texto ocupa somente o pé da página. A manchete na capa da edição que faz referência à reportagem é *PCC faz mais de 150 atentados e provoca 80 motins; 74 morrem*.

Quadro 08

Categories	Frases
Facção Criminosa	"... facção criminosa PCC,..."
Guerra Urbana	"No terceiro dia de terror... a violência se espelhou em São Paulo." "Em uma das rebeliões de ontem, presos de uma cadeia pública do interior jogaram colchões em chama contra um delegado..."
Fontes de informação	"Segundo dados divulgados ontem à noite pela Secretaria de Segurança Pública,..." "O governo paulista nega que a situação esteja fora de controle e ..."

³⁸ O Ombudsman é o profissional contratado para avaliar, periodicamente, o jornal. Além desta função, ele serve de mediador entre leitores e jornalistas. No caso da *Folha de S. Paulo*, o Ombudsman escreve uma coluna aos domingos e realiza crítica interna diariamente. Atualmente, o cargo é de Carlos Eduardo Lins da Silva.

A violência em números	“Ao menos 36 ônibus foram incendiados.” “Desde sextas, presos se rebelaram em 80 presídios...” “Houve também 13 mortes dentro das prisões, o que totaliza 74 vítimas.”
Retranca	“Guerra Urbana”
Autoria	Não tem assinatura

A análise qualitativa demonstra que os procedimentos adotados nas edições anteriores se repetem no dia 15/05/2006. Novamente, a descrição dos acontecimentos remete a uma guerra generalizada que atingiria, segundo a visão demonstrada pelo jornal, a totalidade do estado de São Paulo. As fontes de informação são a Secretária de Segurança Pública e o próprio “governo paulista”. O número de mortos ou a descrição numérica dos fatos dão o tom da reportagem, é a forma de exposição dos acontecimentos mais utilizada pelo jornal.

A diferença desta edição está no fato de que esta reportagem não é assinada. Tal fator acontece, possivelmente, porque o texto da página C-1 é um resumo de todos os acontecimentos ocorridos no dia – em relação aos ataques. Esta reportagem foi escolhida para o *corpus* da pesquisa por ser a que traz referência direta na capa do jornal. Apesar de pequena (30 linhas) é a reportagem principal do caderno *Cotidiano*.

Sobre a opção de retratar cada fato dos ataques em uma matéria específica, ao invés de uma reportagem que abordasse todos – excluído é claro o pequeno texto utilizado para a análise – Marcelo Beraba (2006) acredita que “os relatos dos ataques acabaram ficando fragmentados e dispersos. O ideal seria uma edição que os consolidasse”. É possível que um dos motivos para essa escolha esteja no fato de que a edição foi concluída somente à 0h13 minutos de segunda-feira, o que poderia ter dificultado a feitura de um texto consistente sobre os acontecimentos.

No dia 16/05/2006, uma terça-feira, a reportagem que tratava dos ataques do PCC foi intitulada assim: *Medo de ataques pára São Paulo*. A matéria está localizada na página C-1 do caderno *Cotidiano*. A página ainda traz quatro fotos. Duas com imagens de “batidas” da Polícia Militar de São Paulo, uma com um terminal de ônibus lotado e outra que mostrava um ônibus incendiado. O texto ocupa metade da página. A manchete na capa da edição que faz referência à reportagem é *Temor de novos ataques causa pânico e fecha escolas e lojas*.

Quadro 09

Categorias	Frases
Facção Criminosa	“... facção criminosa PCC,...”
Guerra Urbana	“Uma onda de pânico fez parar ontem a maior e mais rica cidade do país e espalhou o medo pelo Estado de São Paulo.” “O clima de medo perdurou até a noite,...” “Foi por volta do meio-dia que o pavor começou a tomar conta dos paulistanos.” “A onda de medo antigui...”
Fontes de informação	“O governador Cláudio Lembo (PFL),..., recomendou que a população volte à ‘vida normal’ hoje” “Segundo a polícia,...”
A violência em números	“... – 17 veículos foram queimados e cerca de 5,5 milhões de pessoas ficaram sem transporte...” “Foram atacados pelo menos 18 agências e 8 fóruns..., e os conflitos deixaram 20 mortos – 3 policiais”
Retranca	“Guerra Urbana”
Autoria	“Da Redação”

Os pontos principais da reportagem desta edição são similares aos das edições anteriores. Os números são a forma mais usada para descrever de maneira concreta os acontecimentos. As fontes de informação são o governo e a Polícia Militar de São Paulo. No entanto, esta edição traz como novidade muitas referências à suposta sensação de pânico generalizada. O próprio título da matéria, já citado acima, traz essa noção.

A avaliação do Ombudsman, na crítica interna do dia 16/05/2006, do jornal foi a seguinte:

Faltou ao jornal um relato menos burocrático e menos fragmentado do que aconteceu ao longo dia. Um texto, como o da contracapa de ontem, que contasse, com casos e personagens, como os boatos foram se espalhando ao longo do dia, como as pessoas foram reagindo nas ruas e nas conduções, como se chegou ao caos do trânsito e, depois, ao vazio da cidade. Faltou também um bom relato sobre a guerra da comunicação. Várias pessoas de São Paulo me disseram que o governo perdeu a guerra da comunicação, que não soube enfrentar o pânico difundido pela Internet e pelas redes de boatos. Como isso ocorreu? Por quê? (BERABA, 2006).

A visão de Marcelo Beraba indica que o jornal pecou na escolha dos temas. Ele aponta que o jornal não incluiu em sua agenda o tema da guerra de comunicação. A partir da avaliação do Ombudsman, pode-se argumentar que o

jornal, além de não trazer o assunto em suas páginas, corroborou com a sensação de pânico difundida pelo PCC, por meio de sua descrição dos fatos. Desta forma, é possível pensar que a *Folha de S. Paulo*, igual ao governo do estado, também perdeu a guerra da comunicação para o PCC.

No dia 17/05/2006, uma quarta-feira, o título da matéria localizada na página C-1 do caderno *Cotidiano* é *Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24*. A página contém uma foto com uma “batida” da Polícia Militar e um infográfico com o total de mortes. Há também uma pequena reportagem sobre a declaração de Cláudio Lembo falando sobre a divulgação do nome dos mortos. O texto ocupa a metade da página. A manchete de capa que faz referência à reportagem é *Polícia prende 24 horas e mata 33 em 12h*.

Quadro 10

Categories	Frases
Facção Criminosa	“Na guerra declarada à facção criminosa PCC,...” “... (71 acusados de ligação com a facção, ...).”
Guerra Urbana	“..., a reportagem não conseguiu chegar a tempo para fazer imagens dos corpos das vítimas em nenhum dos casos.” “Outros dois, que teriam jogado uma granada contra uma base comunitária da PM, foram perseguidos e baleados na vizinha Carapicuíba;” “Eles estariam com coquetéis molotov.”
Fontes de informação	“..., a Secretaria de Segurança Pública afirma que todos eles tinham ligação com o grupo criminoso...” “o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, fez um pronunciamento...” “Para o professor da faculdade de direito e diretor clínico do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, James Cavallaro, 43,...”
A violência em números	“Apenas entre a noite de segunda-feira e a manhã de ontem, em cerca de 12 horas, foram 33 mortes.” “Isso significa que as polícias, em apenas 12 horas, realizaram 21% do total de prisões efetuadas em todos os dias anteriores..., enquanto as mortes subiram 87%.” A Rota matou outros dois homens em Guarulhos.”
Retranca	“Guerra Urbana”
Autoria	“André Caramante”

A análise do dia 17/05/2006 mostra algumas diferenças em relação às outras edições anteriores. Inicialmente, a reportagem foi a primeira, dentre as analisadas, que traz assinatura de algum repórter da equipe do jornal. O autor foi André

Camarante. Outro ponto novo é que esta matéria traz como fonte um professor de Harvard, uma nova voz em relação às fontes oficiais. O professor afirmou que “todos esses casos de morte, os cometidos pelos integrantes do PCC, assim como os cometidos pelas forças de segurança, precisam ser investigados. O sentimento de vingança é normal” (Folha, 17/05/2006, p. C-1).

A frase já citada do professor James Cavarallaro mostra que, a partir da edição do dia 17, a reportagem tem como foco os assassinatos e prisões dos integrantes do PCC, não mais a descrição dos ataques. Este fato pode estar relacionado com o fato de que no dia 16 de maio o comando do PCC já havia ordenado o fim dos ataques, iniciando, por parte da polícia, um “sentimento de vingança”. Desta forma, o sujeito das ações muda, não é mais o PCC e sim a Polícia Militar que comete assassinatos e agressões.

Apesar da alteração do sujeito das ações, a maneira que o texto se organiza é a mesma. Os números ainda são muito utilizados para embasar a reportagem. A diferença é que no lugar do número de policiais mortos pelo PCC, a matéria traz dados sobre o número de integrantes do PCC mortos ou presos pela Polícia. Esta mudança na ótica dos crimes fica evidenciada na seguinte frase: “Em Osasco (Grande São Paulo), dois acusados de atirar contra o fórum da cidade também foram mortos pela PM” (Folha, 16/05/2006, p. C-1).

No dia 18/05/2006, a reportagem principal sobre os ataques do PCC esta localizada na página C-6 do caderno *Cotidiano* e tem o seguinte título: *Polícia mata mais 22 suspeitos e prende 7*. A página tem três fotos. Uma mostrando a arma de um policial que executava vigília, as outras duas mostravam o pai de um rapaz assassinado pela polícia e o enterro de outra vítima. Ainda é possível ver dois gráficos mostrando a evolução das mortes e um Box informativo sobre o mesmo tema. A página ainda tem uma matéria com as famílias das vítimas. A manchete de capa que faz referência a esta reportagem é *Polícia mata mais 22 suspeitos de fazer atentados*.

Quadro 11

Categorias	Frases
Facção Criminosa	“..., quando a facção criminosa iniciou os ataques ao Estado.” “... mostrava três fotos supostamente de integrantes mortos da facção criminosa.”

Guerra Urbana	“Em meio ao caos enfrentado pelo governo...” “Até o início dos confrontos entre PCC e Estado, São Paulo havia registrado apenas três chacinas.” “Foi um ataque a tiros, cometido por um grupo de homens com toucas ‘ninja’, divididos em oito motos.”
Fontes de informação	“Dados da Secretaria de Segurança Pública...” “O órgão (Secretaria de Segurança Pública) diz não ter como contabilizar todos os assassinatos...”
A violência em números	“A polícia matou mais 22 suspeitos... e prendeu outros sete, subindo para 93...” “Isso representa uma média diária de 23 assassinatos por dia...” “..., pelo menos 19 pessoas foram assassinadas.”
Retranca	“Guerra Urbana/Força Policial”
Autoria	“André Caramante”

A análise qualitativa demonstra que mais uma vez a reportagem traz como sujeito das ações a Polícia Militar do estado de São Paulo. Os números apresentados são de assassinatos ou prisões de integrantes do PCC. A reportagem carrega, novamente, a assinatura do repórter André Caramante. O termo mais utilizado para identificar o PCC é facção criminosa. As fontes de informação, no entanto, voltaram a ser exclusivamente oficiais, aquelas ligadas ao governo de São Paulo.

Outro fator que corrobora a mudança de foco no sujeito da ação nas reportagens do jornal é a alteração na retranca. Inicialmente, as retrancas falavam em **Guerra Urbana**. Porém, nesta matéria foi adicionado a expressão **Força Policial**. Assim, pode-se argumentar que a retranca indica que o novo ator das agressões no duelo é a polícia, que, de acordo com as indicações do jornal, usa da força para prender e assassinar os integrantes do PCC. O colunista Valdo Cruz (2006) faz uma análise do impacto do novo comportamento da polícia sobre a população da periferia paulista.

Se antes ela (a população) estava com medo dos ataques desferidos pelo PCC, vitimando seus familiares que trabalham nas forças de segurança do Estado, hoje ela deve estar insegura com a atuação de policias decididos a vingar os colegas mortos. Essa onda, sabemos bem, pode sair de controle. Aí, muita gente inocente pode acabar morta pelas ruas de São Paulo (CRUZ, 2006).

Um ponto que também merece ser destacado é que pela primeira vez dentro das matérias que compõem o *corpus* de pesquisa foi utilizado o termo Estado para

designar o objeto de ataques do PCC. A frase foi “até o início dos confrontos entre PCC e Estado, São Paulo havia registrado apenas três chacinas” (Folha, 18/05/2008, p. C-6). Pode-se dizer, portanto, que esta escolha representa a visão escolhida pelo jornal e reforça uma visão alarmista que indicaria que os ataques eram direcionados a toda a cidade de São Paulo.

No dia 19/05/2006, uma sexta-feira, quando já completava 7 dias do primeiro ataque, a reportagem que trata do assunto tem o seguinte título: *Polícia matou 107 suspeitos em 7 dias*. A página C-4, localizada no caderno *Cotidiano*, traz uma foto com policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE) em uma operação na favela Elba, um infográfico com a cronologia dos ataques, duas pequenas matérias sobre a ação da polícia e um Box com a opinião de Conte Lopes, à época deputado estadual, e o antropólogo Luiz Eduardo Soares. A manchete na capa é *PM diz que não matou inocentes*.

Quadro12

Categories	Frases
Facção Criminosa	“...confronto com a facção criminosa, ...” “Somando-se representantes do Estado, cidadãos e acusados de ligação com a facção,...”
Guerra Urbana	“...foi assassinado na guerra com o PCC.” “No dias de guerra ao PCC...”
Fontes de informação	“... considerando-se apenas os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública.” “Desde domingo, a Folha solicita oficialmente à Secretaria de Segurança Pública uma lista...”
A violência em números	“No mesmo período, outros 124 foram presos.” “..., os mortos das forças de segurança somavam 41 vítimas..., além de quatro cidadãos.” “A PM matou no final da noite de anteontem dois homens em uma suposta troca de tiros no bairro do Ipiranga...” “Dois homens foram alvejados e mortos pelos policiais em um beco.”
Retranca	“Guerra Urbana/Confronto”
Autoria	“André Caramante”

A análise demonstra que o sujeito da ação continua sendo a Polícia Militar, com assassinatos e prisões. A reportagem é assinada por um membro da equipe da

Folha de S. Paulo. O número de mortos é o principal dado apresentado pelo jornal para embasar a reportagem e as fontes de informação continuam oficiais.

A novidade nesta matéria está na retransca, que mais uma vez foi alterada. Junto da palavra **Guerra Urbana** foi adicionado o termo **Confronto**, as duas expressões estão também muito presentes no texto. Tal fato parece corroborar ainda mais a idéia de que o jornal mudou o enquadramento dado aos acontecimentos. Neste momento, a *Folha de S. Paulo* não trata mais de ataques do PCC, mas sim de confrontos entre estes e a Polícia Militar do estado.

No dia 20/05/2006, um sábado, o título da reportagem que trata sobre os ataques do PCC é *Estado vive seu dia de maior 'tranqüilidade'*. A página C-9, localizada no caderno *Cotidiano*, tem uma foto da avenida São João e um anúncio de página dupla. A manchete a qual esta notícia está ligada é *Estado restringe visitas a presídios*.³⁹

Quadro 13

Categories	Phrases
Facção Criminosa	"... – deflagrada em São Paulo... líderes da facção criminosa –"
Guerra Urbana	"As duas ações ocorreram no dia em que a onda de violência..." "Na madrugada de ontem, homens numa moto dispararam 11 vezes contra a sede..."
Fontes de informação	"A Secretaria de Segurança Pública não divulgou..." "...., afirmou a assessoria de imprensa da pasta."
A violência em números	"Até anteontem, foram registrados 339 ataques no Estado, com 169 mortos, dos quais 107 eram suspeitos." ";...um ônibus foi queimado"
Retranca	"Guerra Urbana/de volta à rotina"
Autoria	"Da Agência Folha" "Da reportagem local"

A análise mostra que as fontes de informação são oficiais, sempre ligadas ao Estado. O jornal continua a se utilizar de números de mortos e outros dados numéricos para representar a violência. A reportagem traz como assinatura a

³⁹ Ver item 4.1.

Agência Folha⁴⁰ e a reportagem local, o que mostra que este material não foi produzido por um repórter específico da equipe do jornal.

Nesta reportagem, o sujeito dos ataques volta a ser os integrantes, ou suspeitos de integrar, o PCC. O foco sai das ações da polícia e volta às atitudes dos criminosos. É interessante notar também que a retranca passa a ser **Guerra urbana/De volta à rotina**. A retranca demonstra, portanto, que a cobertura começa a notar que os ataques, tanto do PCC quanto da polícia, estão diminuindo e a cidade volta à normalidade. Outra argumentação que pode ser feita é que o uso da palavra rotina indica que os crimes acontecidos do dia fazem parte da categoria de assuntos rotineiros, definido por Hall (1999).

No dia 21/05/2006, a reportagem selecionada para análise é tem o seguinte título: *Polícia de SP investiga cem contas do PCC*. A matéria está localizada na página C-1 do caderno *Cotidiano*. Na página pode-se ver uma foto com casas na favela dos Pilões, na zona sul da cidade de São Paulo. Quanto à diagramação, existe um anúncio publicitário ocupando metade da folha.

Quadro 14

Categorias	Frases
Facção Criminosa	“... pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital)” “... para combater as ações da facção...” “... (líder máximo da facção e responsável pela visão sindical do grupo)...”
Guerra Urbana	“... grupo criminoso que, na última semana, apavorou São Paulo ao promover uma onda de violência...”
Fontes de informação	“A CPI do Tráfico de Armas, Ruy Fontes ⁴¹ afirmou que...” “O advogado de Cynthia, Vitor Fachinetti...”
A violência em números	“... causou a morte de 170 pessoas, sendo 42 agentes públicos... com média diária de 24,28 mortes...”
Retranca	“Guerra Urbana”
Autoria	“André Caramante” “Gilmar Penteadó”

A análise mostra que esta reportagem é diferente das anteriores. Primeiro, porque o principal elemento do texto não é o número de mortos ou outros dados

⁴⁰ É a agência de notícias do grupo Folha da Manhã.

⁴¹ Delegado Ruy Ferraz Fontes do DEIC (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado).

numéricos. Grande parte da matéria se baseia em duas fontes, o delegado Ruy Fontes e o advogado Vitor Fachinetti, que realiza a defesa da mulher do líder do PCC, Marcola. Outro ponto que merece ser destacado é que pela primeira vez na amostra o PCC não é tratado apenas como uma facção criminosa. Inclusive, é utilizado o termo “sindicato”, que se assemelha com a proposta já apresentada por este trabalho.⁴²

A reportagem traz a assinatura de dois repórteres, este fato também é inédito na amostra. A retranca traz somente a expressão **Guerra Urbana**, diferentemente do que vinha acontecendo em outros dias, nos quais a retranca sempre vinha acompanhada de outra palavra.

4.2.3 Discussão da análise qualitativa

A análise qualitativa das reportagens da *Folha de S. Paulo*, entre os dias 13 e 21 de maio de 2006, mostrou algumas características presentes em todas as edições. Entretanto, durante a análise foi possível perceber que a cobertura não ocorreu de maneira homogênea. Ao longo dos acontecimentos, o foco do periódico mudou do PCC para a Polícia Militar do estado de São Paulo.

Na maior parte das reportagens a expressão utilizada para se referir ao PCC foi *Facção Criminosa*. Na última reportagem analisada, edição do dia 21/05/2006, nove dias depois do primeiro ataque, é que o jornal usa a palavra *sindicato* para falar do grupo. No entanto, na mesma edição a expressão *Facção Criminosa* é utilizada várias vezes. De forma que se pode concluir que o termo é uma escolha do jornal com vistas de retratar o PCC. Tal enquadramento parece indicar uma cobertura mais preocupada em qualificar, ao invés de informar, sobre a organização. Uma das razões que levou o jornal a utilizar este enquadramento pode estar relacionada ao fato de que o PCC, e de modo geral toda a temática de segurança pública, é um assunto pouco conhecido das redações. Afinal, para informar com qualidade sobre algo é necessário dominar o assunto. Nesta análise, todavia, não se pretende defender que o PCC não é uma facção criminosa. O questionamento feito é que cabe a imprensa, enquanto principal mediadora do debate público atual, informar

⁴² Ver capítulo 2.

com qualidade sobre o que representa, como surgiu e do que se trata o grupo. Não apenas qualificar o PCC, sem trazer informações consistentes sobre o mesmo.

Outra característica que a pesquisa identificou foi o tom alarmista utilizado na narração dos acontecimentos. As reportagens utilizaram expressões e palavras como *atentados, onda de ataques, onda de violência, pavor, guerra, medo* e outras. Além desta constatação, uma análise da forma como as ações do PCC e da Polícia Militar do estado de São Paulo foram retratadas possibilita enxergar uma estrutura narrativa que lembra a descrição de uma guerra. Algumas frases demonstram esse enfoque. Por exemplo, “Outros dois, que teriam jogado uma granada contra uma base comunitária da PM, foram perseguidos e baleados na vizinha Carapicuíba” (Folha, 17/05/2006, p.C-1). Este enquadramento de guerra entre policiais e bandidos utilizado pela *Folha de S. Paulo* contribuiu para a disseminação de uma sensação de pânico pela cidade de São Paulo. O jornal, desta forma, comporta-se de maneira alarmista.

Das nove matérias do *corpus* oito tiveram como retransmissão a expressão *Guerra Urbana*. A única exceção foi no dia 13/05/2006, nesta edição a retransmissão era *Segurança*. O interessante desta análise é notar que ao longo da cobertura a retransmissão *Guerra Urbana* foi acompanhada de outras palavras. As retransmissões indicaram o enquadramento da cobertura do jornal. A partir do dia 17/05/2006, o foco das reportagens é alterado. O sujeito das ações deixa de ser o PCC e passa a ser a Polícia Militar do estado de São Paulo. Desta maneira, as ações retratadas após o dia 17 são sobre a forma como a polícia agiu em relação ao PCC. A retransmissão do dia 18/05/2007 representava a nova postura do periódico, a expressão era *Guerra Urbana/Força Policial*. Assim, os dados coletados permitem afirmar que as retransmissões utilizadas estavam em sintonia com o enquadramento adotado pela *Folha de S. Paulo* na descrição dos acontecimentos.

Apenas quatro reportagens do *corpus* trazem a assinatura de algum membro da equipe do jornal. As outras trouxeram a assinatura da equipe da *Folha de S. Paulo*. Esta constatação leva à outra reflexão. As fontes de informação mais utilizadas pelo jornal são as fontes oficiais. Principalmente a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública. As pesquisadoras Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) concluíram, após extensa análise da cobertura jornalística sobre violência, que a imprensa é dependente das informações fornecidas pela polícia. O trabalho de Ramos e Paiva (2007) mostra que especialistas sobre violência urbana e a

sociedade civil organizada são as fontes que menos aparecem nas reportagens. Segundo as autoras, “na cobertura de segurança, a imprensa abre mão, com maior frequência, do compromisso de promover o debate entre os vários segmentos da sociedade” (PAIVA; RAMOS, 2007, p.38). Em outras palavras, a cobertura jornalística sobre violência não tem fornecido ao debate público pluralidade de vozes e diversidade de atores, mas sim uma exclusividade, um monopólio da fala conquistado pelas instituições de segurança pública.

O próprio processo atual de produção de notícias favorece a utilização excessiva de fontes oficiais. O aumento do fluxo informacional tornou inviável economicamente para as redações possuir repórteres especializados em alguns temas. Francisco Sant’anna (2005) aponta que este fato está diretamente relacionado ao enxugamento da equipe das empresas jornalísticas.

A história aponta que os veículos reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais especializados em temas considerados pelo novo paradigma mercadológico da imprensa como de segunda importância e passaram a atuar nestas áreas quase que apenas com os informes institucionais. Desta forma, praticamente, a totalidade do noticiário de determinados setores passou a ser assegurado, ou pelo menos mediado, pelas próprias fontes (SANT’ANNA, 2005, p.48-9).

A partir do relato de Sant’anna (2005) e a análise das reportagens da *Folha de S. Paulo*, é possível concluir que a violência rotineira é tratada como um assunto secundário no jornal, de maneira que não tem equipes específicas. O assunto só é considerado importante, dentro da lógica mercadológica da imprensa, quando envolve celebridades, ou quando é um fenômeno gigantesco, com muitos mortos e/ou feridos. O uso excessivo das fontes oficiais na cobertura sobre os ataques do PCC traz à tona outro fator importante. Ao serem os principais, quase únicos, fornecedores de informação, a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública passam a ditar o fluxo de informações e, desta maneira, influenciando o foco e o enquadramento das reportagens. Assim, é possível encontrar uma relação entre a origem das informações e a escolha em se retratar os acontecimentos sob a ótica de uma guerra urbana, além do tratamento reducionista do PCC como uma facção criminosa.

Sobre este ponto, é interessante colocar que:

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia e do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor (PAIVA; RAMOS, 2007. p 25).

Assim, a cobertura jornalística dependente da fonte oficial se empobrece e deixa de oferecer ao debate público novos temas e colocações, retransmitindo as pautas e os enfoques de uma única voz: as instituições de segurança pública.

A análise qualitativa demonstrou que a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* baseou suas principais reportagens no número de mortos. Independentemente do foco da cobertura – ataque do PCC à polícia ou da polícia ao PCC – os números aparecem como a mais importante estrutura textual para dar veracidade ao retrato da dimensão das ações. Tal fato está ligado à presença marcante de fontes oficiais nas reportagens. A contabilidade quantitativa das mortes, prisões e feridos não é feita pela imprensa, mas pelas instituições de segurança pública. Assim, ao se ter como principal fonte os aparelhos de repressão do estado, as principais informações tendem a reproduzir os dados que estas instituições possuem, dos quais o número de mortos é o mais utilizado.

Venício A. de Lima (2006) coloca que a linguagem jornalística busca expressar de maneira sintética questões complexas, que só podem ser compreendidas nos devidos contextos sociais, econômicos e políticos. O uso dos números de mortos está de acordo com a afirmação do autor. Os números de mortos tornam-se, na ótica da imprensa, um imenso “guarda-chuva” para representar o fenômeno da violência urbana. No entanto, dados numéricos podem ser importantes para apresentar um panorama da violência, mas não são capazes de retratar e informar a violência urbana em sua complexidade. Desta forma, pode-se argumentar que o jornalismo mantém a cobertura sobre a violência urbana pautada pelo senso comum, sem mergulhar a fundo no problema.

Tendo a imprensa como grande ator no debate público atual, é questionável a opção por tratar a violência urbana de maneira superficial – focada nos números de mortos. Desta forma, a imprensa empobrece o debate público e dá à morte o status de principal valor-notícia. Assim, quanto maior é o número de mortos maior é a chance de um evento ocupar as páginas dos jornais, na forma de notícia. Com isso a análise sobre o problema e a busca de entendê-lo sob uma perspectiva social,

econômica e política ficam renegados a um segundo plano nos jornais. Este espaço vazio entre a complexidade do fato e a superficialidade com que o assunto é tratado nas coberturas jornalísticas é preenchido, sob a ótica da imprensa, pelos números, atribuindo a estes um papel de centralidade nas reportagens, ou seja, o espaço principal é deixado aos dados numéricos. As constatações apontam que é possível afirmar que a preocupação do jornal é fornecer a descrição dos acontecimentos e não proporcionar à população informações aprofundadas que a torne qualificada para participar do debate público e da formulação de políticas públicas sobre a violência no Brasil.

Conclusão

A idéia que inspirou este trabalho e motivou todo o processo de pesquisa consistia em analisar a cobertura jornalística sobre violência urbana a partir de uma leitura focada nas discussões do tema no âmbito das Ciências Sociais, com foco maior na Sociologia e na Antropologia. A intenção foi pesquisar os meios de comunicação sob uma ótica que proporcionasse um estudo não só jornalístico, apesar de ser em sua maioria, mas interdisciplinar. Este propósito esteve presente em toda a construção do trabalho, da escolha da orientação às leituras que compõem o referencial teórico.

O Capítulo 1, denominado *Violência Urbana: um conceito plural*, traz uma reflexão teórica do fenômeno da violência urbana como um fato político, econômico e social, e não apenas focado em ações de criminalidade. O texto é construído em cima das leituras realizadas com o objetivo de desenvolver um argumento que contextualiza o tema. No capítulo *Primeiro Comando da Capital: 15.3.3*, realizou-se uma investigação, baseada em uma bibliografia especializada, sobre a história e forma de funcionamento do PCC. Além destes apontamentos, também foi apresentada uma discussão sobre algumas propostas de construção de uma política de Segurança Pública. A intenção destes capítulos foi fornecer uma análise da violência voltada às abordagens das Ciências Sociais com vistas a comparar como o mesmo assunto é discutido nas páginas dos jornais.

As discussões acerca dos processos de produção das notícias e da teoria do enquadramento são realizadas no capítulo 3, intitulado *Um recorte da realidade: a violência nos jornais*. Estes tópicos são importantes para se entender o percurso que um acontecimento atravessa até se tornar notícia. Nesta parte do trabalho, buscou-se também formular um relato histórico da imprensa escrita no Brasil, com destaque ao jornal *Folha de S. Paulo*. O capítulo seguinte, denominado *O PCC na Folha de S. Paulo*, traz a pesquisa empírica. Nesta sessão, os dados coletados nas reportagens e capas, selecionadas como *corpus* de pesquisa, foram tabulados e organizados. Como já explicitado na Introdução, o *corpus* de pesquisa é analisado de acordo com o método categorial, proposto por Bardin (2001). Assim, a partir da reflexão levantada nestes capítulos, buscou-se os subsídios necessários para escrever esta conclusão.

Antes de dar seqüência ao raciocínio que se pretende desenvolver, julga-se necessário expor o argumento do diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatic*, Ignácio Ramonet:

Não obstante, muitos títulos da imprensa escrita continuam, por mimetismo televisual, adotando características próprias da mídia catódica: maquete da “primeira página do jornal” concebida como uma tela, extensão dos artigos reduzida, personalização excessiva de alguns jornalistas, prioridade do local sobre o internacional, excesso de títulos chocantes, *prática sistemática do esquecimento e da amnésia em relação às informações que já passaram, já saíram da atualidade, etc* (RAMONET, 2007, p. 137. Grifo do autor).

As ponderações de Ramonet servem como uma síntese das principais críticas feitas atualmente à imprensa escrita, principalmente aos jornais diários, apelidados de “jornalões”. O argumento do autor aponta para uma concepção de jornalismo que o reduz a um mero relato dos fatos, mas não qualquer fato, somente aqueles que são novos, ou como diz as gírias das redações, notícias “quentes”. A parte grifada da citação trata exatamente desta questão, o jornalismo atual parece focado apenas no instantâneo, inviabilizando a discussão pública de temas que, por sua complexidade natural, não podem ser tratados factualmente.

Os ataques do PCC à polícia militar do estado de São Paulo ocuparam um espaço de centralidade na cobertura da *Folha de S. Paulo*. A importância dada ao assunto fica demonstrada ao se perceber que se obteve em seis edições um número maior de manchetes sobre o PCC em relação às manchetes sobre política – que é historicamente o tema mais importante dos jornais. Portanto, quando um caso de violência urbana e segurança pública – geralmente tratado nas páginas de polícia, localizadas nos cadernos locais dos diários – supera os acontecimentos políticos na capa do jornal é porque tal fato foi julgado como merecedor de maior destaque do que os principais assuntos do dia, demandando assim uma atenção especial, e um debate mais aprofundado.

O comportamento cíclico das manchetes sobre os ataques do PCC leva a uma importante conclusão. A ocorrência de manchetes sobre o PCC nos últimos dias analisados diminuiu, o que permite concluir que, em um primeiro momento, as notícias tiveram grande destaque, chegaram a representar 60% das manchetes de capa no dia 16 de maio de 2006, mas com o desenrolar dos acontecimentos, os ataques deixaram de ser novidades e de atender aos valores-notícia do insólito e do imprevisível, por exemplo, e se encaixaram na classe dos acontecimentos rotineiros.

Pode-se afirmar, portanto, que, ao longo da semana analisada, os ataques perderam os valores-notícias necessários para que fossem eleitos como os principais assuntos do dia. De tal forma que o aumento no número de manchetes no dia 21 de maio de 2006⁴³ deve-se muito mais ao fato de que este dia era um domingo, quando, geralmente, o número de manchetes na capa aumenta, do que a uma mudança do comportamento do jornal.

Os dados permitem refletir sobre a predominância de um único valor-notícia: a atualidade. Este se torna o mais importante e imprescindível motivo gerador de uma notícia, tornando o ato de discutir e se aprofundar um assunto inviável nas redações, já que para isso é necessário tempo. Comportamento que está ligado, então, às próprias rotinas produtivas do jornalismo atual e às opções da cobertura do jornal. O comportamento das manchetes sobre o PCC ilustra que a cobertura do jornal estava voltada aos acontecimentos instantâneos. Após as ações do grupo se tornar rotina, o jornal diminui gradativamente o espaço dado a tal assunto. Assim, a cobertura se volta, exclusivamente, aos ataques e não procura se aprofundar nos problemas que levaram ao ataques, surgimento e crescimento do PCC. De tal forma, é possível afirmar que os ataques só foram jornalisticamente importantes enquanto aconteciam, pois ao terminarem se tornaram notícia velha, não merecedora de destaque nas edições.

Após a análise das manchetes, que permite uma visão mais geral de como o jornal tratou os ataques, no que tange aos processos de produção, pode-se tratar dos resultados da análise qualitativa, que preocupou-se em investigar como as mensagens, ou seja, as notícias, foram tratadas na cobertura. A intenção foi abordar as principais reportagens do jornal, definidas segundo critérios especificados no capítulo 4, e compará-las com a bibliografia e com os pressupostos teóricos da violência urbana e da segurança pública.

A princípio percebe-se que as reportagens têm nos números de mortos o escopo de sua construção. São estes dados numéricos que embasam as principais produções dos jornalistas do jornal *Folha de S. Paulo* a respeito da cobertura dos ataques do PCC. O número de mortos faz parte da rotina jornalística e é, sem dúvida, um fator importante na contextualização de temas – principalmente, aqueles mais áridos como os indicadores econômicos –, mas é discutível a posição de elegê-

⁴³ Duas dentre as quatro manchetes, da edição de 21 de maio de 2006, davam destaque a artigos do caderno *Mais!*.

los ao cargo de mais importante elemento de uma reportagem. Afinal, pode-se afirmar que os números não são capazes de contextualizar ou, até mesmo, explicar em profundidade um tema. Eles funcionam mais como ferramentas para se dar a dimensão de um problema, porém, não são explicáveis em si mesmos. A utilização sistemática dos números indica um jornalismo cada vez mais acrítico, entorpecido por uma necessidade estatística que é incapaz de promover uma discussão mais profunda e eficaz de temas complexos como a violência urbana.

É curioso que no momento em que os fatos sociais tornam-se mais complexos, como foi debatido nos capítulos 1 e 2, o jornalismo impresso brasileiro siga a linha contrária e passa a tratá-los em suas páginas editoriais com maior simplismo e superficialidade, condensando todo o fenômeno da violência urbana em números sem maiores discussões e análise. A questão a ser discutida é se esse comportamento da imprensa informa ou apenas oferece uma descrição precisa⁴⁴. Para se consumir uma informação, é recomendável que junto à exposição dos fatos exista um conjunto de marcos contextuais que permitam ao leitor compreender o significado real do fato em questão (RAMONET, 2007, p. 132). Essa posição é uma crítica à teoria que define o jornalismo como um espelho do mundo, no qual sua função seria apenas mostrar, da maneira mais fiel possível, como os fatos sociais acontecem. A intenção é discutir que como ator social, o jornalismo – e aqui o termo pode ser compreendido na totalidade de mídias (veículos impressos, televisão, internet, rádio etc) – tem de participar do debate público e fornecer subsídios ao mesmo. Sendo assim, inviável posicionar-se de maneira acrítica em relação aos fatos complexos, mas questioná-los em profundidade.

A análise qualitativa permite também notar uma característica peculiar da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do PCC à Polícia Militar da cidade de São Paulo. Toda a estrutura das principais reportagens atende a um caráter policial. Os dados levantados mostram que as opções de enquadramento dos fatos utilizados pelo jornal se parecem muito com a forma policial de narrar acontecimentos. A própria dinâmica dos números de mortos, dados que são levantados junto às delegacias, é um exemplo. Pode-se falar ainda do tratamento dado ao PCC, que é colocado como uma facção criminosa. Em nenhum momento,

⁴⁴ Este trabalho em nenhum momento teve por objetivo contestar ou, até mesmo, investigar a veracidade das informações e suas possíveis distorções. É um tema interessante, pois se tratava de um período eleitoral, mas essa questão fica como sugestão a pesquisas futuras.

trabalha-se o PCC como um grupo organizado e estruturado, que tem condições de paralisar toda a estrutura de segurança de São Paulo. Esta análise contribuiria para o debate público, que seria municiado com informações menos partidarizadas e, até mesmo, menos sensacionalistas sobre o grupo. No entanto, é necessária a ressalva de que a intenção deste trabalho não é tirar o caráter criminoso do PCC, mas sim discutir a função da imprensa ao esmiuçar e mostrar as raízes e causas do grupo, já que a pesquisa concluiu que a cobertura estava focada em qualificar o PCC e esqueceu-se de tratá-lo como uma organização criminosa.

O enquadramento utilizado pela cobertura pode ser justificado pela predominância da fonte policial⁴⁵ nas reportagens. A análise qualitativa mostra que as informações obtidas pela reportagem são oriundas, na maioria das vezes, de levantamentos oficiais realizados pela polícia, como número de mortos, presos etc. Outro fator que merece ser discutido é como a utilização de fontes oficiais facilita o trabalho dos jornalistas (ver capítulo 3), pois estes possuem legitimidade para tratar dos temas, sempre com um tom “oficial”. O problema parece estar quando apenas os detentores das informações oficiais são os únicos atores que emitem opiniões e repassam dados à imprensa, assim, estes se colocam como detentores de um monopólio, que permite a eles contar a história apenas por um ângulo, por um único viés, que, evidentemente, é intencional, planejado para corresponder somente aos interesses destas corporações e instituições.⁴⁶

Assim, é possível responder à pergunta proposta anteriormente: como foi a cobertura jornalística do jornal *Folha de S. Paulo* sobre os ataques do PCC? O jornal pautou-se pelo critério policial de abordagem de eventos como os ataques do PCC, logo, a violência urbana foi tratada como uma questão de criminalidade. Foco que a reduz a eventos como assaltos, mortes e seqüestros e não contempla o fenômeno da violência urbana em sua amplitude complexa, que coloca em questão as realidades econômicas, sociais e políticas do Brasil. Como ferramenta para o enquadramento escolhido, o periódico utilizou-se de dados estatísticos, como números de mortos e quantidade de presos. Estes números construíram o escopo das principais reportagens sobre o tema durante o período analisado.

⁴⁵ Aqui se leva em consideração todos os aparelhos de repressão: da polícia à Secretaria de Segurança Pública.

⁴⁶ Sobre esta questão é interessante a leitura de Bourdieu, 1997. Neste texto, o autor define o conceito de “monopólio da informação legítima” (Bourdieu, 1997, p.103), que diz que um pequeno grupo de pessoas passa a ser a única fonte de informações consideradas legítimas pela imprensa.

É importante ressaltar que estas conclusões, oriundas da análise das edições dos dias 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2006, aplicam-se somente ao jornal *Folha de S. Paulo*, durante o período analisado. Evidentemente, pode-se transportar algumas informações obtidas às práticas de outros periódicos e ao jornalismo brasileiro como um todo. Porém, o objetivo deste trabalho foi estudar o comportamento específico de um veículo de comunicação, deixando como sugestão às futuras pesquisas sobre o tema, investigações que permitam um *corpus* maior, expandindo e comparando os dados já obtidos.

Ainda como sugestão a novas pesquisas, recomenda-se a utilização da hipótese do *agenda-setting* para analisar os principais temas agendados pela imprensa na cobertura dos ataques. Este trabalho, pela disponibilidade de tempo, não pôde se dedicar a esta investigação. Por fim, é possível colocar que a reflexão sobre a forma como a mídia trabalha a violência é um tema com imensas possibilidades e transcende às questões jornalísticas, possibilitando questões interdisciplinares que envolvam a Comunicação e as mais diversas áreas das Ciências Humanas. Afinal, a importância em estudar a imprensa reside exatamente na sua função primordial: informar. Ramonet (2007, p. 138) afirma que “a informação não é um dos aspectos da distração moderna, nem constitui um dos planetas do entretenimento; é uma disciplina cívica cujo objetivo é formar cidadãos”.

Referências:

ARAUJO, Leonardo. *A metamorfose de Zero Hora: Seleção, agendamento e enquadramento das notícias sobre crime e segurança pública, durante as administrações do PT e PMDB, no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Comunicação Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEATO, Cláudio C.; PEIXOTO, Betânia Totino. *Há nada certo. Políticas sociais e crime em espaços urbanos*. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.

BERABA, Marcelo. *Crítica interna do dia 15/05/2006*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/ombudsman>. Acesso em 27 mar 2007

BERABA, Marcelo. *Crítica interna do dia 16/05/2006*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/folha/ombudsman>. Acesso em 27 mar 2007

BEZERRA, Benilton Júnior. *Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

BISCAIA, Antonio Carlos. *Segurança pública como política de Estado*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha: as diferentes etapas*. In: *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.

CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de s. Paulo: 1921 – 1981*. São Paulo: IMPRES, 1981.

CARRANCA, Adriana. *A cada 7 minutos, um preso é solto. O Estado de São Paulo*. São Paulo. 23 Jan. 2008. Metrópole. C-3.

CIIP, Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz. *O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CRUZ, Valdo. *Somos todos iguais*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 18 Maio 2006. Cotidiano. A-2.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart *et ali*. *A produção social das notícias: O mugging nos Medias*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JORGE, Thais de Mendonça. *A notícia em mutação: estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital*. Tese de Doutorado em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

JUNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. *Análise do conteúdo*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Folha de S. Paulo: ambigüidade e inovação*. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, Venício A de. *“Presunção de culpa”*: A cobertura da crise política de 2005-2006. In: LIMA, Venício A de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MACAULAY, Fiona. *Prisões e política carcerária*. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2007.

MINGUARDI, Guaracy. *Inteligência policial e crime organizado*. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto, 2006.

MISSE, Michel. *A violência como sujeito difuso*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006a.

_____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2006b.

MOLLEDA, Juan Carlos. *Um modelo de diálogo com a imprensa*. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTORO, Tânia. *Sangue na tela: a representação da violência nos noticiários de televisão no Brasil*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOREIRA, Breno Lima. *Mídia, economia e governo: O enquadramento da econômica no primeiro governo Lula*. Dissertação em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PORTO, Mauro P. *Enquadramentos da mídia e política*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo*. Brasília: Casa das musas, 2005.

SEABRA, Roberto. *Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SINGER, André. *Políticas de antecipação: a Folha na abertura democrática*. In: *Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima*. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006a.

SOARES, Luiz Eduardo. *Um decálogo para a segurança pública*. In: FEGHALI, Jandira; LEMGRUBER, Julita; MENDES, Candido (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (In) segurança pública e (Des) esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006b.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Percival de. *O sindicato do crime*. São Paulo: Ediouro, 2006.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, 2008.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARELA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

VIANA, Luiz Humberto. *Crimes e irresponsabilidade jornalística*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acessado em: 13 mai 2008.

Reportagens analisadas

FOLHA DE S. PAULO. *PCC mata e ataca polícia após transferência. Folha de S. Paulo.* 13 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1

FOLHA DE S. PAULO. *Maior ataque do PCC faz 30 mortos em SP. Folha de S. Paulo.* 14 mai 2006. São Paulo: Brasil, A-8.

FOLHA DE S. PAULO. *PCC ataca ônibus e bancos, promove megarrebelião e amplia medo no Estado. Folha de S. Paulo.* 15 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1.

FOLHA DE S. PAULO. *Medo de ataques pára São Paulo. Folha de S. Paulo.* 16 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1.

FOLHA DE S. PAULO. *Medo Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24. Folha de S. Paulo.* 17 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1.

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia mata mais 22 suspeitos e prende 7. Folha de S. Paulo.* 18 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1.

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia matou 107 suspeitos em 7 dias. Folha de S. Paulo.* 19 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-4

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia Estado vive seu dia de maior 'tranqüilidade'. Folha de S. Paulo.* 20 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-9.

FOLHA DE S. PAULO. *Polícia de SP investiga cem contas do PCC. Folha de S. Paulo.* 21 mai 2006. São Paulo: Cotidiano, C-1.

.